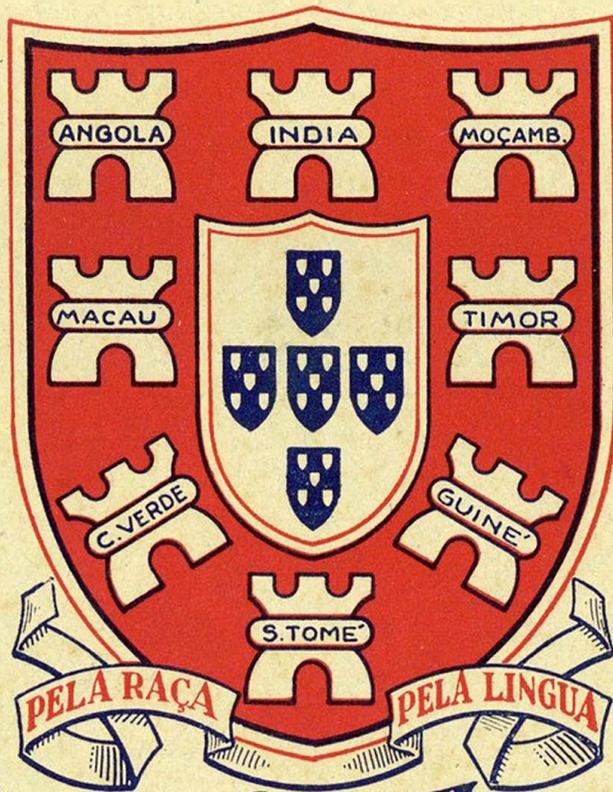


BOLETIM
DA



SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

DO
RIO DE JANEIRO.

DOIS CAMPEÕES INVENCÍVEIS

PREMIADOS COM MEDALHA DE OURO

Diz-se que ONDE ESTIVER O HOMEM ESTÁ O PERIGO mas com as senhoras também sucede o mesmo.

Em desportos ou passeios, como em casa, no escritório, ou na oficina, muitos perigos nos ameaçam:

Pequenos ferimentos, golpes, picadas venenosas,
podem causar invalidez ou morte.

Contra êsses perigos e contra eczemas, impigens, frieiras, ou martirios atribuidos ao ácido úrico só DERMOL é campeão seguro e rápido.

Já não há ninguém que se preze que não use DERMOL, que dispensa pomadas e outros tratamentos.

Em outras doenças outro CAMPEÃO DE IGUAL VALOR nos dois sexos; uso interno ou externo:

Rins, bexiga, areias, prostatites, etc. etc.

recentes ou antigas, qualquer causa, mesmo não contagiosa, só BLENOL.

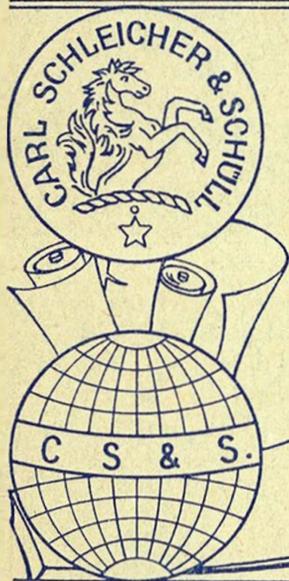
Flores-brancas, em senhoras e meninas, só BLENOL.

DERMOL e BLENOL vendem-se em boas farmácias e drogarias.

Dr. DERMOL - Caixa postal 688 - Rio de Janeiro.

Instruções e literatura gratis.

CARL SCHLEICHER & SCHÜLL

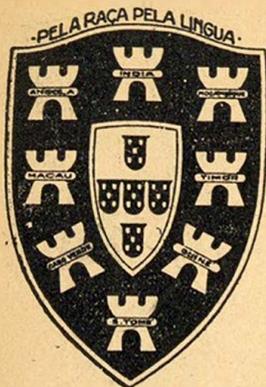


PAPEIS PARA DESENHO EM FOLHAS E ROLLOS

PAPEL VEGETAL E TELA PARA CALCAR

R. TH. OTTONI, 156. REPRESENTANTE:
ALFREDO BUCHHEISTER
RIO DE JANEIRO

CAIXA POSTAL 1421
TELEPHONE 4-2928



ÓRGAM OFICIAL

Rua 13 de Maio n.º 33, 5.º and.

Para Distribuição Gratuita

DIRIGIDO POR ANTONIO DE SOUSA AMORIM

N.º 4

Janeiro — Fevereiro e Março

1933

“Glória vã não pretende, nem dinheiro”



O sonho distante, a quimera radiosa mas longínqua, a aspiração fagueira mas balbuciente de um patriotismo escorreito e forte, atlético, apolíneo, amigo da ginástica, da água fria e da Natureza, sem dós-de-peito nem mêdo das correntes de ar, vão-se, felizmente, pouco a pouco, concretizando, consubstanciando, tornados em realidade palpável, tangível, eficiente, de tal sorte que ninguém que tenha miolos de racional poderá dizer, como foi dito, que a fundação da “SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO” éra um acto como tantos outros, sem significado nem projecção, visto que nada mais trivial nesta formosíssima cidade de São Sebastião do que fundar-se uma colectividade portuguesa...

Não!

A “SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO” não é “mais uma sociedade portuguesa”; mas, sim, uma colectividade que surgiu em momento oportuniíssimo e que, graças à isenção, à fortaleza de ânimo e à segurança no modo de agir de aqueles que tomaram conta dos seus destinos, impedindo a tempo que fôsse desviada de seus elevados fins, já hoje, decorridos apenas três anos, pode dizer sem vislumbres de vaidade que algo de útil e prático há realizado em prol do pan-lusitanismo e das “terras viciosas de África, Ásia e Oceânia” onde, hoje como ontem, amanhã

como hoje, os portugueses, fieis à sua estirpe e à tradição honrada dos seus Maiores, sem desfalecimentos nem temores prosseguem intrépida e galhardamente a dilatar a FÊ E O IMPÉRIO, — a fé e o império da alma, da cultura e da hospitalidade das virtudes lusíadas.

A “SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO”, que pela voz deste “Boletim”, larga e GRATUITAMENTE difundido em todo o inabarcável território da Nação Brasileira, assim como em Portugal e suas Províncias Ultramarinas, passará a comunicar trimestralmente com os seus milhares de leitores, espéra poder atingir dentro em breve as fases mais culminantes do seu progrâma pan-lusitano, se os portugueses residentes no Brasil lhe não recusarem o seu admirável concurso, na certeza, porém, de que o seu lêma é o sublime verso de Camões que encabêça êste simples preâmbulo.

Entretanto, saúdemos desde já nos triunfais arreboís do presente, a radiosa vitória que se avizinha, gritando:

- Por Portugal!
- Pelo Brasil
- Pela Estirpe!
- Pela Grei
- Pelo Pan-lusitanismo!

A DIRECÇÃO



COM A PRESENTE PÁGINA, EM QUE SE INSCREVEM OS TITULOS DOS PRINCIPAIS JORNAIS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE, PRESTA A "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO" A SUA HOMENAGEM AO PATRIOTISMO, Á ABNEGAÇÃO E AO ARDENTE FERVOR LUSÍADA DA ESFORÇADA IMPRENSA PORTUGUESA ULTRAMARINA, QUE TÃO NOBREMEN-TE SOUBE COMPREENDER O SEU PROGRAMA E TÃO PODEROSAMENTE TEM CONCORRIDO PARA O SEU PRESTÍGIO EM TERRAS DE ÁFRICA.



IMPRENSA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS

The collage features the following titles and details:

- A PROVÍNCIA DE ANGOLA**: DIÁRIO DA TARDE. ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- O LOBITO**: ÓRGÃO DOS INTERESSES DO PORTO E CIDADE. ANO 111 - Nº 1107. 19 de Outubro de 1932.
- NOTÍCIAS DA NUILA**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- MOSSAMEDES**: Quinquênio defensor dos interesses do Distrito. ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- O INTRANSIGENTE**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- VOZ DO PLANALTO**: ÓRGÃO DE DEFESA DO CONCOMERCIO NACIONAL EM ANGOLA. ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- Jornal de Benguela**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- Comercio de Angola**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- Noticias**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- Mozambique**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- O EXPORTADOR DE ANGOLA**: REVISTA ANUAL DE EXPORTAÇÃO. ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- ANGOLA DESPORTIVA**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- O EMANCIPADOR**: SEMANARIO OPERARIO. ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- O DISTRITO**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- O Brado Africano**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- COMERCIO DA BEIRA**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- A LUCTA DE ANGOLA**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- Ultima hora**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.
- O Direito**: ANO 111 - Nº 1108. 25 de Outubro de 1932.

O DEVER COLONIAL DA NAÇÃO PORTUGUESA

PELO ALMIRANTE VICTOR HUGO DE AZEVEDO COUTINHO

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

ANTIGO ALTO COMISSÁRIO DA REPÚBLICA EM MOÇAMBIQUE
ANTIGO SENADOR E ANTIGO MINISTRO DA MARINHA

Se bem que, modernamente, devido a uma intensa propaganda, as nossas províncias ultramarinas sejam melhor conhecidas de nacionais e estrangeiros, a verdade é que desse

conhecimento e por circunstâncias várias, ainda não resultaram correntes definidas que levassem a uma orientação clara a administração privativa de cada uma das parcelas do nosso património colonial.

Uma razão forte explica, em grande parte, as deficiências que se registam.

A instabilidade económica e financeira do mundo, efeito duradouro da Grande Guerra e que ainda por largo tempo se fará sentir, não tem, de uma maneira geral, permitido neste período de incertezas, estabelecer normas de administração, embora de carácter evolutivo.

Compreende-se, assim, que as dificuldades aumentem quando haja a cuidar de colónias extensíssimas, afastadas da mãe pátria e onde, na satisfação das exigências que as condições próprias lhes criam, há a despender uma maior soma de esforços.

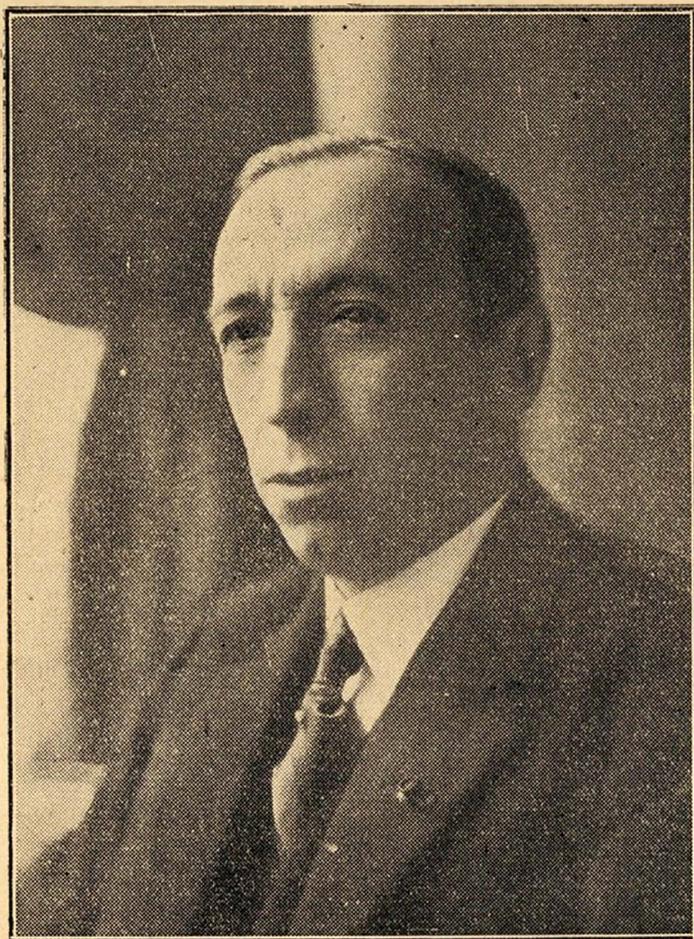
A nação portuguesa procurou sempre cumprir o seu dever colonial; e, nesse dever cumprido tem encontrado as boas razões de defesa quando as ambições alheias, com intuídos de extorsão, pretendem desvalorizar o seu esforço colonizador.

Mas, tanto não basta; e hoje volta a tornar-se necessário juntar a esse esforço próprio, traduzido claramente em ideias e acção, uma hábil política internacional que nos preserve daquelas ambições que dia a dia se agitam num torvelinho inquietante, capaz de levar de vencida os mais sãos princípios de direito e de justiça.

A nossa política, ao iniciar-se a última conflagração européa, tomou o bom caminho; essa política assegurou o nosso direito colonial e, consequentemente, afastou as nuvens sombrias que se acastelavam sobre o nosso património

ultramarino, trazendo-nos um período de relativo sossego; mas, diz-se, a Guerra terá a sua recidiva se a acalmia actual não fôr de transigências...

Continuemos, pois, cumprindo o nosso dever, fazendo a intensa propaganda do nosso es-



ALMIRANTE VICTOR HUGO DE AZEVEDO COUTINHO

fôço progressivo, mas sem perdermos de vista o que em volta de nós se passa, para que saibamos, na hora própria, atender o interesse nacional.

Bem haja a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, que inscreveu no seu programa a propaganda dos valores morais e históricos das nossas províncias ultramarinas e suas possibilidades económicas e turísticas.

Dar a conhecer o que temos sido e o que hoje valemos é cimentar com a Justiça o nosso direito colonial.

Lisboa, Março 933

Vitor Hugo de Bencio Coutinho

OS PRINCIPAIS RECURSOS ECONÓMICOS DE TIMOR

A agricultura e a pecuária são as maiores fontes de riqueza da província de Timor. Entretanto, essa nossa longínqua província da Oceânia é rica de minerais (ouro, cobre, ferro, manganês) e até de petróleo, embora não se tenham informações concretas a respeito das possibilidades de exploração prática e económica de tais produtos.

A agricultura timorense esteia-se, sobretudo, no café, de qualidade super-fina; no arrô; no milho, do qual, na parte sul da ilha, são obtidas duas colheitas anuais; no tabaco, apreciadíssimo, sobretudo o de Balibó; nas batatas; na mandioca; nas batatas doces e nos legumes.

As árvores de fruto, tais como bananeiras, mamoeiros (papias), mangueiras, "anona squamosa", (1) goiabeiras, jacas, etc., desenvolvem-se com extrêma facilidade. O cacau, o chá, delicioso e muito aromático, a baunilha, o algodão, o sisal, a cola, a cana de açúcar e o trigo são cultivados em certa escala.

Timor é, também, rica em essências florestais. Há madeiras preciosas com enorme abundância e ótimas para construção e para trabalhos de marcenaria. Além disso, nas margens dos rios são numerosas as plantações de "casuarinas" e de eucalíptos. Os bambús, então, são comuníssimos.

(1) — Fruta de conde.

LEIAM:

"CARTAS DE ANGOLA" por Gastão Sousa Dias

AS FONTES DE RIQUEZA DA GUINÉ PORTUGUESA E SUAS POSSIBILIDADES

A sólida estrutura económica da Guiné Portuguesa assenta, como na quasi totalidade das restantes regiões africanas, na agricultura e na pecuária.

O arrô é cultivado por quasi todos os povos indígenas, embora sejam os Balantas aquêles que o fazem com maior largueza e afinco, sobretudo nas zonas marítimas, onde esta cultura tem maior incremento.

O amendoim é, porém, cultivado em larga escala, em toda a Província e por todas as raças indígenas.

Em 1929 a exportação deste produto foi de 21.775 toneladas.

Nêsse mêsmo ano saíram dos portos da Guiné, 11.074 toneladas de coconote; 356 idem de óleo de palma, cuja destilação foi realizada, em grande parte, nas usinas de Bubaque e da Ilha de Soga; 188 idem de couros; 40 idem de cêra e 49 idem de borracha.

O "Elaeis Guineensis" encontra-se com frequência em todas as regiões da Província.

Lá produzem com grande abundância todas as árvores frutíferas próprias dos países tropicais e faz-se em regular escala a cultura da cana de açúcar, do rícino, do tabaco e do algodão.

A sua fauna também é variadíssima, — tão variada e tão rica, aliás, como a sua flora exuberantemente tropical!

Elefantes, hipópótamos, crocodilos, panteras, antílopes, chimpanzés, macacos e múltiplas espécies de passerada vivem na Guiné, em plena selva ou á borda dos diversos rios e canais, de tal sorte que tornam esta região em paraíso ideal dos caçadores de verdade...

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE MOÇAMBIQUE

A Província de Moçambique está dividida em sete distritos debaixo da directa administração do Estado e de uma companhia privilegiada, com poderes majestáticos, administrada por particulares.

Os distritos são: Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Moçambique, Tete, Cabo Delgado e Niassa, e uma companhia privilegiada, a Companhia de Moçambique, exerce a administração nos territórios entre o Rio Save e o Zambeze.

Todos os distritos estão divididos em circunscrições.

O Novo Padrão de São Vicente

Discurso proferido pelo Exmo. Senhor Doutor Ricardo Severo e mui gentilmente cedido por S. Excia. ao "Boletim da Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro".

Há mais dum ano passado, reunimo-nos neste local, comemorando a entrada pelo mar de Martim Afonso de Sousa, o fundador da Vila de São Vicente; foi isto quando da cerimónia da pédra inaugural para a *coluna-padrão* que a Colónia Portuguesa de Santos e S. Vicente ofertou afim de comemorar êste acontecimento notável, que é o primeiro acto oficial e histórico da ocupação e colonização do Brasil pelo govêrno de Portugal.

Tive então a honra de traduzir, em nome da Comissão realizadora desta homenagem, o simbolismo deste padrão quanto á sua idéa e arquitectura; e procurei salientar a extrêma singularidade das suas formas, pois que, só esta simplicidade poderia atingir o gráu monumental do facto histórico e, ao mesmo tempo, a universal expressão dum simples átomo da Verdade.

Átomo real da primeira célula que gerou o corpo gigantesco da maior nação da América Meridional; tal foi o significado do primeiro marco, chantado no limiar da acrópole da nova nacionalidade.

Essa primeira balisa, porém, não existe mais no antigo local, porque o mar com o seu leito de areia veio estirar-se pela terra dentro, alagando a primitiva vila.

Os portugueses de agóra — felizes habitantes desta boa térra — concertáram-se para erger uma nova balisa, não, substituindo a dos ancestrais patrícios, d'ha quatrocentos anos, mas, colocando-a sobre uns rochedos que o mar sempre respeitou, e dando-lhes fôrma perdurável com o estílo heráldico representativo dêsse grande feito que passou da sua ERA LUSIADA para a ERA PRIMEIRA da história do Brasil.

* * *

Construído com o mais alvo granito dos campos do Piratininga — por onde se estende a grandiosa capital deste maior dos Estados brasileiros —; transportado para as "Pedras-do-Mato" na orla marítima desta primeira

Capitania de demarcação territorial do país brasileiro; êste singêlo monumento contém no seu corpo a material substância, não só do feito histórico de ocupação e povoamento, como tambem do próprio solo e natureza, em cujo quadro magnífico se fôrma a nova e magnífica nacionalidade.

Compôsto com os símbolos e escudos da iconografia e nobiliarquia quincentista, que representam uma tradição centenária e uma epopéia maravilhosa, êste modesto padrão tambem irradia o espirito que animou a heroicidade dum povo, conduzindo-o desde os recantos da vêlha Lusitânia até á obra universal da civilização por tôdas as térras e por todos os mares. Nêle está tambem a alma primeva da nação brasileira, e nêle tem origem a heroica ERA DOS BANDEIRANTES.

Erguida no meio da natureza encantadora do quadro vicentino, á luz da dourada opulência deste sôl tropical ou sob a prateada fantasia dos seus luares de misteriosas claridades, surgirá, do espelho ondeante que borda o areal da costa, como espétro doutras éras, engrandecido pela visão do culto tradicional, aureolado por espumas do mar, luzes e nuvens do céu, grinaldas floridas dos jardins da térra.

* * *

Surgirá como cavaleiro de antigos templos, ordens ou cruzadas; o elmo recortado em globo armilar, donde uma só vista abraça todo o universo zodiacal; sobre o virol, o timbre em cruz, que foi o seu emblêma, e o seu talismã por térras e mares ignotos; o manto longo e alvo com a brancura do voto absoluto e da pureza da sua fé; e sobre o seu busto de gigante em relevante brocado de prata e ouro, os quatro escudos, que não nos falam só de heráldica mas de genealogia e de história; para o lado do mar o escudo real do seu monarca e da sua pátria, tambem a insígnia da cruz-de-cristo que cobre o novo mundo português; para o lado da terra o brasão nobiliárquico do fundador e o símbolo armorial da nova pátria brasileira, no pleno

triufo da sua independência, na sua éra actual de maravilhoso progresso.

Parêce alrear-se, êsse Cavaleiro-do-Mar, em um nimbo de fantasmagoria, como arauto rememorando a epopéia dos lusíadas ou anunciando a aparição, no surgidouro da barra, entre a Ilha do Mudo, e o morro Xinxová da náu capitânia, "N.^a-Snr.^a-das-Candeias", e do galeão "S. Vicente", que na tarde histórica de 22 de Janeiro de 1532 approaram á pequena abra de S. Vicente aferrando na fóz do Estreito em frente ao Tumiarú.

Fundada pelo capitão mór Martim Afonso de Sousa, a nova vila com seu alfós, e estabelecidas no território da Nova Lusitânia as ordenações da vélha metrópole, com o feudalismo das suas capitánias, com os alicerces raciais e legais duma nova pátria, foram-se as náus com os nobres mandatários d'el-rei; e sumiram-se lá onde o mar se junta ao firmamento — pelo oceano imenso de incertos rumos e vagos destinos, sob um ceu infinito de quiméricas miragens e enganósas estrelas. Entre mar e céu, vagueáram então, não só êstes, mas outros heróis duma nação de argonautas, entrégués de

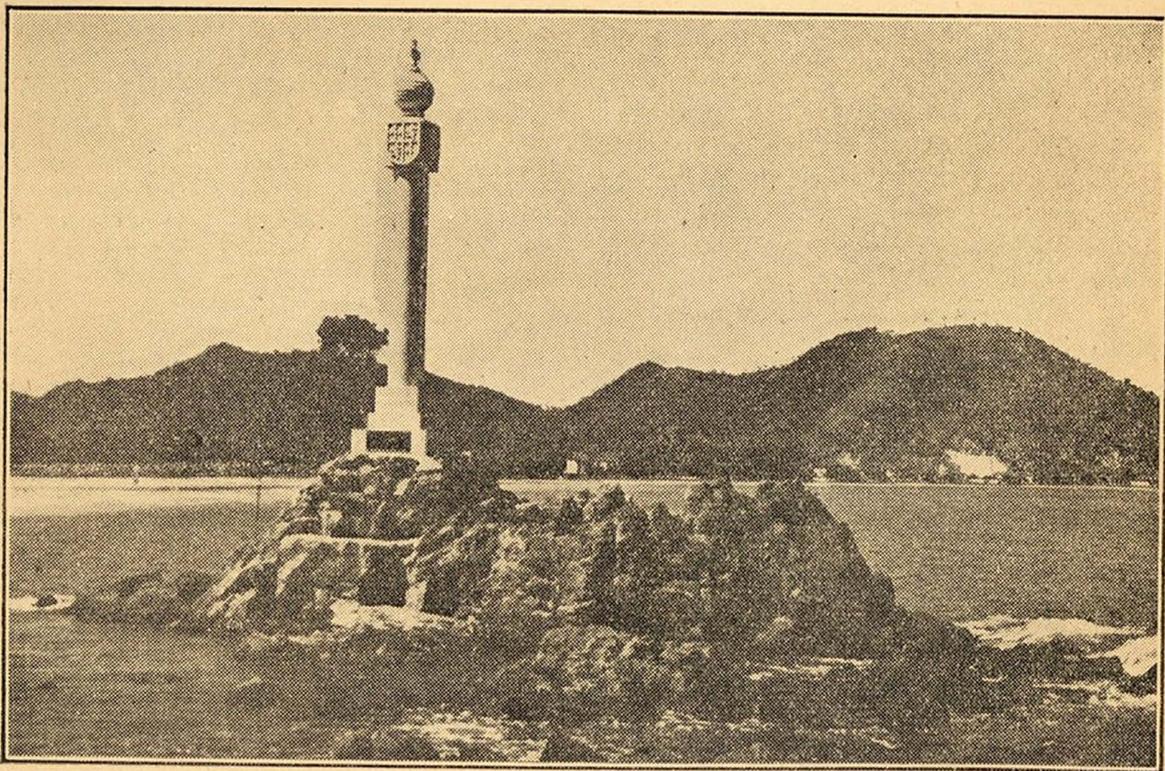
corpo e alma á maior aventura de que résa a história, enebriados pela utopia do mais vasto imperialismo que tem pretendido dominar o mundo.

* * *

Entre êsse passado e o presente, mantem-se sobre aqueles rochedos da praia vicentina, a figura hierática do novo cavaleiro-fantasma, personificação visionária no quadro da tradição e da história, arauto e vigia na fronteira dum Novo Mundo.

No eixo vertical desta alegória que se levanta do mar para sagrar-se sob a auréola constelar do Cruzeiro-do-Sul, permanéce a granítica realidade dessa coluna-padrão, a comemorar a epopéia portuguesa, que, no tempo, vai até aos primórdios da civilização europeia, que, no espaço, vem até aqui, á origem da nação brasileira.

Com êste simbolismo de ideação e de fórmula, neste local firmáram os portugueses a balisa comemorativa da "*Brasiliae-cellula-mater*"; e como êste padrão significa ainda um acto colectivo de culto patriótico, revertendo ao passado, e um voto permanente de prosperidade, enca-



Coluna-Padrão que a Colónia Portuguesa de Santos e São Vicente mandou erigir sobre as "Pedras-do-Mato", fronteiras á Praia de São Vicente, para comemorar o quarto centenário da fundação da primeira Vila de São Vicente pelo Almirante e Primeiro Capitão-Mór Martim Afonso de Sousa, cuja armada fundeou na Abra de São Vicente em 22 de Janeiro de 1532.

rando o futuro, com êste resplendor de idealismo, de crença, de veneração, entregam o modesto monumento á Prefeitura de São Vicente, nêste local em que se originou, há quatrocentos anos, a formação histórica da nação brasileira, á qual o ofértam, dedicam e consagram.

* *
* *

CAVALEIRO — DAQUEM-OU-DÁLEM-MAR — de Cristo, dos Templários ou de Santiago—permanêce onde estás, no teatro da história, do sonho ou da fábula, envolto no teu alvo manto de fantasia, brocado a ouro e prata pelo sól e pela lua desta maravilhosa ribalta da natureza brasileira.

Viêste com as lendas atlânticas até êste continente ocidental que descobriste, do “Bo-reas ao Austro”, desde a Groelandia, pelas terras dos Córtes Reais e do Labrador até ao estreito de Magalhães, e cujo coração ocupaste criando ao redor o vasto organismo do maior império da América do Sul.

CAVALEIRO-DE-PORTUGAL — dos Sousas, dos Coelhoos, dos Gamas, dos Albuquerqueos e doutros brasões — que surgiste pelo mar na cruzada lusíada, nêssa ala de sonhadores e trovadores andantes duma quiméra, duma religião e dum ideal; não trespases a nebulosa idealista que te cêrca e te consagra; e fica-te pelos cabos, pelas baías, pelos estuários, em cujo fundeadouro arribáste e ancoraste.

Frente á materialidade moderna, que tudo arrasa na sua tirania estática, na sua potência dinâmica, comporás com outros muitos doutras pátrias o estado-maior duma nóva ala de *Bandeirantes-do-ideal*, que tem de surgir dos oceanos e dos continentes para reformar as nações dentro dum culto e dum regimen humano, para as orientar e unir sob o govêrno do pensamento e da razão, para reconstruir o mundo do espírito que será a pátria moral da humanidade.

CAVALEIRO-E-BANDEIRANTE-DO-BRASIL!

Eis a tua missão nêsta pátria bendita, no coração da esfêra armilar que é o celêste emblêma do universo e tambem da tua gloriósa bandeira.

S. Vicente, 19-III-1933

Reinaldo Lima

**Salvador Correia de Sá e Benevides
José Mendes Ribeiro Norton de Mattos**

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, guiada pelo nobre desejo de homenagear dois dos muitos portugueses que trabalharam pelo progresso e pela consolidação de Angola, — Salvador Correia de Sá e Benevides, seu galhardo restaurador e reflectido consolidador da nossa soberania, naquella Província, e General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, seu grande e arrojado reformador hodierno —, fez descerrar em sua séde social os retratos destes egrégios portugueses e preclaros governadores, o primeiro como lídimo representante dos nossos métodos de colonização estatica, do qual êle, em todos os tempos, foi o mais perfeito executor; e o segundo, como expressão triunfante do regíme dos Altos Commissariados.

**EXPORTAÇÃO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE DURANTE
O ANO DE 1931 E SEGUNDO OS PAÍSES DE DESTINO**

(ESCUDOS OURO)

PAÍSES DE DESTINO	TOTAL GERAL	Administração do Estado	Territorios de Manica e Sofala
Total do comércio de exportação	8.996.678	7.485.393	1.611.285
Portugal	1.029:267	534:876	494:391
Angola	6:393	5:742	651
Moçambique..	112:975	—	112:975
M. e Sofala..	241:320	241:320	—
Poss. port.	56:604	56:326	278
Alemanha.	587:245	556:324	30:921
América.	7:789	6:634	1:155
Bélgica.	522:455	468:701	53:754
Congo Belga.	394:749	41	394:708
China.	1:306	—	1:306
Dinamarca.	95:384	95:264	120
França.	1.340.187	1.336:734	3:453
Gran-Bretanha..	772:543	721:690	50:853
India.	197:675	197:394	281
Rodésia.	421:790	135:142	286:648
Suazilandia e Zululandia	3:784	3:784	—
União S. Africana.	2.457:661	2.446:336	11:325
Poss. britanicas (outras)..	190:273	141:528	48:745
Holanda.	465:038	464:226	812
Itália.	65:195	64:745	450
Itália (possessões)	6:475	6:475	—
Japão.	147	147	—
Noruega.	1:833	1:601	232
Consumo de embarcações	18:590	363	18:227

REPUBLICA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Gabinete do Ministro

N.º 604

Exmo. Senhor.

S.Exa. o Ministro das Colónias, encarregou-me de agradecer a V.Exa. o officio de cumprimento e saudações, que essa prestante sociedade se dignou enviar-lhe a proposito da viagem de S.Exa. ás nossas colónias de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

São absolutamente agradáveis os termos em que esse officio vem redigido, por nele se expressarem palavras de intensa fé nos nossos destinos, que vão dia a dia melhormente firmando, com uma obra constructiva e forte, em todos os dominios da administração.

Os nossos dominios ultramarinos, padrão de gloria e genio, acompanham decididamente no esforço que Portugal - de que fazem parte integrante - vem realisando, e que é o orgulho dos bons portugueses.

Essa grande Sociedade, mantendo, animando e arreigando o espirito português em quantos por esse Brazil andam, cumpre uma grande missão, que muito grato nos é co-actuar.

Receba V.Exa. os nossos cumprimentos com o desejo para todos de

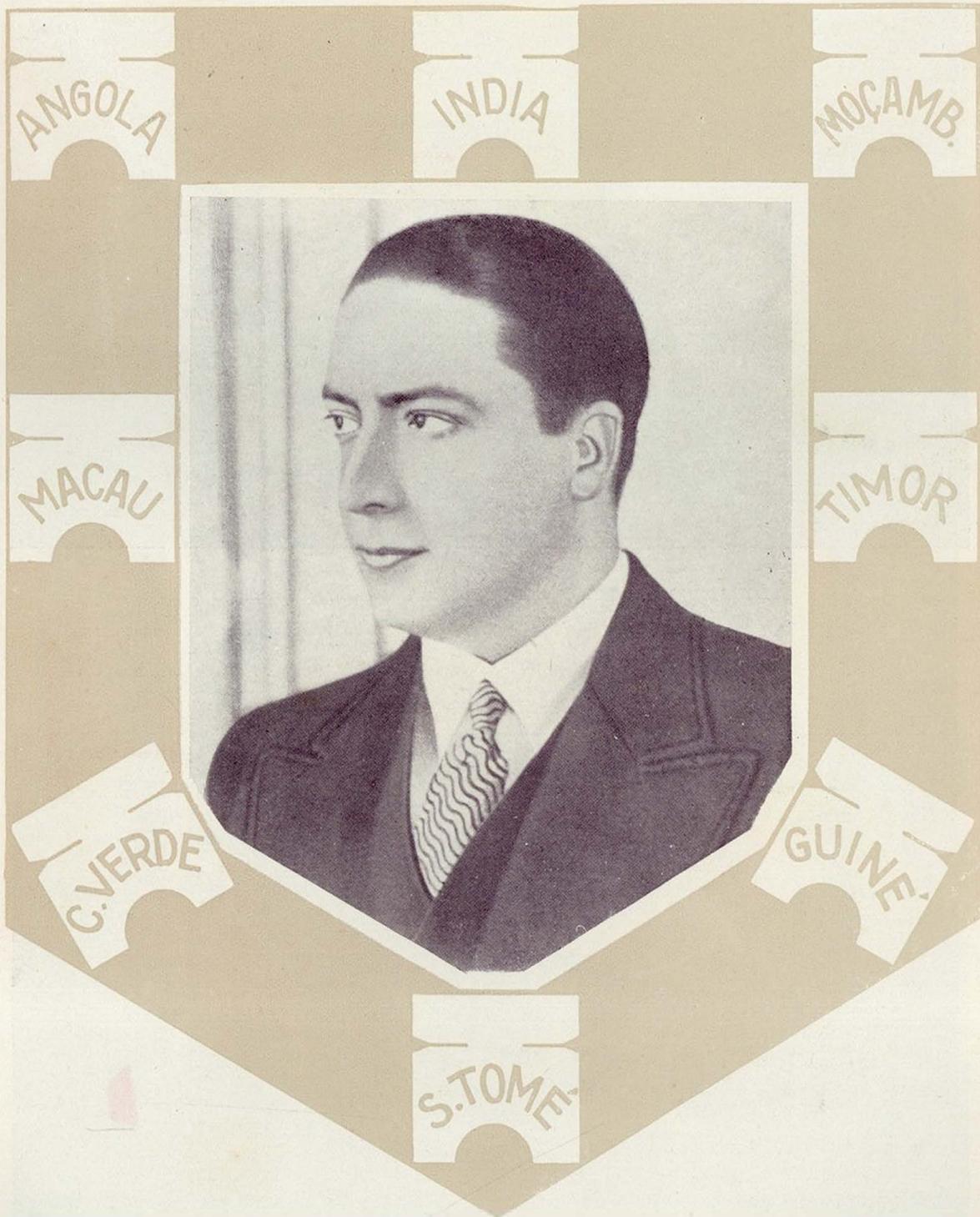
Saude e ^Fraternidade

Gabinete do Ministro da: Colónias, 14 de Dezembro de 1932.

Exmo.Senhor SECRETARIO DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

O Chefe do Gabinete,

Mansur Pires Figueira



SUA EXC.^a O SR. DR. ARMINDO RODRIGUES MONTEIRO

MINISTRO DAS COLÓNIAS DE PORTUGAL

Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

Grã-Cruz da Ordem do Império Colonial

Grã-Cruz da Ordem de Cristo

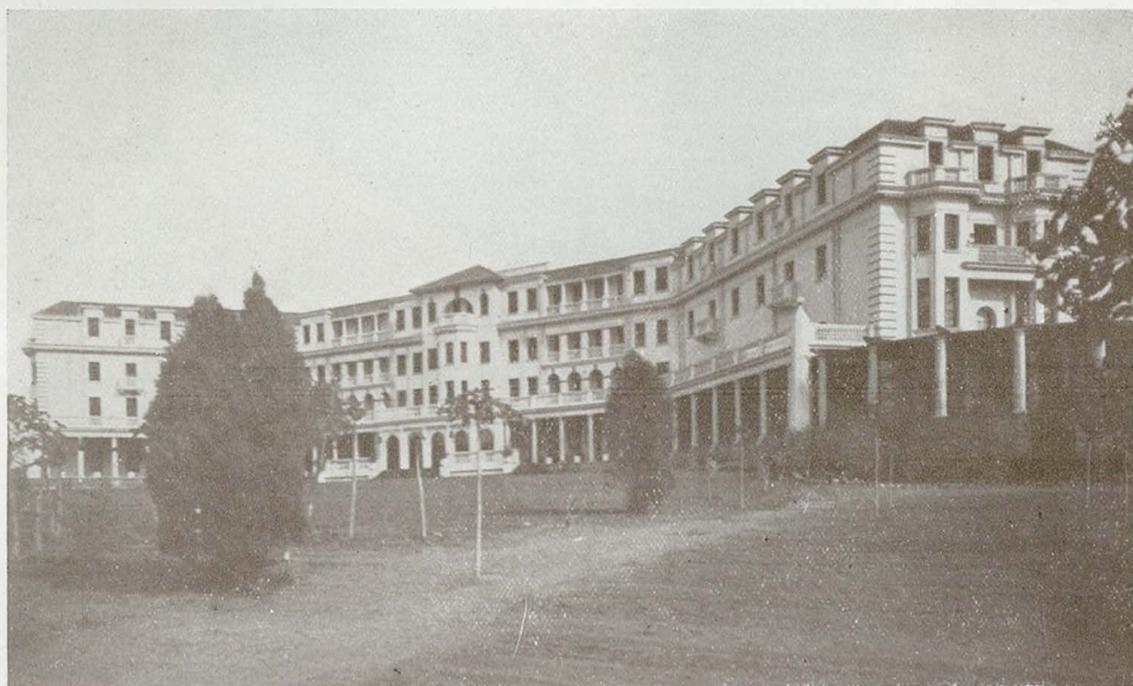
Grã-Cruz da Ordem da Corôa da Itália

Grã-Cruz da Ordem da Corôa da Belgica

Grande Oficial da Legião de Honra da França



LOURENÇO MARQUES—ESTAÇÃO DOS CAMINHOS DE FERRO



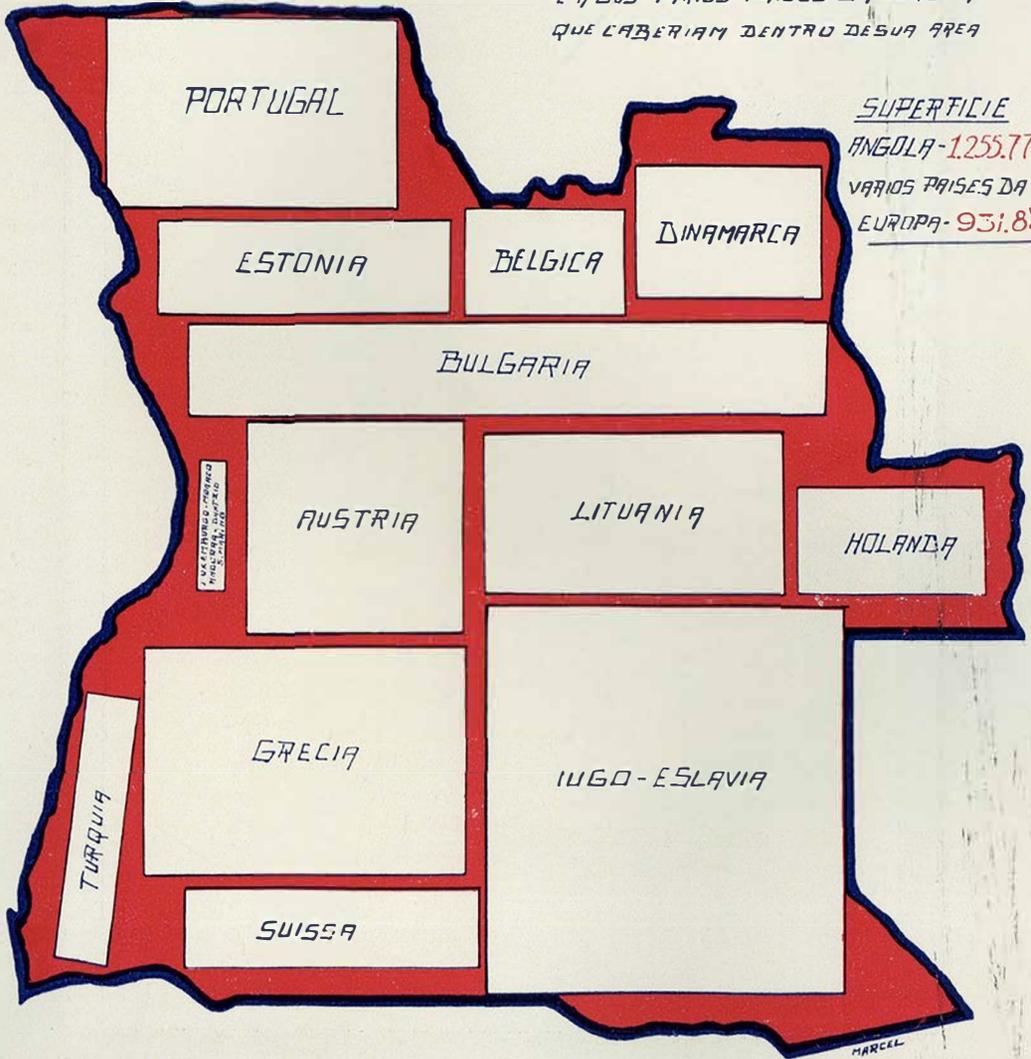
LOURENÇO MARQUES—POLANA HOTEL
UM DOS MAIORES, MAIS MODERNOS E MAIS CONFORTÁVEIS DA ÁFRICA DO SUL.



TENIENTE-CORONEL FRANCISCO ROQUE DE AGUIAR
HEROI DE MARRACUÉNE

ANGOLA

COMPARAÇÃO ENTRE A SUA SUPERFÍCIE
E A DOS VÁRIOS PAÍSES DA EUROPA
QUE CABERIAM DENTRO DE SUA ÁREA



SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

MEMÓRIAS DA MINHA VIDA COLONIAL

POR JOSE' MENDES RIBEIRO NÓRTON DE MATOS

GENERAL, BACHAREL EM MATEMÁTICA PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
 PROFESSOR CATEDRÁTICO DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO DE LISBOA
 ANTIGO GOVERNADOR GERAL E ALTO COMISSÁRIO DA REPÚBLICA EM ANGOLA
 ANTIGO MINISTRO DA GUERRA E ORGANIZADOR DO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS
 ANTIGO EMBAIXADOR DE PORTUGAL EM LONDRES.
 SÓCIO HONORÁRIO DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO".

A í por meados de 1912, pouco tempo depois de ter tomado conta do meu lugar de Governador Geral de Angola, foi-me dada notícia da próxima chegada ao porto de Luanda de uma canhoneira alemã, cujo nome não quero trazer para o caso.

O conhecimento, ainda que imperfeito, que nessa época tinha da política que os alemães estavam fazendo para nos arrebatarem Angola e parte de Moçambique, transformava, de agradáveis que deveriam ser, em aborrecidas e fastidiosas, as visitas que, com capa de cortezia, eram feitas ao representante de Portugal naquelas terras portuguesas de África. O que então já sabia era bastante para me autorizar a atribuir aos navios de guerra alemães que demandavam com tanta freqüência os portos de Angola, intenções e propósitos de sondarem o espírito de resistência que nos animaria perante quaisquer tentativas de violação de soberania, o valor do nosso sentir nacional, a fôrça do nosso patriotismo, e quiçá fins ocultos de informações a receber e de instruções a dar aos agentes alemães que formigavam na colônia. Mais me confirmaram nestas suspeitas os insólitos pedidos que o comandante da canhoneira alemã, mal chegado ao porto, me apresentou para desembarcar fôrças armadas com o fim de fazerem exercícios militares nos arredores de Luanda e para utilizarem a carreira de tiro da cidade em repetidas sessões de tiro ao alvo! Causará, por certo, admiração a muita gente que se pudessem fazer pedidos desta natureza. Pouco se sabe em Portugal do que se passa nas nossas colônias, e quasi todos os portugueses ignoram o que foram em Angola, sob o ponto de vista internacional, os três anos de verdadeiro inferno, de princípios de 1912 aos primeiros meses de 1915. Hei-de contar o que isso foi nestas *Memórias da minha vida colonial*...

Com muita firmeza e com alguma diplomacia consegui que tão afrontosos pedidos fôs-

sem retirados. Cumpria-me esconder, após a necessária rudeza da minha atitude, o fastio, o mau humor e a irritação que me invadiram, e voltar a ser apenas o alto funcionário colonial na missão de receber hóspedes estrangeiros. Convidei para jantar comigo no Palácio do Governador o comandante e os oficiais da canhoneira alemã. Jantar de gala com a magnífica sobriedade e a meticulosa correcção, factores indispensáveis da grandeza que deve caracterizar festas oficiais. Foram numerosos os convidados. Além de funcionários civis e militares, outros portugueses residentes em Luanda e o cônsul da Alemanha, que então não era de carreira. Desempenhava essas, nesse tempo, tão ingratas funções um comerciante que reunia ás qualidades de um português de lei, muito critério e uma rara distinção de maneiras. Tudo correu normalmente até aos brindes. Como determinava o protocolo, brindei pela saúde do Imperador da Alemanha. A orquestra entoou o hino alemão e passaram rápidos alguns segundos. O comandante alemão que estava quasi em frente de mim, sentado á direita de minha mulher, levantou-se e brindou "pela prosperidade das colônias portuguesas"!

Por sôbre todos os portugueses que estavam á mesa correu um violento golpe de ar gelado. A orquestra não recebeu o sinal combinado para tocar o hino português. Levantei-me e pedi desculpa de me ver obrigado a fazer mais um brinde, que não podia deixar de ser levantado em festas oficiais portuguesas, e brindei solenemente, em palavras lentas e destacadas, pela saúde do Presidente da República. A orquestra tocou a "Portuguesa". Poucos minutos depois acabava o jantar. Seguiu-se na sala do café uma conversa pouco animada. Era evidente o mal-estar em que todos nos encontrávamos. Passou uma meia hora e a festa tinha acabado.

A canhoneira alemã deixou as águas de Luanda na madrugada do dia seguinte.

*

Decorreram algumas semanas e recebi aviso de nova visita de uma canhoneira alemã. Agora era a *Panther*, célebre pelo gesto audacioso e brutal de Agadir.

Fiquei preocupado e apreensivo, mas resolvido a não ceder e sobretudo a não deixar desprestigiar o meu país.

O comandante da *Panther* era um oficial de uma grande distinção, adivinhava-se ao primeiro contacto ser daqueles homens que se escolhem para desempenhar altas missões. Disse-me que fazia parte da casa militar do Imperador. Hesitei se devia ou não convidá-lo para jantar, mas resolvi fazê-lo. Tinha de dar uma lição...

Decorreu sem incidente o jantar, e chegado o momento dos brindes levantei-me e brindei "pela prosperidade das colónias alemãs". Não pôde o comandante da *Panther* reprimir um movimento de espanto, mas dominando-se, ergueu-se e brindou glacialmente "pela prosperidade das colónias portuguesas". Não houve orquestra nêsse jantar.

No dia seguinte disse-me o cônsul da Alemanha que o comandante alemão lhe perguntara se não era costume brindar-se em jantares oficiais portugueses aos chefes de Estado. Respondeu o cônsul que sim, mas que eu, certamente, me não quisera sujeitar a grosseria idêntica á praticada pelo comandante da canhoneira que anteriormente nos visitara, e contou-lhe o que se tinha passado.

*

Poucos dias depois recebi a comunicação de que a *Panther* vinha de novo ao pôrto de Luanda. Já eram visitas demasiadas...

Chegou a *Panther* e á hora por mim fixada compareceu no Palácio o comandante alemão para me apresentar cumprimentos. Vi logo que alguma cousa muito importante tinha a dizer-me, e não lhe pedi que se sentasse. De pé, diante de mim, pálido e sereno, disse-me que voltava a Luanda por ordem do Imperador, para me apresentar desculpas do procedimento do coman-

dante de uma canhoneira alemã, que, tendo eu brindado pelo Chefe de Estado da Alemanha, não cumprira o seu dever, brindando pelo Chefe de Estado de Portugal. Acrescentou que grande honra lhe daria se fôsse nêsse dia jantar com êle, acompanhado de alguns funcionários portugueses, a bordo da *Panther*. Respondi apenas: "muito obrigado, vou transmitir as suas palavras ao meu Govêrno; aceito gostosamente o seu convite para jantar". Sentámo-nos e conversamos durante algum tempo.

Á hora aprazada, o bergantim do Governador Geral atracava á *Panther*. Fui recebido com as honras que me competiam, tocando a orquestra de bordo a "Portuguesa". Minutos depois anunciava-se o jantar, e seguimos para o recinto onde estava posta a mesa. Designados os lugares, íamos sentar-nos quando o comandante nos pediu que esperássemos um momento. Ficamos todos em pé, aguardando. Dois marinheiros se aproximaram, um conduzindo uma salva com taças de cristal, outro uma garrafa de "Champagne". Servido o vinho, o comandante ergueu o seu copo e disse: "Á saúde do Presidente da República Portuguesa". A orquestra tocou o hino português, que ouvimos perfilados. As taças esvasiaram-se. Tinha-se feito o brinde que um oficial da marinha de guerra alemã indevidamente deixara de fazer.

Sentámo-nos, e o jantar principiou.

*

Dois anos depois rebentava a Grande Guerra. Desempenhei nela o papel que a Nação me distribuiu e, em guerra, procedi para com os alemães como na guerra se procede para com o inimigo. Mas, nunca deixei de reconhecer as virtudes do povo alemão, e perante os seus defeitos que uma propaganda genialmente organizada amplificou exageradamente, como arma de guerra das mais eficazes, nunca pude esquecer a sensação de grandeza moral que me produziu o episódio que acabo de narrar.

Nilton de Mattos

Seja amigo de si mesmo !
...compre n'O CAMIZEIRO, 28/32 - Assembléa

A administração pombalina em Angola

D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

Ao Ex.^{mo} Sr. General Norton de Matos

PELO CAPITÃO GASTÃO SOUSA DIAS

PROFESSOR, ESCRITOR E COLONIALISTA—SÓCIO-CORRESPONDENTE
DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO"

ESPECIALMENTE PARA ESTE BOLETIM E PARA A "SEARA NOVA"

O MONOPÓLIO E O TRAFICO

A economia angolana desde o início da conquista baseava-se em dois princípios fundamentais: o *monopólio comercial do Estado* e o *tráfico dos escravos*. Mas, porque o segundo era uma fonte exageradamente lucrativa, que enriquecia directamente os negreiros e indirectamente os cofres públicos, pelos direitos que rendia, e as autoridades, pelas gratificações que cobravam — começou o primeiro a ser por êle gravemente contrariado. Os estrangeiros, como enxame atraído pelos ganhos da escravatura, não abandonavam as costas de Angola, procurando introduzir nela as suas mercadorias, a trôco das cubiçadas *peças da Índia*, que constituíam a única e illusória riqueza da colónia (1). E baldadamente as leis recomendavam "que os governadores das conquistas não admittissem nos portos delas navios alguns ingleses ou de qualquer outra nação estrangeira" (2). Comprovada a impossibilidade de manter o monopólio comercial, a corôa teimava todavia em manter o exclusivo da nave-

gação e do comércio (3) que, particularmente em Angola, pela extensão da costa e carência de elementos de fiscalização, era absolutamente insustentável. A doutrina do *pacto-colonial*, abalada como veremos, em tempos de Pombal, há-de continuar todavia após o seu efêmero consulado, a orientar ciosamente a acção dos estadistas.

Martinho de Melo e Castro será a encarnação típica dêsse exclusivismo doutrinário, de cómodos proventos para a Metrópole, mas de impossível e até perigosa manutenção em face da rivalidade de estrangeiros, que, *atraídos pelo cheiro do sangue negro*, não encontravam nas colónias portuguesas forças capazes de os enxotar. E a aplicação teimosa da doutrina levaria mais longe, chegando a combater não só a concorrência estrangeira, mas ainda a concorrência da própria colónia do Brasil: "Nesta certeza não se pode ver sem grande dôr, que os nossos domínios do Brasil tenham absorvido em si todo o comércio e navegação da costa de África com total exclusão de Portugal, e que aquella parte que



D. FRANCISCO INOCÊNCIO DE SOUSA COUTINHO

(1) Em 16 de Maio de 1723, saíu de Lisboa a nau *Nossa Senhora da Atalaia*, comandada pelo capitão de mar e guerra José Semedo Maia, enviado por D. João V a escorraçar de Cabinda o comércio que os ingleses ali mantinham. Chegado em Setembro do mesmo ano, defrontou-se com 2 naus inglesas que praticavam a esca-

vatura e encontrou, construído na baía, um forte que bombardeou durante 48 horas, após o que desembarcou para completar a sua destruição.

(2) Alvará de 8 de Janeiro de 1711.

(3) Decreto de 8 de Abril de 1739.

os Brasileiros não fazem, pare todo em poder das nações estrangeiras". (1).

Os navios holandeses, ingleses e franceses saíam da Europa carregados de mercadorias para Angola, navegavam até 27° ou 28° de latitude sul e, buscando a altura do pórtico de S. Filipe de Benguela, montavam ao norte por toda a costa, demorando em frente dos portos, a que mandavam as suas lanchas, até chegarem a Cabinda, Molembo e Luango, onde lançavam âncora para o negócio do escravo, demorando aí livremente o tempo que lhes convinha. As suas fazendas internavam-se depois pelos sertões de Angola e Benguela, ao longo dos rios Zaire, Dande e Bengo, até à própria capital da Colónia!

O Encoje era considerado como um sertão importante, centro riquíssimo de comércio de marfim. Esta preciosa mercadoria era exportada clandestinamente pelo Ambriz, onde a negociavam os barcos ingleses a troca das suas fazendas. A construção de uma fortaleza no Encoje foi por esse tempo considerada como suficiente para evitar a circulação na colónia das mercadorias estrangeiras, introduzidas pelos portos do norte. E por isso veremos dentro em pouco, no governo de António de Vasconcelos, levada a cabo uma expedição, que ocupa o Encoje e ali levanta fortaleza. Breve porém se verificará ainda a ineficácia de tal medida: o comércio estrangeiro, directamente ligado ao tráfico, continuará a inundar a colónia com os seus artefactos de contrabando.

Não tardou todavia que a visão lúcida do Marquez de Pombal reconhecesse a impossibilidade de manter o monopólio do Estado, procurando para tamanho mal os necessários remédios. Remédios hesitantes, é certo, mas que, se os tempos subsequentes não fossem de lamentável retrocesso, deveriam ter estabelecido a transição para o comércio livre e por ventura para a extinção da escravatura — falsa riqueza com cuja exploração se ia cavando mais e mais a ruína de Angola, de que as crises contemporâneas são ainda um doloroso reflexo. Assim nasceram: o alvará de 10 de Junho de 1755, declarando livre para nacionais o comércio colonial, que até então fôra exclusivo do Estado, exceptuando a missanga e os velórios, restrição esta que dentro em breve era igualmente abolida (alvará de 7 de Outubro de 1756); e mais especialmente o alvará de 11 de Janeiro de 1758, tornando "livre e franco o referido comércio de Angola, Congo, Luango, e Benguela, Portos e Sertões adjacentes a todos e cada hum dos Meus Vassallos destes Reinos e seus Domínios, que até agora o fizeram, e pelo tempo futuro o queirão fazer".

No reconhecimento da impossibilidade de manter o monopólio deve basear-se igualmente a criação das grandes companhias privilegiadas, para as quais o Estado procurava transferir os seus exclusivos direitos. Assim se fundaram as companhias do *Grão Pará e Maranhão* (1753) e *Pernambuco-Paraiíba* (1755), ambas empenhadas no tráfico de escravos de Angola para o Brasil. "Agora iam e vinham (os navios) livremente, cruzando o Oceano, de Lisboa a Angola, a embarcar escravos, e do Pará, do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia a Lisboa, com

os carregamentos de assucar e pau-brasil, de tabaco, de algodão, de especiarias e de ouro." (2).

Iniciára-se assim um novo período, assente em novos conceitos de incompleta liberdade de comércio, mas que chegaria para lançar a colónia num brilhante, se bem que efémero progresso. E progresso efémero, porque estava ainda longe o momento definitivo da abolição da escravatura: de novo, em 1755, foram declarados livres os índios do Brasil, mas esse facto só fez aumentar o tráfico de Angola; os escravos desembarcados nos portos da Metrópole passaram a ser "libertos e fôrros, sem necessitarem de outra alguma carta de manumissão ou alforria", (3) mas essa determinação tinha somente em mira evitar que os escravos negros fôsem fazer na Metrópole concorrência aos moços de servir, "que ficando sem cômodos se entregão à ociosidade, e se precipitão nos vícios que delle são naturais consequências".

Para Angola, pelo contrário, continuava a legislar-se cuidadosamente no sentido de fomentar o tráfico: os direitos de saída dos escravos foram unificados (4): "por cada escravo, ou seja macho ou fema, que se embarcar no Reino de Angola e Portos da sua dependência, excedendo a altura de quatro palmos craveiros de vara que se usa na cidade de Lisboa, se pagará oito mil e setecentos reis em huma só e unica adição e por um só e unico despacho". As *crias de pé* pagavam metade dos direitos; e as *crias de peito* eram livres de qualquer imposto!

Só muito mais tarde uma nobre figura de estadista, educado nas doutrinas da Liberdade, proclamára do alto da tribuna parlamentar esta fundamental e humana verdade: "A política, a moral e o interesse nacional nos devem determinar a abolir o tráfico; embora se excitem os clamores dos especuladores e de autoridades corrompidas; é neste caso que a espada da justiça deve ser empunhada com mão de ferro". (5).

I

INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO POMBALINA

ANTECESSORES DE SOUSA COUTINHO

GOVÉRNO DO CONDE DA CUNHA (1753-1758).

A 23 de Julho de 1753 desembarca em Luanda D. António Álvares da Cunha, homem escolhido pelo Marquez de Pombal para iniciar a renovação da vida económica de Angola. Foi no seu governo que a Metrópole publicou os primeiros diplomas tendentes à libertação do comércio, que na história da colónia determinam o nascer dum novo período.

Absorvido em preocupações de carácter militar — construção de quartéis em Luanda, construção e acabamento da fortaleza de Cassandama, levantamento a

(2) *Brasil e Colónias Portuguesas* — Oliveira Martins, pag. 74.

(3) Alvará de 19 de Setembro de 1761 e Aviso de 2 de Janeiro de 1767.

(4) Alvará de 25 de Janeiro de 1758.

(5) Relatório do Ministério do Ultramar — 19 de Fevereiro de 1836 — Sá da Bandeira.

(1) Instruções de Martinho de Melo e Castro ao Governador de Angola, José Gonçalo da Camara (1779).

meio da barra de uma fortaleza sôbre estacaria — ordenou operações sôbre Benguela para garantia do comércio português e preparou uma expedição sôbre o Encoje, ponto estratégico do Alto-Loje, considerado como a chave das comunicações comerciais do litoral com o interior.

O problema de abastecimento de água à capital continuava a apresentar-se com o seu aspecto instantâneo, pois sem a sua resolução não poderia pensar-se em melhorar as condições de salubridade da cidade. O Governador procura resolvê-lo, estudando as possibilidades de canalização das águas dos rios Bengo ou Cuanza.



UMA LAVADEIRA DE LUANDA
(Segundo uma fotografia de Moraes)

TRAVESSIA PARA MOÇAMBIQUE

Como aspiração latente, a ideia da travessia vem dos primeiros tempos da penetração no Congo, conduzindo a sucessivos insucessos, que nem por isso evitaram a renovação tenaz de novas tentativas. A aventura seduzia a impulsiva tendência da raça; e porventura o mistério de que andava envolvida exigia para a sua realização um quanto de heroísmo que aquecia as imaginações.

O diplomata D. Luiz da Cunha escreveu em 1725 uma memória acerca da possibilidade da ligação de Angola com Moçambique, tendo conseguido que o geógrafo do rei de França, João Batista Bourguignon d'Anville, elaborasse uma carta do Congo, na mira de facilitar essa travessia. Para mais clareza, a carta foi acompanhada de uma descrição geográfica, mostrando que os estabelecimentos portugueses em Angola e no Monomotapa

(Moçambique) poderiam facilitar essa empresa, contanto que fossem vencidos os obstáculos postos pelo jaga de Cassanje, que, cioso de manter o exclusivo do comércio de além Cuango, não consentia que nenhum branco se aproximasse da margem do rio. Os escravos de além rio, comprava-os êle por baixo preço e vendia-os depois com lucro avultado aos pombeiros que demandavam o seu jagado. E assim o rio Cuango se tranformou em barreira intransponível entre as colônias portuguesas da África Ocidental e Oriental.

Em 1749 d'Anville publica a sua célebre carta da África, pela qual as vantagens da travessia se tornavam mais patentes.

O Conde da Cunha, sobrinho do grande diplomata, escreve de Angola em Dezembro de 1754 a Diogo Mendonça Corte-Real contando-lhe os passos dados para vencer a relutância do jaga, que se negava terminantemente a deixar ultrapassar o rio, no receio de perder a escravaria de leste. Enviára a Cassanje, a examinar as condições locais, Manuel Correia Leitão e António Francisco Grisante (1), com instrumentos para colherein as coordenadas desse ponto, em termos de mais rigorosamente se poder avaliar a distância a que ficava da nossa colônia de Moçambique, bem como para colherem os possíveis esclarecimentos respeitantes às regiões da margem direita do Cuango. Nessa mesma carta informava que da povoação onde assistia o jaga ao rio mediava um dia inteiro de boa marcha, sendo êsse rio, que "os do mesmo País assentam ser o Zaire", muito longe, e que os negros de lá do Cuango obedeciam a um grande senhor, chamado Quicomba Acoasse, ou Cabonda, que ficava a 20 dias de jornada e desejava relações com os portugueses, as quais eram ciosamente contrariadas pelo jaga de Cassanje. "E' tal o ciume que êste jaga tem da comunicação que possamos ter com os habitantes de leste, que tôda a pessoa que passa a outra parte sem licença sua se lhe corta a cabeça".

O Conde da Cunha, para maior facilidade da empresa, propõe a construção de um reduto na margem do Cuango, como base da expedição a enviar.

Mas, por ordem de Lisboa, os dois exploradores recolheram a Luanda, devendo sôbre os esclarecimentos por êles colhidos ser mantida a mais rigorosa reserva, dada a importância da empresa.

Antônio de Vasconcelos — sempre inclinado a diminuir os actos do seu antecessor — nega à tentativa todo o valor, considerando-a como nula, pela qualidade das pessoas que nela foram empregadas.

E, se bem que o problema da travessia não pareça interessar-lhe grandemente, dá a sua opinião sôbre o assunto, da qual transparece a convicção da inconveniência ou mesmo impossibilidade de conduzir a empresa pelo Cuango: "Se o propósito foi abrir comunicação com os rios de Sena; por Benguela hé que se devia tentar, em razão de ficar mais perto 100 legoas segundo manifestão os Mapas Gerais, serem os sertoes muito mais sadios, e sobretudo de evitar aos Olandeses do Cabo da Boa esperança o trabalho de se introduzirem com o Monomotapa". A estas indicações gerais acrescenta lúcidos esclarecimentos de execução, que veremos mais tarde renovados por Sousa Coutinho:... e querer Sua Majes-

(1) Partiram para a expedição em 31 de Agosto de 1755

tade a dita comunicação ha de ser servido mandar Geógrafos, e soldados com officiaes Indiaticos, por mais trabalhadores, e costumados a clima cáldo, em ordem a abrirem o Caminho de Benguella pordiante, com respeito e muito mais facilmente hé nos ultimos de Maio que esta gente deveria partir do referido presidio, o fizessem tãobem acompanhar de alguns portugueses com pessoa inteligente, e escolta pelo rio (1) assima até Chicova e dipois por terra, a encontrarem os de Benguella no Reino de Abutua, cujos confins se supõem não distarem dos de Caconda, e Benguella mais de 100 legoas."

GOVÉRNO DE ANTONIO DE VASCONCELOS (1758-1764).

Dando continuidade aos esforços do govêrno anterior, António de Vasconcelos inicia o seu govêrno pelo envio de uma expedição ao Encoje, constituída por infantaria, cavalaria da cidade e 6 peças de artilharia sob o comando de Francisco Manuel de Lira. A expedição, contra toda a expectativa, ocupou a *Pedra do Encoje*, sem que da parte dos sobas Ambuila e Amboela se esboçasse qualquer resistência, tendo pelo contrário fornecido elementos para construção do presidio, que foi estabelecido sôbre a própria pedra e se ficou chamando de *S. José do Encoje*.

Assim se julgava, como vimos, ter barrado a introdução das mercadorias estrangeiras pelos portos do norte.

Alguns anos depois (1762) e no mesmo intuito, Vasconcelos manda disfarçadamente, na sumaca *Nossa Senhora da Guia*, José Rodrigues Bafa, a examinar os portos do norte, prevendo a necessidade de assentar ali um estabelecimento português para garantia do comércio.

A actividade do Governador applicou-se nas obras de defêsa e de utilidade pública.

A fortaleza de Nossa Senhora do Cabo, construída na ilha, de tanta importância para a defesa do porto de Luanda, acabava de ruir pela acção do tempo; o mesmo aconteceria à do Penedo, se não se lhe acudisse em breve. Vasconcelos aguardava a chegada de um engenheiro para estudar o alargamento da plataforma desta última fortaleza por meio de estacaria, evitando que as marés vivas minassem o rochedo sôbre que assentava, bem como a canalização de água do Cuanza para abastecimento da capital, dispensando assim a abertura de uma cisterna na fortaleza de S. Miguel. A água da Maianga era péssima e a do Bengo ficava em Luanda por elevado preço. Abrindo o canal do Cuanza, contava Vasconcelos trazer ao pôrto a água suficiente para consumo dos habitantes e dos navios, e ainda tornar agricultáveis os terrenos marginaes do canal. Para garantir o capital necessário à realização desta obra, que calculava efectuar em seis anos, pediu licença para lançar um imposto sôbre as bebidas, o que lhe garantiria um rendimento anual de 100.000 cruzados; para obtenção livre da mão de obra, contava interessar os sobas cujas terras fôsem atravessadas pelo canal. O projecto da obra fôra elaborado pelo padre José de Aguiar Roquete.

Mas o que caracteriza em especial o novo espírito governativo é a febre de aproveitamento das riquezas naturais da colónia, procurando interessar o comércio em empreendimentos diferentes do da escravatura, que inteiramente o absorvia. Em 1759 Vasconcelos dá conta

(1) Zambeze.

LAPIS

SÓ



L. FABER C. L.

São os melhores

J. NASCIMENTO PERPETUO

R. MAYRINCK VEIGA 28, 4.º

RIO DE JANEIRO

para a côrte da grande abundância de ferro existente, especialmente no Golungo, em Ambaca, Cambambe e Caconda, propondo a fundação de uma fábrica. Envia amostras repetidas vezes para Portugal, não só do minério superficial, mas também do das furnas profundas, fazendo-as acompanhar de pretos conhecedores dos processos gentílicos da extracção do metal, com os seus instrumentos (pequenos foles e bigornas) e objectos por eles já fabricados.

Remete igualmente uma amostra de breu do *Li-bongo*, que era já utilizado na colónia, de mistura com resina, para calafetar os barcos da fábrica de cal do Dande, bem como nas carretas de artilharia. Em 1759 o Governador dá instruções ao capitão-mór do Encoje para entregar a Serra do Bembe a António Alves Sardinha para exploração do *cobre*.

EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

Os privilégios das ordens religiosas ultramarinas foram diminuídos de uma maneira sensível pelo decreto de 13 de Abril de 1755, que determinava pagassem dízimos dos frutos da terra e fazendas, extinguindo o abuso que se estabelecera "praticando-se caluniosamente, e com prejuízo da Minha Real Fazenda, o mesmo meio que só se introduziu para evitar violências e semelhantes desordens". Os jesuítas de Angola, mais do que ninguém, foram atingidos duramente por este decreto.

Vinham de longe as queixas contra os jesuítas. Num inquérito de António Diniz, realizado em 1622 (1) encontram-se as seguintes expressões: "A dez padres da companhia que no Colegio de S. Paulo de Loanda estão, manda Sua Majestade dar 80\$000 reis cada um, pagos nos direitos do Brasil, que lhe importam muito, por serem em direitos, havendo de ser no dinheiro da terra. Ora para isto ser tem eles provisam para se lhe pagarem em direitos, mas a tenção de Sua Majestade foi os que haviam de vencer aquele salario fossem padres letrados, padres de missa, que pudessem administrar sacramentos e pregar e catequizar aos gentios, o que eles fazem muito pelo contrario, porque os que são religiosos, se não são muito oprimidos pelo bispo ou Governador não vão pela terra dentro, antes gastam o tempo em fazerem quintas de recreação e de rendição, e têm consigo quatro donatos que não servem de mais que de plantar arvores, e fazendo hortas e casas, que só de alugueis têm cinco ou seis mil cruzados, e serem mercadores...". Nesse mesmo relatório se pede que se procure inquirir da grande fortuna que os jesuítas fizeram em tão pouco tempo, com prejuízo da fazenda real e do bem comum, "que se lhes não acode cada vez se irão empoçando mais". E mais adiante, quando aponta as grandes fortunas de Luanda, de novo indica os jesuítas como primeiros entre os mais opulentos: "Só de rendas de alugueis de casas e armazens têm a tres e a quatro ou cinco, seis mil cruzados de cada ano, como são os padres da Companhia, Gaspar Alvares, o

menino diabo... o procurador dos padres da Companhia, Cosme Francisco e outros muitos".

A sua acção missionária nunca foi muito intensa. Em 1693 o número de jesuítas, quasi todos vivendo em Luanda e em especial dedicados à pregação e ao ensino, não passava de nove padres e seis irmãos. Além do colégio de Luanda, tinham igrejas e arimos no Bengo, no Dande e em Cale, na Quissama.

Acusados de viverem sómente para si, negociando, intrigando e não poucas vezes desacatando as autoridades civis com odiosos conflitos, os jesuítas, de quem Lopes de Lima diz haverem desistido de arrancar almas do cativo da idolatria, "a não ser as dos escravos que resgatavam para o seu próprio tráfico, no qual empregavam um navio, e dous patachos, que por serem da Companhia de Jesus, eram em toda a parte izentos de direitos", (2) foram expulsos de Angola em 1760, sendo os seus bens, com inclusão da grande fortuna que lhes fôra legada por Gaspar Alvares em 1624, confiscados e vendidos, recolhendo tudo indistintamente aos cofres da Fazenda.

Sendo disto ciente, D. José I ordenou (3) que a igreja dos jesuítas fôsse utilizada como Sé, com todos os seus ornamentos e pratas, que o seu convento fôsse aproveitado para residência episcopal e que em parte do mesmo convento se instalasse o seminário para sacerdotes indígenas, conforme a clausula ainda não cumprida do testamento de Gaspar Álvares.

Da importância da fortuna confiscada pode fazer-se uma ideia pelas contas da Rial Fazenda apresentadas pelo Governador Sousa Coutinho, referentes ao ano económico de 1764-65, nas quais figuram, sob a rubrica de *bens que foram dos jesuítas* a receita de 34:179\$054 reis, da qual, deduzida a despesa de 22:799\$195, resultou um lucro de 11:379\$859 reis. Algum dêsse dinheiro foi enviado para o Brasil ou para a Metrópole, porque o mesmo Governador comunicava mais tarde (4) a Martinho de Melo e Castro que mandára entregar á Junta da Fazenda do Rio de Janeiro 9:492\$887 reis, pertencentes ao cofre dos bens confiscados aos *denominados Jesuítas*.

A venda dêsse bens prolongou-se. Sete anos depois da expulsão enviava Sousa Coutinho ao marquez de Pombal o balanço total dos bens, declarando que algumas fazendas "ainda louvadas segunda vez na possível comodidade, não tem tido compradores, o que do mesmo modo succede à livraria quasi incapaz de uso pela traça ou salale do País". (5)

E foi tal o rigor aplicado em fazer desaparecer os vestígios da acção jesuítica, que o Governador D. António de Alencastre, chegado a Luanda em 21 de Novembro de 1772, logo em 29 do mesmo mês, em cumprimento de instruções recebidas, remetia para Lisboa "todos os catessismos com que os Jesuítas ensinavam a lingua

(2) Ensaio de Estatística — Lopes de Lima, Liv. III, pag. 148.

(3) Cartas régias de 20 e 21 de novembro de 1761.

(4) Officio de 9 de Fevereiro de 1772.

(5) Carta de 12 de Agosto de 1767.

(1) *Memórias do Ultramar — Explorações e Conquistas dos Portugueses*. L. Cordeiro, pg. 13.

Ambunda”, declarando que “entre aquelles que nestes poucos dias pude recolher achei mais essas artes”.

O catecismo referido deve ter sido escrito pelo jesuíta italiano Francisco Pacconio († 1641), publicado em Lisboa em 1642 com texto português pelo padre António do Couto e reeditado em Roma em 1661, com texto latino, sob o título de *Gentilis Angoliae fidei mysterius*, pelo capuchinho António Maria de Monte-Prandone; e a arte é a *Arte da Língua Angolana*, gramática do jesuíta Pedro Dias, impressa em Lisboa em 1897.

IMPOSIÇÃO DA ORDEM E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Massangano adquirira a seguir à Restauração foros de vila, com Camara Municipal, juízo ordinário e almotaçs, como prémio da sua heróica conduta em face do holandês. Mas, pouco a pouco, essas prerogativas haviam-se transformado em causa das maiores discórdias entre os camaristas e os capitães-mores e os próprios sobas. Em 1672, no govêrno de Francisco de Távora, fôra preciso reprimir sangrentamente naquela vila uma rebelião de *mulatos e fuscões*, que, de mãos dadas com os pretos, formaram arraial à vista do presídio, prontos a massacrarem as autoridades brancas.

António de Vasconcelos propõe para a côrte a extinção da Camara e Juízo de Massangano, proposta que, a-pesar-de renovada pelo seu sucessor, não teve qualquer efeito.

Em 1761 chega a Luanda a carta régia de 14 de novembro, tendente a reprimir “a devassidão em que se achão

os vícios mais atrosos nas terras desse Reino habitadas por tantos facinorosos degredados, e corrompidos por tantos e tão abominaveis abusos”. A carta dava como causa de tôdas as relaxações a impunidade dos crimes e as delongas na aplicação da justiça, esquecendo-se de dizer que a prática da escravatura corrompia até à medula a moral dos colonos, dos missionários e até das próprias autoridades!

E assim, mandava que todos os réus de crimes de homicídio, roubo com coacção e arrombamento e infestação de estradas, fôsem sumariamente ouvidos e sentenciados em forma militar, em junta presidida pelo Governador e composta pelo ouvidor, juiz de fora, coronel, tenente-coronel e sargento-mór do regimento da guarnição, sendo as suas sentenças executadas no próprio dia em que se proferissem, *até à morte natural inclusivé*. A mesma carta-régia dava atribuições a *todos e qualquer do povo ofendido* para prender os delinquentes, com tanto que fôsem conduzidos *via-recta* à presença do ouvidor.

Não era António de Vasconcelos homem para tomar como letra morta um diploma que punha na sua mão tão largas atribuições. Severo e duro, “por qualquer desordem, fazia trabalhar o sarilho da Polé”. (1)

Nesta atmosfera de terror germinou uma conspiração de degredados, chefiada por José Álvares, homem

(1) *Memórias* — Fco Cardoso, pag. 260.

PREFIRAM
AS
TINTAS
A OLEO
EM TUBOS
MARCA
AGUIA
SÃO AS MELHORES
E AS
MAIS BARATAS

TINTAS
AGUIA

CÔRES ABSOLUTAMENTE GARANTIDAS

inteligente e resoluto, que imaginara sacrificar o Governador e outros funcionários, fugindo de seguida num barco surto no pôrto para o Brasil.

A conspiração foi denunciada. E, presos os implicados, foi levantado um patíbulo em frente do palácio do govêrno, ao qual foram arrastados os conspiradores, sendo José Álvares aspado, com as pernas e os braços quebrados em vida, e os seus companheiros estrangulados, à vista do Governador que, em tudo discípulo de Pombal, duma das janelas do palácio presenciava o sangrento espectáculo!

ALARMES DE GUERRA

O estado deplorável do exército era uma das preocupações dominantes do Governador. Em Luanda os soldados viviam na maior miséria, empenhando os fardamentos para sustentar-se, mais dados à embriaguez e à desordem do que à disciplina e à obediência. A cavalaria não tinha montadas, pois os solípedes vinham do Brasil a pêso de ouro. Vasconcelos pede insistentemente autorização para criar caudelarias no Dande, Bengo e Calumbo, mas tal pedido não foi atendido, proibindo-se terminantemente a importação de éguas pelo antigo e erróneo preconceito de evitar que os negros perdessem o medo aos cavalos.

Em Junho de 1762 recebera o Governador aviso da Metrópole para se acautelar de possíveis perfídias da Espanha e da França, que haviam declarado guerra à Inglaterra. Como Portugal tivesse recusado pôr-se ao lado daquelas duas potências, um exército espanhol, comandado pelo marquez de Sarria, atravessou a fronteira, sendo repellido pelas tropas portuguesas, organizadas pelo Conde de Lipe.

Vasconcelos, em face dêsse alarme, retira 12 peças de artilharia do forte de S. Pedro e com elas estabelece uma bateria na marinha do forte de S. Filipe, procurando ao mesmo tempo dar execução, na parte alta da cidade, ao plano de fortificação do coronel Miguel Pereira da Costa, que em 1717 viera a Angola estudar o plano da organização defensiva da capital da colónia.

Ao mesmo tempo mandou descer dos presídios tropas para reforçarem a guarnição da cidade. E então teve ocasião de se inteirar da qualidade das forças de que podia dispôr: "nesta certeza me acabei de confirmar com a ocasião de mandar vir 20 soldados de cada presídio para recrutar este regimento, os quais vieram não só todos pretos e assim os sargentos e alferes que os acompanharam, mas tão bisonhos, que com grande paciência e trabalho vão principiando a saher apresentar a arma e mais manejo, para que teem tão crassa negativa e confusão, que nenhum modo é bastante para instruí-los"

O OURO DE LOMBIFE

Há notícia de que, em tempos do Governador D. António Álvares da Cunha, se realizaram pesquisas de ouro no rio Dande, efectuadas por ordem do Governador pelo condenado grego Georges Thadeu. Delas parece ter resultado o encontro de pequenas quantidades do Precioso metal, de que foram enviadas amostras para a Metrópole.

A avaliar porém por um offício de António de Vasconcelos para o ministro Tomé Joaquim da Costa Côrte Real, a lenda das minas do Lombije fôra criada pelos

missionários carmelitas da missão de Bango-Aquitambo, que conseguiram convencer o governador D. António Álvares da Cunha das grandes riquezas que delas poderiam extraír-se. A miragem do ouro, que já no Congo a tantas perturbações dera origem, havia de esvaír-se de novo como fumo, como se esvaíra o sonho da prata de Cambambe, depois de nos ter causado os mais teríveis prejuízos.

Com o maior zêlo e confiança o Conde da Cunha chamara a si a esperançosa empresa, iniciando imediatamente as pesquisas. Todo o curso do Lombije foi cuidadosamente explorado, encontrando-se apenas lagedo firme e pedra grossa. Do cascalho movediço das suas enseadas surgiram levíssimas faíscas de ouro.

A exploração estendeu-se em vão para além do Lombije, ao Dande, Lifua Lobo e Calumbo. No sítio de Sengas um grande môrro foi desmontado, apurando-se no fim de uma semana de duro trabalho, durante a qual estiveram em actividade 207 bateias, *mcia oubana* e três grãos do cubiçado metal!

As obras ocuparam seis officiais do exército e um almoxarife, seis mineiros e uma média de duzentos trabalhadores negros, durante 28 meses, não fazendo conta dos serviços empregados no transporte das cargas e da alimentação para o pessoal e cavaladuras. O arraial contou sempre para cima de 500 creaturas, que padeceram fomes, pois os mantimentos eram obtidos nas jurisdições do Golungo e Ambaca, à custa de vêxações das regiões vizinhas. E as despesas cresciam sempre, para produzirem a insignificante quantidade do precioso metal que o Governador mandou para a Metrópole em 1757. Só cavalos, animais que, como vimos, vinham do Brasil por preços elevados, morreram 80; soldados brancos ali ficou sepultado um número avultado; e o recrutamento forçado dos trabalhadores indigenas, que levava à prisão o soba de Bango-Aquitambo, obrigou aqueles a desampararem as terras, internando-se no sertão!

António de Vasconcelos, no inquérito a que procedeu por determinação régia no comêço do seu govêrno acerca das minas do Lombije, conclui categoricamente "que tais minas nunca houverão e que desde o seu principio foi tudo hum mero engano feito ao meu antecessor".

A cegueira que empanara os olhos de todos, Governador e missionários, produzindo como consequência imediata o despovoamento de uma região tão densamente habitada que nela haviam estabelecido os carmelitas-descalços uma importante missão, acabou tristemente pelo aviso de 13 de Novembro de 1761, que, salvaguardando as possibilidades da existência de minas de ouro no Lombije, as mandava contudo "pôr em perpetuo esquecimento e que se não consinta que pessoa alguma trabalhe nelas".

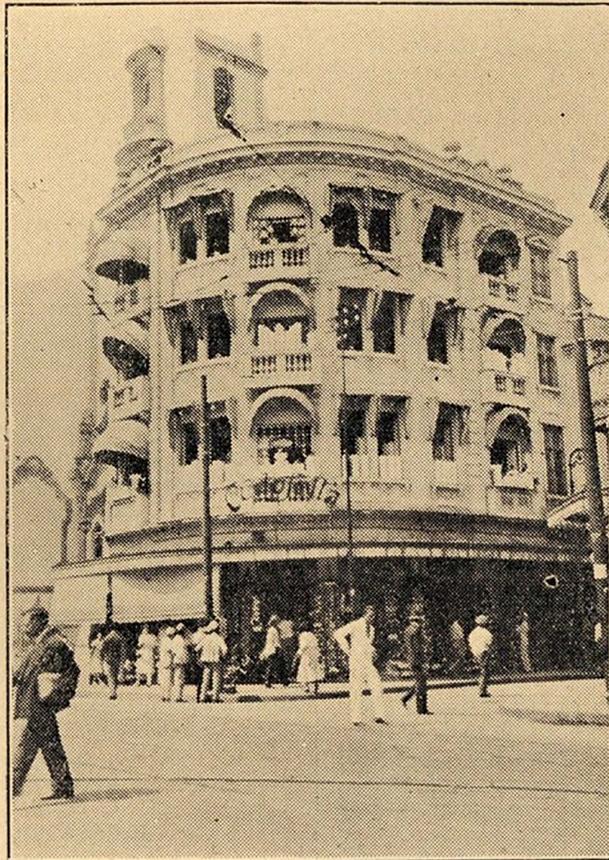
E assim terminava a aventura do ouro, extinguiu-se a *sacra james* numa desastrosa mas não definitiva decepção!

Justo Sousa da

(Conclui no próximo BOLETIM)

CEDOFEITA

Casa dos 40\$000



Tôdas estas figuras representam
o pessoal da CEDOFEITA

A MENOR SAPATARIA DO RIO

Instalações

Parte térrea: Sortido de tudo

1.º andar — Sala dos Lordes: Secção para homens

2.º andar — Deposito e escritórios

3.º andar — Sala gentil: Sala de luxo

Secção em Luiz XV para senhoras

B. PEREIRA & C.^A

(FIRMA PORTUGUESA)

17, AVENIDA PASSOS, 17 — Fone 2-5295

RIO DE JANEIRO

PORTUGAL NO CONCERTO DOS POVOS

POR DOMINGOS DA CRUZ

OFICIAL DA ARMADA — ANTIGO DEPUTADO DA NAÇÃO
COLONIALISTA

ESPECIAL PARA O BOLETIM DA

'SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO'

CORRE a lenda, doentia lenda, de que Portugal é um pequeno país europeu, sem possibilidades de concluir a sua alta missão histórica de civilizar e valorizar os vastos domínios ultramarinos que ainda possui. Urge combatê-la e destruí-la. Não o pensaram nem compreenderam assim os nossos valorosos antepassados. Eram pouco mais de um escasso milhão, quando se lançaram na tarefa ingente de descobrir novos continentes, devassar mares desconhecidos, avançar ousadamente por terras inóspitas e florestas virgens da espécie humana.

A três milhões não chegávamos com a mesma estreita faixa ibérica que hoje somos, quando criámos um dos maiores impérios de todos os tempos. Tõda a costa africana até Guardafuy, o litoral indico, as ilhas oceánicas e o Brasil, tendo deixado marcos imorredoiros dos nossos cometimentos nas orlas marítimas e no seio dos próprios continentes, oferecidos por nós ao mundo. Em lutas gigantescas com o mouro, com o árabe, com o persa e com outros altivos mercadores do Oriente, erguemos fortalezas, conquistamos cidades, avassalamos poderosos senhores das terras do Sól nascente, ao mesmo tempo que fomos deixando pelo sertão africano o influxo benéfico de uma obra civilizadora que nenhum outro povo sequer igualára nos processos, nas aspirações e na comunhão humanitária.

Quando, pouco a seguir, mais poderosos países europeus, nos secundaram na caminhada heroica, foram êles testemunhos insuspeitos da sua insuficiência para nos suplantarem, quér nos conhecimentos científicos da época, quér na firmeza do prosseguimento ultramarino, quér ainda e principalmente, nos métodos colonizadores de que foram mestres êsses vultos gloriosos que não tem par na história moderna.

Todavia, muitos portugueses afirmam ainda que é por demais dilatado o nosso império ultramarino, para as possibilidades sociais e financeiras da nação. Esquecem que, apenas com os próprios recursos de homens e de dinheiro, fizemos o Brasil, hoje um dos mais florescentes países das duas Américas e mantivemos por largas décadas o império da India, lançando até os alicerces de

uma obra civilizadora perdurável, tão grande e tão perfeita, que ingleses, franceses e holandeses, nos processos portugueses se basearam e baseiam para ali manterem o seu vasto poderio contemporâneo.

Depois que a Alemanha perdeu as suas colónias, ficamos sendo a quarta potência em províncias de além-mar, mas a terceira no seu valor político e económico. De um e outro carecemos de melhor nos aproveitar. Ninguém sabe as surpresas que um futuro próximo pode reservar á Europa, convulsionado como anda o Oriente. De Cabo Verde á India, a Timor e a Macau, temos ma-

gníficas bases de apoio para eventualidades que seria prudente ir já prevendo. As duas belas e extensas colónias portuguesas da África Ocidental e Oriental, pela sua soberba posição geográfica, pelos seus invejáveis portos, e pelas suas desenvolvidas rêdes de comunicação ordinária e acelerada, desempenham já um importante papel no equilíbrio político do grande continente negro, não falando na pequena Guiné, também admiravelmente situada para efeitos semelhantes.

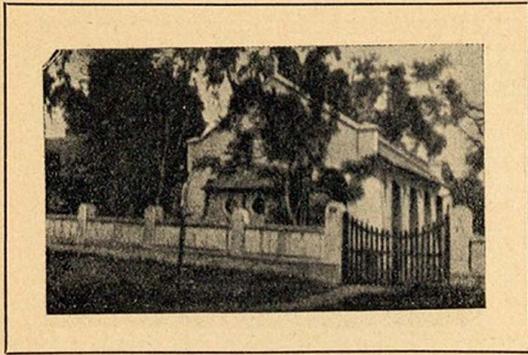
Com os seus descobrimentos e conquistas, foi Portugal uma das primeiras potências da Europa, alcançando um prestígio tal, que só teve similar nos povos que o precederam em influência política e mercantil no Oriente. O plano gigantesco de D. Henrique, sàbiamente continuado até o trágico colapso de 1580, fez dêste pequeno povo continental o fulcro de maiores actividades marítimas do tempo. Se muito dêsse prestígio perdemos, mantemos ainda o bastante para nos considerarmos uma nação que deve ser ouvida nos grandes acontecimentos mundiais.

O que seria Portugal sem as suas actuais colónias, no sonho imperialista que precedeu a grande e recente guerra, e que agora vai tomando novos alentos nalguns países da Europa, que parece haverem já esquecido os horrores da tremenda hecatombe que tantas vidas e riquezas roubou á humanidade?

Em respeito a compromissos de aliança, impulsionados por sentimentos da liberdade dos povos, e muito ainda para salvaguarda do nosso património colonial, tomamos activa e honrosa parte no conflito europeu de



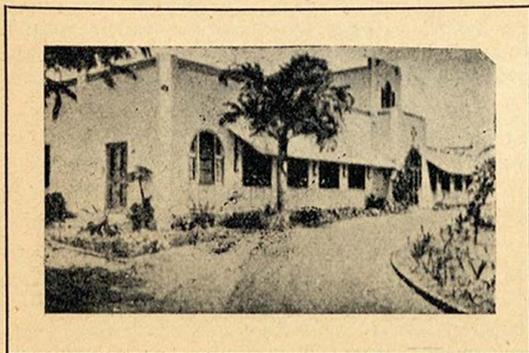
LOURENÇO MARQUES — "CENTRAL GARAGE"



LOURENÇO MARQUES — IGREJA WESLIANA

1914-1918. Quando, ainda em plena conferência de Versailles, se esboçava um propósito de revisão da carta política africana, com a qual não podíamos deixar de ser profunda e iniquamente atingidos, reivindicamos bem alto a secular senhoria das nossas províncias de além-mar, obtidas á custa de inenarráveis sacrifícios e mantidas com galharda nobreza. Provamos documentadamente que não podiam elas entrar na peregrina teoria dos mandatos, e que, em matéria colonizadora moderna, civilizando o aborígene, integrando-o na comunidade portuguesa, e valorizando as riquezas coloniais latentes, guardadas, neste ultimo aspecto, a escassez dos nossos recursos com os de outros países comparados, nenhum d'elles tinha feito mais e melhor do que nós. E assim ficamos na legítima posse dos 2.100.000 km.2 que temos espalhados por todos os confins do Globo, com excepção dos continentes americanos, num dos quais, de resto, perdura no sangue, na língua, na comunhão de ideais e das glórias da civilização, a raça lusitana.

Entre os vinte e nove países civilizados do Globo, que contam para cima de 300.000 km.2, incluídas as metrópoles e colónias respectivas, Portugal ocupa o décimo lugar. Não é pois, ao contrário do que muitos supõem, um país pequeno. Há mais de um século que as colónias portuguesas estão integradas, por força constitucional, no sistema administrativo da nação. Províncias de Portugal são para todos os efeitos consideradas, sem distincção de raças, cores ou crenças, embora uma legislação sucessivamente adaptada á gradual evolução social e mental de cada uma delas, regule os aspectos particulares do seu viver e progredir. Fômos dos primeiros a conceder-lhes autonomia financeira e descentralização administrativa, com a bela escola da Índia, continuada no Brasil, que as-



LOURENÇO MARQUES — HOSPITAL INGLÊS

sim pôde tão depressa atingir a sua maior idade e a plêntitude da sua personalidade política, com alvorçado orgulho da mãe pátria no momento feliz da separação.

São das mais antigas e fecundas as autarquias sociais ultramarinas de Portugal. Os Senados de Goa e de Macau contam séculos de amplas prerogativas. Por tóda a orla do continente africano, de Cabo Verde a Moçambique, as câmaras Municipais, as misericórdias, os asilos, as escolas para nativos e para filhos de colonos, ensinando a língua pátria e ministrando os conhecimentos agrícolas industriais e mesmo científicos necessários á elevação moral e mental do indígena, afirmam eloqüentemente ainda o espirito civilizador dos portugueses e a penetração das suas qualidades humanitárias e afectivas. Mais recentemente, sem as riquezas do Oriente e do Brasil, nem por isso esmorecemos na tarêfa nobilíssima a que o Destino nos chamou, impelindo as nossas caravelas para as parágens então desconhecidas. Não possuindo nós as grandes concentrações industriais e capitalistas que dos outros países coloniais trasbordaram pelos seus domínios, nem por isso deixamos de rasgar belos caminhos de ferro, abrir muitos milhares de quilómetros de boas estradas, construir soberbos portos, espalhar potentes estações de telegrafia sem fios, esguer magníficas cidades, fundar estabelecimentos superiores de ensino e montar serviços técnicos para melhor estudo e desenvolvimento das riquezas agrícolas, pecuárias e geológicas de todo o nosso ultramar.

Porquê pois, considerarmo-nos um país pequeno, falho de recursos e de competências, para continuarmos a nossa missão histórica? Talvez porque esfriamos no ideal que tantos séculos nos guiou na senda dos descobrimentos e conquistas, como se não fôra êle que deve ainda acalentar-nos, até que cada colónia se encontre apta á plenitude absoluta, no concerto dos povos civilizados. Tal deve ser agora a nossa mais cara e honrosa preocupação.

Mas é Portugal, efectivamente um país pequeno, perante a vastidão do seu ultramar? Vejamos.

Vem á cabeça de todos os países coloniais, a Inglaterra, só muito depois de nós entrando nas lides ultramarinas. A sua metrópole, incluindo o Estado Livre da Irlanda, abrange 314.400 quilómetros quadrados. Pois afóra a Irlanda, os seus protectorados e mandatos, somando cerca de 70.200 quilómetros quadrados, ficam-lhe ainda 39 milhões de quilómetros quadrados, divididos em domínios e colónias, o que dá por cada quilómetro metropolitano 124 de territórios ultramarinos. Quanto á população, contando as ilhas británicas cerca de 40.000.000 de habitantes, tem a Inglaterra nos seus domínios e colónias uns 393.000.000 de almas, não incluindo 14.000.000 no aludido Estado Livre, nos protectorados e mandatos. Cada inglês metropolitano comanda assim a actividade de um pouco mais de oito do seu ultramar.

Segue-se a França, cuja superfície metropolitana é de 551.000 km.2 para cerca de 12.000.000 das suas colónias, também excluindo uns 702.000 de protectorados e mandatos. Cada quilómetro do território francês na Europa, corresponde assim a 21,3 no ultramar. E pelo que respeita á população, a metropolitana de uns 40 milhões de almas, conta nas colónias 54 milhões de habitantes,

não incluindo uns seis milhões nos protectorados e mandatos. Disto resulta que a cada francês da metrópole corresponde 1,35 das colónias.

Vem depois a Belgica, com uma superficie metropolitana de 30.500 quilómetros quadrados, para 2.419.500 do seu Congo, o que dá um quilómetro de metrópole para um pouco mais de 79 de colónia. Sendo a população respectivamente de 8 e 12 milhões de almas, cada belga metropolitano corresponde a 1,5 do Congo, excluindo o pequeno mandato confinante com a vasta colónia belga de tão recente data na sua posse, e devida ao esforço perseverante, sacrificios monetários, dissabores e habilidade diplomática do seu rei Leopoldo.

Na ordem decrescente, segue Portugal, com 92.000 quilómetros metropolitanos para 2.100.000 de colónias. A cada um daqueles, correspondem 22,5 destas. Sendo de uns 6 milhões a população da metrópole para cerca de 10.000.000 de colonial, corresponde a 1 para 1,7 aproximadamente.

Proseguindo, encontramos a Italia, com 310.000 quilómetros de metrópole para 2.035.000 de colónias, o que dá 1 daqueles por 65 destas. Sendo a população metropolitana de 40 milhões para escassos dois milhões da colonial, estão na razão de 1 para 0,05.

A Holanda, cuja pequena superficie metropolitana é apenas de uns 40.000 quilómetros, tem ainda 2.028.000 de colónias, o que dá 1 daqueles para 59, 2 destas. A população da metrópole é de 1 habitante para 6,2 das colónias.

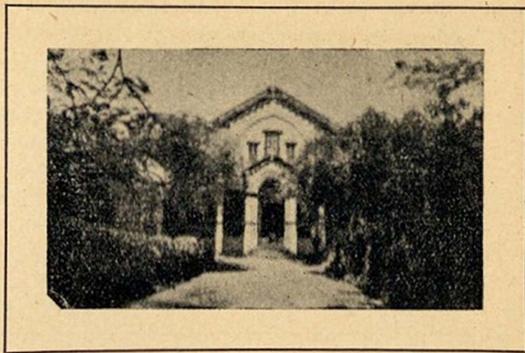
Seguem-se a Espanha, a America do Norte e o Japão. A primeira agora de escassos territórios ultramarinos, afora o seu protectorado de Marrocos, a segunda demasiadamente extensa em relação ás suas pequenas colonias e protectorados, e o terceiro tambem com pequenos territórios coloniais, comparados com a sua vasta metrópole.

Pelos números que acima ficam referidos, prova-se que, sob o ponto de vista territorial, a Inglaterra, a Belgica e a Holanda são países mais pequenos do que nós, a primeira relativamente, e as duas últimas de um modo absoluto, para a vastidão enorme dos seus domínios ultramarinos, com os nossos comparados.

Assemelha-se-nos nesta comparação a França, ficando acima de nós a Itália, cujos territórios de além-mar, são muito mais pobres de que os nossos.

Quanto a populações comparadas, o que depõe em favor das colónias, visto a sua maior riqueza ser o braço aborígene, apenas a Inglaterra está mais favorecida do que Portugal, com um pouco mais de 8 habitantes ultramarinos para cada um metropolitano. Vem logo a seguir Portugal com 1,7 daqueles, estando abaixo de nós os demais países coloniais.

A que se deve, no entanto, a maior prosperidade das colónias — nem todas — inglesas, francesas, holandesas? Muito á privilegiada natureza das riquezas naturais de algumas delas, como as da Ásia e Oceânia, á circunstância de outras haverem atingido uma elevada cultura social e política, como a África do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá, tambem á perseverança e sequência de métodos administrativos e coloniais, que caracterizam o governo local daqueles países, e ainda, justo é dizê-lo, ao enorme caudal de capitais que os governos metropolitanos e os seus concidadãos invertem no fomento ultra-



LOURENÇO MARQUES — MISSÃO SUÍSSA

marino. Junte-se a isto a notável frota mercante de cada um deles, intensificando cada vez mais as relações comerciais com as colónias respectivas, assim promovendo o desenvolvimento mercantil das metrópoles e um crescente animador dos progressos culturais e mesmo manufactureiros do ultramar, e teremos os principais factores do avanço que conquistaram sobre nós nos últimos cinquenta anos.

Oferece-nos, sob estes aspectos, um notável exemplo — o povo belga. Há pouco mais de 50 anos que recebeu das mãos do seu falecido rei o extenso Congo, fértil em riquezas naturais, mas de difícil e despendiosíssimo aproveitamento. Com um esforço louvável, abrindo estradas, drenando rios, rasgando caminhos de ferro, improvisando portos, intensificando estudos de culturas, vai a sua colónia num crescendo admirável, subindo colossalmente as suas exportações, que mais e mais intensificam o labor industrial do pequeno mas modelar povo. E' que, Estado, capitalistas e industriais belgas, entregam á sua colónia avultadas somas, que em grande parte consideram de primeiro estabelecimento, em forma de inco-bráveis subsídios, com a certeza absoluta de que ela tudo devolverá, quando atingir a plenitude de sua expansão agrícola, comercial e mesmo industrial. Não consideram o seu Congo, como bastantes portugueses o quiseram das nossas colónias, até nas esferas do Poder, num sorvedouro de dinheiros públicos, sem nenhuma utilidade económica, social e política.

Mal avisados andam os que assim pensam, por desconhecimento uns, por errado conceito das obrigações de um país colonial, outros.

Vimos já o grandíssimo valor político que as colónias nos dão. Sem elas pouco mais de um zero seríamos agora



LOURENÇO MARQUES — SINAGOGA

no concêrto internacional, dadas as condições geográficas que ocupam e considerado o seu valor intrínseco. São elas que ainda alimentam a nossa reduzida frota mercante. São elas que movimentam em grande parte os portos e caminhos de ferro metropolitanos, na circulação de matérias primas e géneros alimentares que nos mandam e nos produtos industriais que nos compram. A pequena laboração fabril de Portugal em tecidos, calçado, derivados de sementes oleaginosas, conservas, algum material para construções, ferramentas agrícolas, etc., é já um pouco alimentada pelos nossos mercados coloniais, bem longe ainda do que pode e há de ser em dia próximo. Contam-se por muitos milhares as pessoas que vivem na metrópole da nossa actividade ultramarina, quer nos ramos de produção acima indicados, na industria dos transportes, no comércio de importação e exportação, na banca, de mesadas e pensões que para a metrópole mandam os funcionários públicos civis e militares, e os particulares, que nas colónias trabalham, para sustento de suas famílias. O próprio Estado tira compensações materiais, no caso muito secundário, da posse das colónias, em receitas aduaneiras de portos e caminhos de ferro e outras, que muito são de se considerar na hora agreste que passa a Europa, erichada de barreiras, substituindo — quem sabe se temporariamente apenas — a guerra armada à guerra de tarifas, de egoísmos e de lutas que empobrecem a economia mundial e que podem levar os povos a um cataclismo social mais sangrento ainda, de perturbações tão fundas na carta política do Globo que ninguém pode prever onde e como acabarão.

Mal é, repetimos, que se venham regateando ás colónias auxílios financeiros que lhes são absolutamente indispensáveis, obrigando-as a um equilíbrio orçamental que logo se refléte na sua estagnação económica e de fomento, e que os nossos maiores industriais, comerciantes e capitalistas não procurem acompanhar as necessidades coloniais, secundando os capitais estrangeiros que vão tomando talvez perigosas posições no que é nosso, e que carece de inofismável supremacia portuguesa.

Bem sabemos que, razoavelmente, acudiu o capital nacional para as nossas colónias, entre 1915 e 1924, e que não foi ali tratado, por certos dirigentes de companhias, como devia ser. Mas isso deveu-se ainda ao alheamento a que os particulares colocaram os problémas ultramarinos e a gestão das empresas cujo papel subscreveram, deixando os seus fundadores e dirigentes sem o contróle necessário ao interesse não apenas de leis capitais, como da economia nacional. Não é, no entanto, motivo para esmorecermos na cruzada, conhecidos os males que devem agora ser removidos. Isto por parte dos particulares. Quanto ao Estado, acompanhe éle o exemplo dos países acima referidos, ano a ano fazendo avultados empréstimos ás suas colónias, afora grandes subídios que para elas inscrevem nos orçamentos metropolitanos, não contando muitas despesas que consideram de soberania, e que nós obrigamos a serem pagos pelos recursos próprios das colónias. É típico o exemplo do sistema francês, suportando a metrópole a diferença no ágio das moedas respectivas, para manter as coberturas necessárias ao

J. A. COSTA & C.^{IA}

(Fundada em 1881)

Rua Frei Caneca, 245

Fones 2-8749 e 2-4263

RIO DE JANEIRO

Engenharia

Arquitectura

Construções

intercambio comercial, assim patrocinando as industrias metropolitanas e a actividade produtora do seu ultramar.

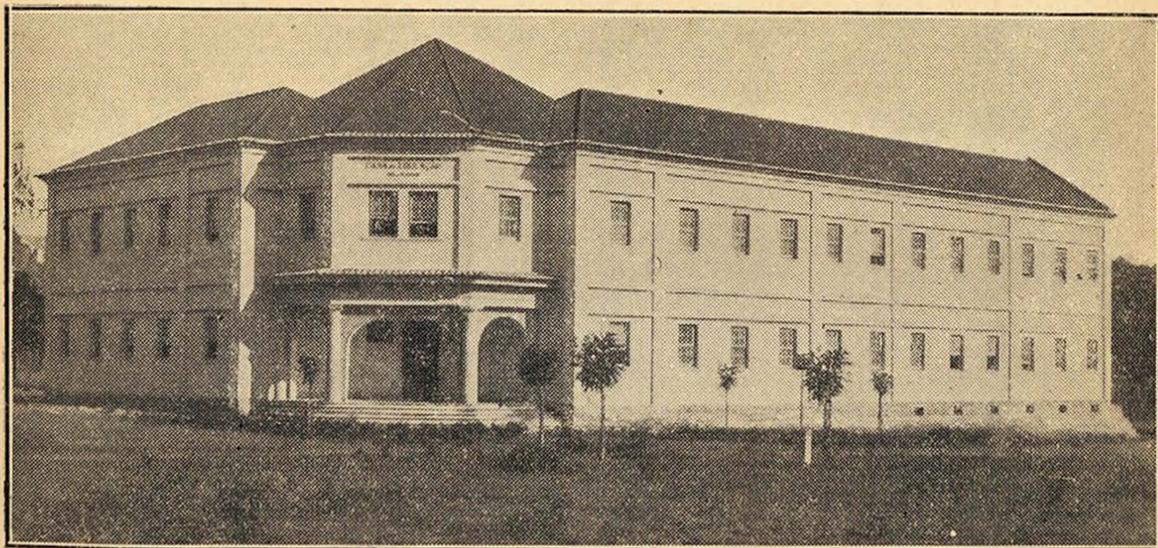
Tambem em nossa casa temos um animador e recente exemplo. Enquanto Angola, na última fase de seu desenvolvimento social e economico, foi auxiliada financeiramente pela metrópole, notou-se o seu progresso considerável. Desde que foi abandonada aos seus próprios recursos, impondo-se-lhe um equilibrio orçamental impossivel nos países em formação, logo se ressentiu na sua actividade produtora. Surgiu até o problêma do desemprego, com a escassa população branca que lá temos, o mesmo acontecendo em Moçambique. Deu-se uma forte restrição nas importações, não que qualquer das duas colónias se baste já do que normalmente importava, mas porque escasseiam os meios de pagamentos externos, já pela tambem menor produção local, já pela queda dos productos coloniais. Apesar de tais reduções de compras no exterior, muitas delas necessárias á expansão economica dos férteis territórios, e não obstante fortes compromissos em despesas públicas, onde estas, aliás, são tão necessárias nos serviços técnicos de ensino, de assistência, de fomento, de colonização, etc., o valor das moedas locais volta a caír. Reapareceu, assim, novamente o grande problêma das transferências e das coberturas, o que mais dificulta as relações comerciais entre a metrópole e as colónias, precisamente quando, no acêso da luta aduaneira entre os mercados da Europa, já com alguns sintomas para se estender á América, tanto nos conviria intensificar, até porque Portugal se vai mostrando apto a tomar a posição industrial que lhe compete, contando com as matérias primas do seu ultramar, e com os centros de consumo que nele possui, como prova a magnífica Exposição do trabalho português, que no momento em que escrevo se está realizando em Lisboa.

Uma outra lenda que convem fazer desaparecer, é a que considera Portugal um país fundamentalmente agrícola — se a tomarmos como principal característica

da sua actividade, até aos nossos dias, está certo. O impulso que o Marquez de Pombal deu á produção fabril portuguesa, por uma série de medidas que tiveram mesmo aspecto coercivo, com o fim de tornar-nos menos funesto o célebre tratado de Methwen, quando a Inglaterra entrava, no período áureo do seu industrialismo, foi lentamente desaparecendo, até que o proteccionismo que decretamos em 1892 surtia benéficos mas hesitantes efeitos. E' que já nesta última época não podíamos vencer a concorrência fabril de outros países que se nos haviam adiantado, e as nossas colónias, vastos mercados que hão-de vir a sêr, menos ainda do que hoje, podiam impulsionar a produção metropolitana. Deste modo, a industria nacional foi vivendo á sombra da protecção pautal, mas sem grandes condições de desenvolvimento, quer por carência de recursos para o seu moderno apetrechamento, quer porque a convicção portuguesa éra, e é ainda, a de que, só na actividade preferentemente agrícola, podíamos encontrar proveitosa ocupação para o nosso trabalho e capitais.

Se considerarmos, porém, as precárias condições agrológicas do país, de clima irregular, de péssima distribuição demográfica, de irregularíssima divisão da propriedade rural, de difficil utilização da maquinaria agrícola, em boa parte de acidentados terrenos, e até por falta de conhecimentos modernos da parte do pequeno e médio agricultor, ainda agarrado a velhos preconceitos rurais, como o demonstram a fraca sindicalização agrícola e de seguros, havemos de convir em que, sem abandonarmos a máxima eficiência produtiva do solo metropolitano, podemos e devemos ser tambem um apreciável país industrial.

Não nos faltam abundantes e várias matérias primas nas colónias, umas de utilização imediata e outras de obtenção a curto praso, como o algodão, as lãs, as fibras, as oleaginosas, as madeiras, os minérios, inclusive o carvão e a energia hídrica para industrias locais em Angola e Moçambique, possuímos mão de obra da mais inteligente da Europa, como é o operariado português, supável



PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE — MISSÃO CATHOLICA DE SANT'ANA DE MUNHUAMA
CASA DE EDUCAÇÃO PARA RAPARIGAS INDIGENAS

na deficiência numérica pelas modernas aplicações mecánicas, temos em Portugal caudais de energia que ainda se perdem no Oceano, uma admirável posição geográfica e belíssimos portos para o comércio internacional e, acima de tudo, podemos e teremos de contar com os nossos vastos mercados ultramarinos para assegurada colocação das produções nacionais.

Impõe-se, para tanto, uma radical rectificação do conceito económico português, quer por parte do Estado, quer por parte de quantos, financeira, mental, política e economicamente possam exercer uma acção dirigente na vida pública da nação, em conjunto considerada. E' claro que, para o efeito, terá de contar-se com uma organização bancária e de credito apropriada á profunda transformação a operar. Concentração produtora, comando por assim dizer único do Estado, devendo caber a mais eficiente função, estudos adequados da obtenção de matérias primas, maquinaria, combustíveis, etc., em condições vantajosas ao bem colectivo, o mesmo devendo fazer-se em relação aos mercados de venda, surgindo aqui o principal papel dos transportes terrestres e marítimos, também carecidos de conveniente enquadramento no plano executor.

Carecemos de novas experiências? De modo algum. Em nossa casa as temos e ensinadoras, ainda que desconexas e empíricas. Se a protecção pautal de 1892 fôsse subordinada a um pensamento de conjunto, muito melhores teriam sido os seus resultados. Ficou ela desacompanhada da política de crédito que deu o triunfo á Alemanha, á Inglaterra, á Belgica e á própria Itália, carecendo de ferro e de combustíveis. Não se entrou no plano

F. JORGE DE OLIVEIRA & C.

Compradores e Vendedores
em grande escala de Solas, Couros nacionais
e estrangeiros e Accessorios para
fabricação de calçado

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

CASA FUNDADA EM 1899

A MAIS SORTIDA

OS MENORES PREÇOS

Rua Andradas, 93 e 95

Telefone 4-1604

Caixa Postal 1366

Endereço Telegraf.: TRONCAL

Cods.: Ribeiro e A. B. C. 5.ª edição

RIO DE JANEIRO

CASA SPORTSMAN



ARTIGOS INGLESSES PARA
TODOS OS SPORTS, FOOT-
BALL, LAWN-TENNIS,
REGATAS E CYCLISTAS

PATINS, ROUPAS DE BANHO
E CALÇADOS, APPARELHOS
DE GYMNASTICA
E CULTURA PHYSICA

RAUL CAMPOS

Rua dos Ourives, 25-27

Telephone 3-2225

— RIO DE JANEIRO —

com a assistência bancária precisa para a indispensável concentração produtora de matérias primas e de mercados consumidores. Não foi acompanhada de uma política de transportes baratos e acessíveis. Todavia, data de então o despertar da produção fabril portuguesa, mais em proveito dos que de tal protecção se aproveitaram, do que da economia nacional, visto o nosso consumidor e as próprias colónias lhe sentirem os efeitos por vezes ásperos. E logo que o crédito foi acessível, por virtude da inflação monetária advinda da política da Guerra, e quando não nos faltavam os transportes marítimos, ainda em possível concorrência mundial nos primeiros anos que se seguiram ao conflito europeu, a industria portuguesa mais se desenvolveu, as relações comerciais com as colónias fôram intensificadas, o trabalho nacional mostrou como podíamos modificar a nossa estrutura económica. Dessas condições resultou o *élan* fabril que agora surpreende quantos visitam a Grande Exposição Industrial Portuguesa, muitos ignorando que no país se fabricava tanto e com tão perfeito acabamento, inclusivamente artefactos que bastantes supunham comprarmos ainda no estrangeiro

E' de facto escassa a nossa população branca para a tarefa ultramarina que nos incumbe. Se a melhor riqueza de qualquer colónia é o braço indígena, carecemos de educá-lo nas artes, na agricultura e nos mesteres industriais. E isto só pode fazer-se com o braço europeu, com o professor e o mestre metropolitanos na acção dirigente que lhes compete. Mas já vimos acima que os demais países coloniais, relativamente comparados, não estão

melhor do que nós e vão triunfando, embora não desconhecamos outras condições que militam em seu favor.

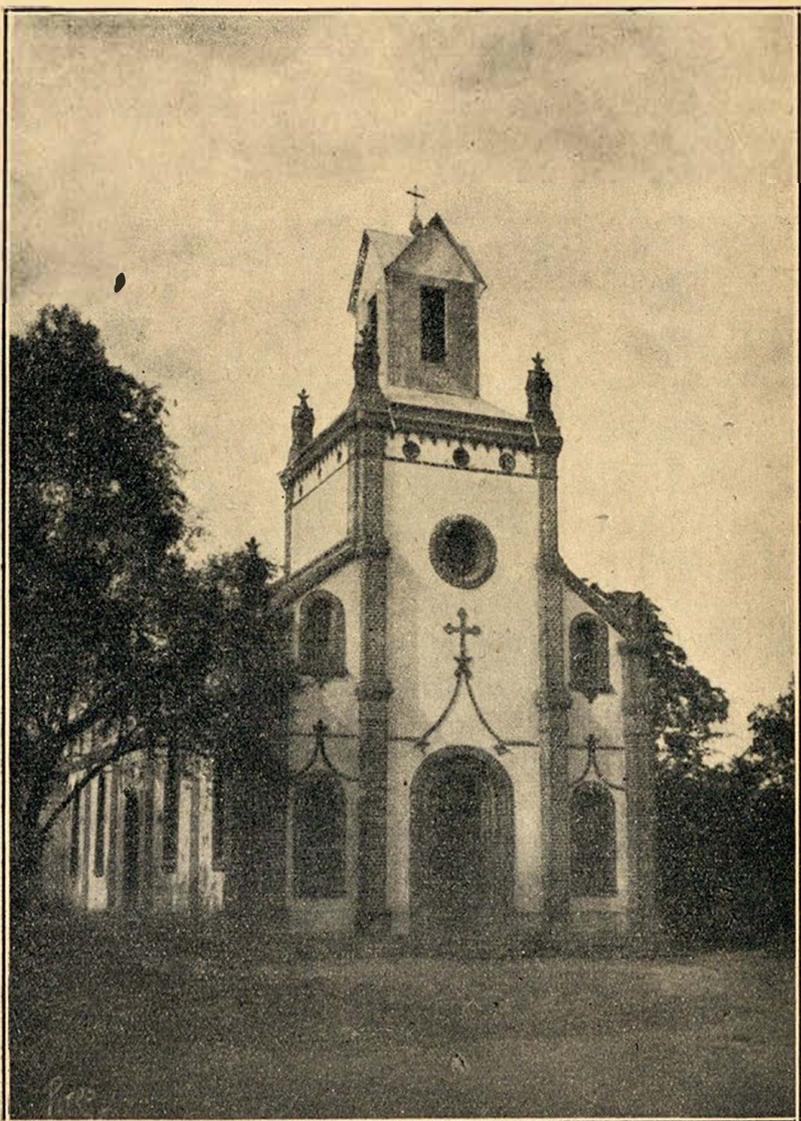
Tambem nos seriam precisos mais abundantes capitais para a acção colonizadora a desenvolver e para a valorização das riquezas coloniais latentes. O mesmo acontece noutros países que possuem colónias, vendo-se frequentemente obrigados ao recurso de creditos externos ou internos, afim de que os seus capitais tenham absoluta hegemonia na ecónomia ultramarina, bem ao contrário do que se possa connosco, pois é grande e exagerada a infiltração de capitais estrangeiros nas nossas colónias, primeiro passo para um condomínio político que de modo algum devemos permitir. Contudo, em fins de 1931 existiam depósitos nos bancos e caixas economicas da metrópole no elevado montante de vinte e três milhões de libras, das quais cinco milhões em caixa, mais do que bastante para, com um plano adequado, em cinco anos procedermos á própria modificação da economia nacional, valorizando gradual e eficientemente as riquezas coloniais e metropolitanas, muito carecidas de mais prático aproveitamento.

O que nos tem faltado então? Método e sequência nos planos executores, quer de natureza governativa e orientadora, quer na sua acção transformadora. Rasgados horisontes dos problêmas económicos mundiais, em que o aspecto colonial é hoje predominante, não podendo cingir-se a uma orientação comezinha de equilíbrios caseiros. Melhór e mais desenvolvido conhecimento das nossas grandíssimas possibilidades coloniais, interessando nessa cruzada tôdas as camadas sociais da nação, sem esquecer as importantes e sempre louváveis nucleações portuguesas do Brasil e da América do Norte, principalmente.

Longe de se impedir ou dificultar a ida de portugueses para as colónias, de mais quando na metrópole há tantos desempregados, estimulá-la, protegê-la, orientá-la, por meio dos recursos financeiros que existem nos aludidos depósitos bancários, para o que é mister elaborar e seguir um plano de colonização que abranja tôda a espécie de assistência ao pequeno colono, enquanto não se fixarem e se criarem condições de desafogo económico nas zonas temperadas de Angola e Moçambique, fertilíssimas tambem. Adequados estímulos ao capital português, com a garantia de uma produtiva e honesta administração e aplicação, tudo isso tornarão possível, desde que uma bem orientada propaganda as desperte, e quando tenham a certeza de que serão severamente punidos desmandos como alguns que, infelizmente, se verificaram nos últimos anos na gestão financeira de cer-

tas empresas ultramarinas, às quais ainda assim a pequena economica nacional proporcionou avultadas emissões de papel, hoje quasi todo desvalorizado, sem as devidas e justificadas sanções.

Os números que seguem dão-nos uma pequena idéa do vasto campo de acção que o dinheiro e as iniciativas portuguesas teem no nosso ultramar. No período de depressão económica que tudo ali atravessa, tanto devido á queda do valor dos produtos coloniais, o que generaliza a crise a todos os territorios similares do mundo, como porque os nossos tiveram de sujeitar-se aos próprios recursos financeiros, quando mais de auxílios precisavam, as importações das nossas oito províncias ultramarinas, andam apenas á volta de 1.300.000 contos para consumo ficando nuns escassos 700.000 o valor das exportações de produtos de sua agricultura e indutrias, sendo a sua superfície global cerca de vinte e quatro vezes maior do que a da metrópole, esta, com semelhante depressão e por motivos iguais, ainda em 1931 importou mercadorisa



ANGOLA — IGREJA DA MISSÃO DE TCHIEPEPE — GAMBOS

para consumo no valor de 1.735.000 contos, tendo exportado mercadorias nacionais e nacionalizadas no montante de 812.000 contos, o que dá um déficit comercial de mais de 50 %, um pouco superior ao das colónias.

Não é lamentável que tão extensos e férteis territórios apresentem os insignificantes números que acima ficam referidos? A quanto poderiam eles subir, em cinco anos de eficiente valorização, pelos métodos aconselhados e com os próprios recursos da economia nacional, se nas colónias fôsem aplicados? Não é fácil dizê-lo. Mas deveriam quintuplicar-se, com absoluta certeza.

No referido ano de 1931, do comércio especial metropolitano, fôram para as colónias apenas 81.133 contos de mercadorias de produção nacional, recebendo-se delas também pouco mais de 178.000 contos. Quer assim dizer que o ultramar português vai ainda buscar aos mercados estrangeiros 86 % das mercadorias que importa para seu consumo, revertendo para eles cêrca de tão elevada percentagem do que exporta, sendo certo que bastantes das nossas produções ultramarinas podiam ser consumidas na Metrópole, ou por ela transitarem para os mercados externos, em vez de para eles seguirem directamente. De modo recíproco se encontra o comércio metropolitano em relação ás colónias. Para elas vão apenas escassos 10 % do que Portugal metropolitano exporta, recebendo do seu ultramar 11 % das mercadorias que consóme. Trata-se de um país que precisa ter o menos desequilibrada possível a sua balança comercial, visto

não ter frota marítima que lhe traga compensações ouro em fretes para o saldo da balança de pagamentos, não ter no estrangeiro avultados capitais colocados para, com o seu rendimento, atenuar as consideráveis somas de esterlino ou moeda equivalente para os encargos externos, para o *déficit* comercial e outras despesas inadiáveis.

Grande margem oferecem, pois, as colónias, ao comércio e á industria nacionais.

Vejamus outro aspecto do problêma, por ventura mais frisante ainda. Sóbem a cêrca de 2.300.000 toneladas as mercadorias que entram e saem pelos nossos portos ultramarinos, tendo estes, portanto, um movimento superior aos da metrópole. Um pouco mais de dois terços desta tonelagem é de transito. nomeadamente nos portos da Beira e de Lourenço Marques, em Moçambique, no de Mormugão, na Índia, algum em Macau, e o carvão e os óleos em Cabo Verde, para fornecimento á navegação que ainda se abastece no porto de S. Vicente. Pois quasi todo êste notável comércio marítimo está entregue à bandeira estrangeira, sobretudo á britânica. Nem ao menos temos nacionalizados os fretes das mercadorias que as colónias importam para seu consumo e que exportam de suas produções. Se tal fizéssemos, a nossa pequena frota mercante não sentiria a crise que a assoberba, com grave repercussão nos lares do seu numeroso pessoal, resultando por ventura deficiente para satisfazer as necessidades ultramarinas, mesmo com fretes mais acessíveis do que actualmente, precisamente porque não pôde



A palavra de ordem é, como sempre,
RUMO A' A COLLEGIAL

Faça seus uniformes e enxovais na "A COLLEGIAL"
 a 1.^a casa no genero em todo o Brasil.

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 38/40

Telefones: 2-6108 — 2-6025

RIO DE JANEIRO

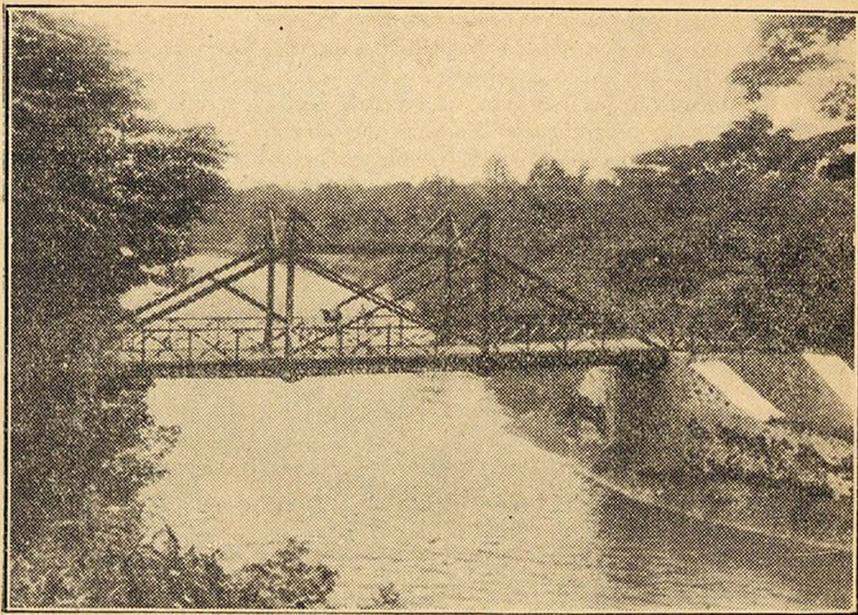
competir com as marinhas mercantes de outros países mais bem apetrechados. E se fôsemos procurando que muitas mercadorias do nosso transito internacional ultramarino fôsem levadas e trazidas por bandeira portuguesa, seria preciso decuplicarmos a actual tonelagem nacional, o que bastaria para o nosso desafio economico.

Se pode considerar-se uma utopia a nacionalização de todo o comércio de transito pelos interesses que os capitais estabelecem entre as empresas que exploram territórios limítrofes dos nossos, como os sul-africanos e os da Índia inglesa, e entre as companhias de navegação, não é muito desejar que ao menos as mercadorias importadas e exportadas pelo ultramar português sejam reser-

vasadas á bandeira nacional, sem prejuizo de podermos conseguir que uma boa parte do transito internacional seja tambem entregue á nossa frota mercante. E aqui tinham os capitais portugueses outro campo de acção bem digno de estudo e de perseverante esforço.

Falar das possibilidades agrícolas, pecuárias, industriais e comerciais do nosso ultramar, seria alongar demasiadamente este artigo, e resultaria impertinência para quem mais e melhor o não sabe dizer a tantos compatriotas nossos que, no Brasil acolhedor, não deixam um momento de acompanhar tôdas as manifestações da vida nacional.

Permitam-me que os incite para a tarefa em que teem de colaborar. Quer pelos recursos próprios, quer pelas relações e conhecimentos que possuam na nação



S. TOMÉ — PONTE SOBRE O RIO "LEMBÁ"

irmã, sempre sentindo os nossos desaires, sempre orgulhando-se dos nossos triunfos, devem cooperar na obra ingente do despertar lusitano, para restaurar o seu ideal colonizador. Foi êle que durante séculos nos embalou, e com o qual obtivemos as maiores glórias que um povo civilizado pode ambicionar. Pois será ainda com o mesmo ideal que havemos de sacudir o torpor que nos entibía, como se não fôsse absolutamente imperioso, para honra nossa, concluirmos a altíssima missão histórica a que Portugal foi chamado.

Lisboa, 1932

Brincos de Cruz

“VINHOS UNICO”

ESPUMANTES

LICOROSOS

PARA MESA, BRANCOS E TINTOS

REAL FINA AGUARDENTE

QUINADO UNICO

Á VENDA EM TÔDA A PARTE

DESCOBRIMENTO

REVISTA DE CULTURA

DIRECTOR JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

LISBOA

SORVETARIA E LEITARIA



Da mesa mais rica á mesa
mais modesta, o fino paladar
se denota pela marca
PATRONE
Patrone quer dizer em
bonbons, o que Rolls Royce
quer dizer em automoveis.
FABRICA E ESCRITORIO A'
RUA DA LAPA, 10-12 - RIO

SUPERIOR CAFÉ MOÍDO

Filial: Rua 7 de Setembro, 101

FONE 2-8117 — RIO DE JANEIRO

Bonbons sempre frescos recebidos directamente da fabrica

VARIADO SORTIMENTO DE CHOCOLATES, BALAS, CARAMELOS E DOCES

Instalações modernas — requinte de sobriedade

COMO CONTRIBUÍRAM OS PORTUGUESES PARA A COLONIZAÇÃO MODERNA

PELO MAJOR DE ARTILHARIA
NASCIMENTO DE MOURA

PUBLICISTA — DIPLOMADO PELA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

ESPECIAL PARA ÊSTE BOLETIM

A colonização moderna começou, no século XV, com a expansão dos portugueses para fóra dos limites do seu território.

Vejamos as causas determinantes dessa expansão.

Nêsse instante histórico, a Europa encontrava-se do seguinte modo: A França e Inglaterra estavam em plena guerra dos cem anos; a Itália e Alemanha pulverizadas em estados e senhorios; á Espanha, faltava-lhe resolver a sua unidade moral e política, que só conseguiu 70 anos mais tarde. Nesta altura, só Portugal realizára a sua unidade política, tendo alcançado os seus actuais domínios, e selado em Aljubarrota, com o sacrifício dos seus filhos, a independência. Irmanada pelo sangue e pela pobreza forte a *gens belicosíssima* dava ao poder real uma autoridade que outros povos desconheciam.

Sob o *ponto de vista geográfico*, Portugal faz contraste pela riqueza e variedade de terrenos com o planalto central castelhano.

Apresenta um longo anfiteatro voltado para o mar. Os seus rios navegáveis em terras baixas e férteis e, outróra, os seus estuários profundos, tornaram-na rica e, segundo geógrafos contemporâneos, *um meio de eclosão natural*.

Pela sua situação atlântica era um pôrto de escala entre o Mediterrâneo e as regiões do Norte e o cáis europeu mais próximo das estradas, conduzindo á África Ocidental, á América do Centro e Sul, e á Ásia. Disponha de condições excepcionais ao comércio marítimo. Nenhum outro país da Europa se achava em condições tão favoráveis para empreender as descobertas geográficas.

As finanças portuguesas, no tempo de D. Pedro I, haviam permitido que êste rei deixasse ao seu sucessor uma notável fortuna, que, em parte, foi aplicada a dar impulso á marinha, sendo D. Fernando muito justamente considerado, com D. Diniz, o grande iniciador do Portugal marítimo e colonial.

Possuia Portugal, também, a cultura que lhe permitia abalançar-se aos grandes empreendimentos.

D. João I no seu livro de Montaria mostra conhecimentos astronómicos; D. Pedro e D. Duarte eram homens de ciência, tendo o primeiro viajado largamente para alcançar conhecimentos indispensáveis á grande empresa, de que D. Henrique seria o vulto mais alevantado e o *leader of a true Renaissance and Reformation*, como lhe chamou Beazly.

A Ordem de Cristo era o Cenáculo onde se reuniam os homens de valentia e saber, que eram indispensáveis como cooperadores.

Tudo nos leva á prova de que nada faltava a Portugal para seguir o seu rumo, abrindo á humanidade a ampla via, ligando as diferentes partes do Mundo por si descobertas. Portugal vivia em paz com o estrangeiro.

Possuia, enfim, a unidade como estado independente e livre e não lhe faltava uma pleiade de competências, ligadas por uma firme vontade de servir e dirigidas por um espírito superior e uma dedicação invulgar, cuja divisa era *Ta'ent de bien faire*...

Era, por isso, natural que fôsse êle o povo eleito para dar ao Mundo mundos novos.

A luta com o mouro entrou na psicologia portuguesa. O mouro estava perto e era uma ameaça constante para a Península. Marrocos apresentava-se como uma bela finalidade dos ataques cristãos. A Ceuta convergiam as caravanas árabes, replétas de produtos orientais. Uma atracção nos impelia para lá, quiçá filha daquêle fundo étnico semita, que inalterável se encontra nas absconditas profundezas da alma da Raça.

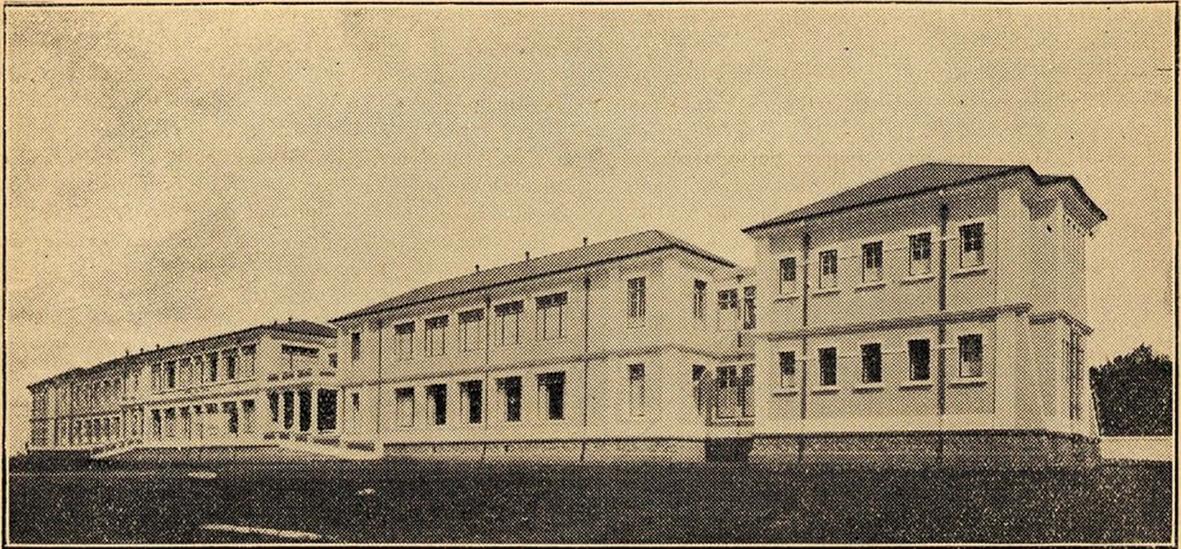
Além disso, se nos sobravam o vinho e o azeite, faltava-nos o pão, enquanto Marrocos era terra de cereais. A sua posse seria, portanto, um ójimo trofeu que, além de matar a fome, permitiria conquistar os *louros e as esporas de ouro*, que não eram menos necessários a um povo que se preparava, e sentia em si a força do destino a levá-lo, para mais largos destinos.

Por isso: *russos, além!* foi a exclamação entusiástica, (que excitou não só os novos mas, especialmente, os velhos), com que foi recebida a proposta para a empresa de Ceuta, feita por D. João I, em Conselho de Torres Vedras.

Ceuta foi, pois, a primeira pedra lançada pelo hábil alven! do Infante no edificio colossal dos grandes empreendimentos expansionistas, e o primeiro élo da cadeia de fortalezas com que cingimos a África. Ela foi a escola de Guerra que forneceu os conquistadores da Índia, enquanto Sagres, foi a escola Colonial que recolhia a ciência e impulsionava a Colonização. As duas escolas completaram-se. Foi em Sagres, nessa esquina da Europa, (onde o mar não se cansa de entoar litanias á epopeia do Passado, e que ainda hoje nada tem que lembre o nome do Infante á navegação, que junto dela passa), que se preparou a grande jornada colonial, que tem sido mantida durante cinco séculos de colonização e que constitui o maior feito da civilização moderna.

Desde 1412 a 1460, ano da morte do Infante, estuda-se e experimenta-se. Se a história é a mestra da vida e a advertência do futuro, êste facto mostra quão necessária é a formação de uma elite de estudiosos, conhecedora de visu do Ultramar, verdadeiros coloniais, pelo saber e pela experiência, para guiar os destinos da nação Além-mar.

As incógnitas principais do problema das navegações foram resolvidas pelos cosmógrafos e pilotos portugueses ou estrangeiros ao serviço de Portugal.



PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE — NAMAËCHA — INSTITUTO JOÃO DE DEUS

Tais incógnitas cifravam-se no seguinte:

- a) Para atingir a Índia, o caminho mais curto era ao longo da costa de África;
- b) Para oeste existia um grande Continente que não era o da Índia que se procurava.

As descobertas da Madeira e Porto Santo e dos Açores, foram seguidas do povoamento de animais e colonização. Assim foram existindo portos de escala onde abastecer os navios e de onde irradiar. O Cabo Não, do qual se dizia, *que quem o passar voltará ou não*, deixa de ser o limite da terra africana. Dobra-se o Cabo Bojador, atinge-se a região do Rio de Ouro, conhece-se o Golfo da Guiné, Cabo Verde, o rio Zaire, etc.

D. João II, homem resolutivo, enérgico e pertinaz, inicia a administração colonial e assegura a posse do litoral da África até ao Cabo das Tormentas, o qual uma vez dobrado passou a ser o da Boa Esperança. Emissários por terra, pelo Cairo e Senegal, dissipam por completo o segredo que Vasco da Gama, em 1498, vai confirmar e que Marco Polo revelará á Europa no século XIII. Estava descoberta a Índia, que no dizer do Épico era o *berço da Aurora*. Não teve aquêlre rei a ventura de receber essa notícia; a continuar-lhe a obra deixou um rei inferior para uma tamanha empresa, mas que a história apelidou de Venturoso, porque, ao seu serviço teve portugueses, da envergadura de Afonso de Albuquerque, que iam fundar o Império colonial português na Ásia, a maior e mais gigantesca empresa, que nem Alexandre conseguira alcançar.

Côrte Real e Lourenço Fagundes descobrem o Canadá e a Terra Nova. O Brasil é descoberto por Duarte Pacheco, dois anos antes de Pedro Alvares Cabral o ter atingido. Fernão de Magalhães, embora ao serviço de Espanha, atirge a Insulíndia, pelo sul da América, etc. Os mares do Norte são percorridos, na intenção de se passar aos mares da China e Japão. Antes que Lesseps tivesse pensado abrir o canal do Suez, Afonso de Albuquerque teve tal intento.

Quanto aos limites do sonhado Império oriental, pretendia Albuquerque dominar desde o Mar Vermelho á

China e Molucas. A Côrte, vendo as despesas que tal empresa originava, recomendava economias, mas ao mesmo tempo mandava destruir o poderio muçulmano, isto é: sem medir a grandeza do acontecimento, o vencedor dava mostras de cansaço.

A cidade de Malaca, povoada por um mosaico de raças orientais, situada na península do mesmo nome, integrada na "Auria Chersoneso" dos antigos, constituia um dos três vértices (Ormuz, Gôa e Malaca) do triângulo imaginado por Albuquerque, como ciclópico perimetro do imenso Império.

Para assegurar o tráfego com as Molucas, enviou Albuquerque, António de Abreu. Outros se lhe seguiram revelando a existência das Celebes, Borneu, Austrália, Java, Flôres, Timôr, etc. Para o Sião, despachou Manoel Falcão, sendo êste o iniciador de relações que mais tarde foram tão estreitas, de que nos resultou a posse de uma feitoria portuguesa, que ainda lá existe; e, por fim, Ruy da Cunha foi para o Pegu, onde um português depois chegou a ser rei.

Outras causas a que se conjugou o tenebroso eclipse de 1580-1640, fizeram tombar Malaca, após lutas homéricas, bem dignas de figurar num capítulo de Plutarco, num trágico final de epopeia, num estrebuchar de vencido gigante. Nela deixámos vestígios étnicos da nossa passagem, grande parte reduzidos a uma miserável decadência física, e um estropeado "folklore". Na sua maior parte os descendentes dos antigos companheiros de Albuquerque, de que lhes herdaram os nomes, mas que ignoram quem êles fossem, não mostram a energia brava dos seus antepassados. Á maneira dos monumentos por êstes construídos e que coalham o solo com as suas ruínas, também os netos sofreram a degradação da idade. A própria tradição, essa saudade consoladora das raças decaídas, apagou-se-lhes da memória.

A morte de Albuquerque, vítima de graves injustiças, surpreendeu-o em plena laboração da sua arrojada tentativa. No entanto, apesar de combatida, a sua obra foi continuada. Em 1513 ousados navegadores costeiam o Celeste Império. Os portugueses estabelecem-se no re-

moto Catai, de que falava Marco Polo, até que, em 1557, se fixam em Macau.

Pela China, missionários ao serviço de Portugal penetraram no Tibet; atravessam o Himalaia; elaboram cartas; dominam, como mestres, na côrte de Pequim. No princípio do século XIX ainda havia bispos portugueses na China. De todo êste domínio espiritual, restam hoje apenas umas pequenas missões próximas de Macau. Num cemitério, em Pequim, repousam os ossos de grande número de missionários, que deram a Portugal grandes glórias e fama.

Pelo ano de 1542 alguns portugueses descobrem o Japão, indo levar a êste país a caridade, representada por S. Francisco Xavier e por Luís de Almeida, o último dos quais fundou hospitais e casas de caridade.

A arte de fundir canhões foi ensinada por nós. Por nós foi levada ao Japão a primeira espingarda alí vista, assim como os instrumentos de cirurgia, que ainda ha meio século ali existiam, segundo me foi confirmado pelo escritor alemão Schilling, que tal se ocupa num trabalho muito interessante.

Em Nagasaki, terra fundada por portugueses, em cuja baía repousam os destroços da nau do capião André, verifiquei com a mais funda emoção, numa capela erguida no topo de um monte, que ali se encontravam recolhidos com certa veneração alguns impressionantes documentos e objectos demonstrativos da nossa influência. Junto de tal capela existe uma árvore que, segundo se afirma, assistiu ao suplício de alguns portugueses no momento da sua expulsão daquêle país. Lá perdura ainda uma comunidade cristã, mas já sob a tutela espiritual da França.

Em Colombo, igualmente vi, num museu, grande número de objectos portugueses e á porta do palácio do Govêrno lá está uma lápide com o nome do primeiro português que pisou aquela ilha.

Por Java lá se pode ainda vêr uma igreja portuguesa. Ha poucos anos foi ali encontrado um padrão português, que estava enterrado, e, como timidamente, escondido na terra, sôbre a qual dominamos e tivemos, incontestavelmente, a prioridade da descoberta.

Na mais minúscula ilha dessa vasta Insulíndia, lá se vê ainda uma muralha ou bastião, que o esfôrço da nossa raça amassou e firmou com o suor dos seus filhos e defendeu com a mais indômita bravura.

Em Pulo Endé, em Kei e Aru, e em quantas outras ilhas não perduram, para mostrar á surda gente, que ou nos diminui ou quási despreza, algumas pedras que assinalam o valôr de um povo, que só se perdeu quando se deixou vencer pela luta fratricida, caíndo então nas mãos de povos mais poupados de energias e com o coração repleto de ambições e ingratidão.

Portugal sob o domínio de Espanha foi aos poucos perdendo aquêle ardor bélico, que, acentuadamente, êsse seu dominador fazia extinguir.

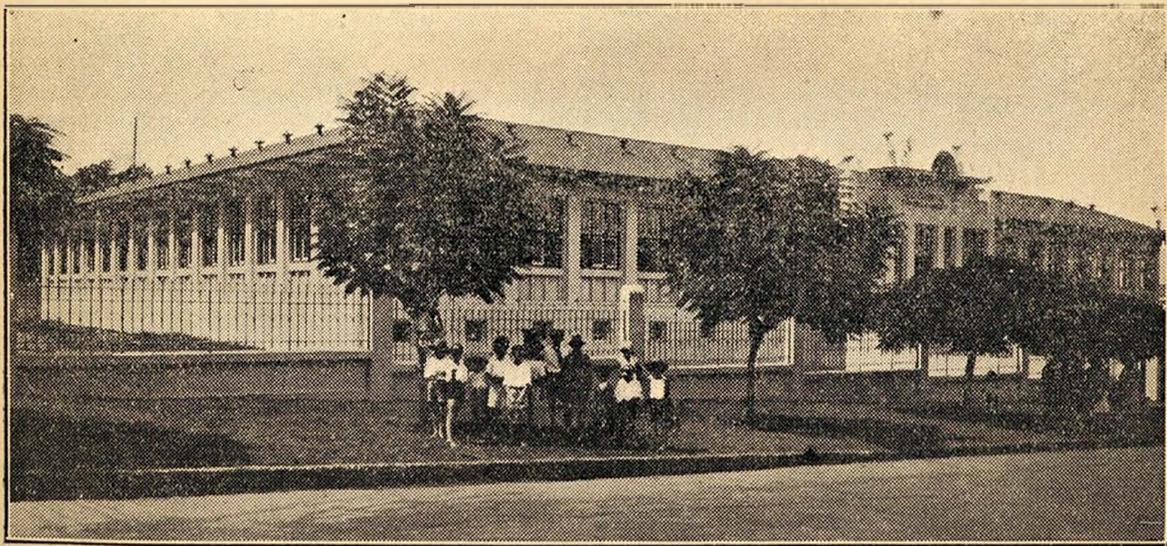
Assim se foi o prestígio que em todos os campos e entre tantos povos tão longamente o fizeram temido, admirado e respeitado.

O sol que havia doirado os altos cumes da glória, devia ter o seu ocaso.

A Holanda tomando-nos Malaca e atacando-nos por tôda a parte, pelas armas e pela intriga, fez desmoronar o nosso império oriental. Numa luta desigual foram-nos roubados: a influência, o comércio e as nossas jóias orientais. Outras colónias, como o Brasil, Moçambique, S. Tomé, Angola, eram atacadas.

Mas após uma resistência heroica, sobretudo nesta última, no reduto de Massagano, que ilustra, com fama merecida, o mais belo capítulo da história lusa em terras ultramarinas, elas puderam voltar á nossa posse.

Não foi assim no Oriente, embora possamos assinalar, entre outras façanhas, a heroica defesa de Macau, três vezes atacada, e as resistências da Índia e de Timor. A luta foi renhida. Pelejou-se do Malabar á China e á Oceania. Mas feridos no coração, era-nos impossível manter o corpo inerte. O baque foi tremendo e ecoára como um grito sinistro. O gentio dava as mãos ao nosso vencedor. Lápides legendárias lá existem ainda a atestar a obra ingente e temerosa que realizámos em prol da civilização e do amplexo da humanidade.



LOURENÇO MARQUES — ESCOLA I.º DE JANEIRO

São elas os melhores pergaminhos que podemos ativamente apontar em defesa do que ainda nos resta e que a cobiçosa e esquêcida diplomacia estrangeira não cessa de avidamente pretender tirar-nos.

Desfez-se o sonho do oriente, sonho de um século, mas que ainda lá reflete a nossa lembrança.

Voltámo-nos, então, para o Brasil, essa poderosa realidade, que a fatalidade do destino quis levar-nos como, atingida a maioridade, se aparta do lar e do peito estremecido da mãe o filho que, por si só vai fundar outro lar, mas que ambos constituem, ainda que o tempo ou distância os separem, elementos vitais da mesma família.

E para que essa afinidade étnica perdure sempre eterna e indestrutível, lá deixámos a nossa língua em que cantou Camões, língua em que Olavo Bilac compôs as suas obras. Há mais. Lá deixamos os nossos costumes, as nossas tradições, o próprio sangue e parte da nossa história.

O novo ciclo da nossa vida expansionista vai, sobretudo, convergir na África.

Voltemo-nos para ela, na certeza de que estamos escrevendo a história futura com os actos do presente. Que eles sejam sempre ditados pelo estudo amadurecido e pelo mais elevado culto patriótico e civilizador. Mas não nos esqueçamos de que pelo mundo inteiro andam dispersas almas lusíadas, algumas levadas por amor da vida aventureira, mas quantas e quantas, se apartaram para sempre do lar estremecido, que ainda, que bastante humilde, lembram e choram nas horas nostálgicas do entardecer da vida, porque na sua terra nunca lhe indicaram que no continente africano também havia terra

nossa a desbravar e fazer progredir, e cujo solo ainda reflete as manchas mal tintas do sangue, de quantos portugueses se sacrificaram por ela.

Andam portugueses empenhados a dizer que outros portugueses não tem capacidade para dar valor a tantas terras que possuímos?

Respondamos-lhes com os exemplos dos emigrantes portugueses no Honolulu, onde vi, em dia de eleições camarárias, serem apontados como os vencedores, em competição com indivíduos de outras raças. Respondamos-lhes que em S. Francisco da Califórnia, e em Oakland se lêem jornais diários escritos em português. Apon-temos o comércio do Rio de Janeiro e de outras terras, os agricultores de S. Tomé e Príncipe, os colonos, mesmo alguns funcionários de Angola e Moçambique.

Quem mais do que aquêles merece o nosso respeito, admiração e reconhecimento?

Levariam êles acaso para o seu exílio voluntário os bolsos cheios de ouro? De certo que não. As suas qualidades de trabalho foram as suas únicas riquezas. E quantos não seriam até iletrados! Devo, dizer, que condeno a emigração de párias. Mas também tenho como indispensável que se preparem indivíduos para a colonização da África portuguesa, e que se atenda a esta colonização urgentemente, com critério, consciência e com coração, certo de que proclamo uma necessidade inadiável.

Gaspar de Sousa

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

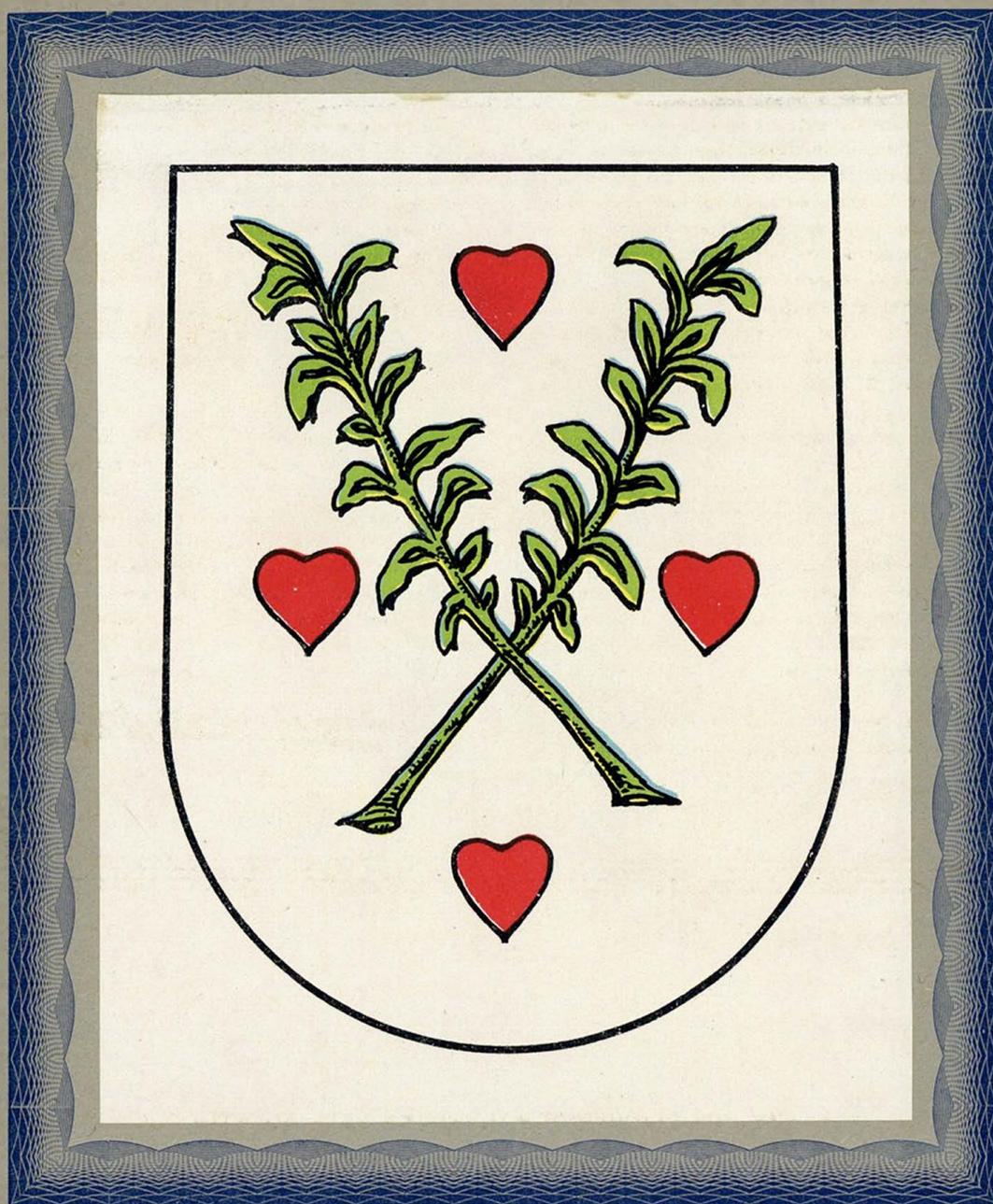
ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43—Fone 2-6894

RIO DE JANEIRO



Brasão da província de

CABO VERDE

FÁBRICAS DE ROLHAS DE CORTIÇA, METÁLICAS
E "CORTICITE PORTUGALIA"

Tapetes, Salva-Vidas e tudo que diz respeito à nossa indústria

AMORIM & PINTO

Filial: 40 - Rua da Constituição - 42

IMPORTAÇÃO DE PALITOS E CÁPSULAS DE ESTANHO

End. Teleg. "Corticeiros" — Cods. "Ribeiro" e "Borges"

FONE 2-0132 — RIO DE JANEIRO

CORTICITE PORTUGALIA

Para ISOLAMENTOS de Camaras
Frigorificas, Camaras Surdas, Geladeiras,
Tanques, Estufas, IMPERMEABILISAÇÕES
de Sub-solos, Assoalhos, Pavimentos,
Terraços, etc.

Fábrica: Rua Hilário Ribeiro, 20

Escritorio: 40, Rua da Constituição, 42

RIO DE JANEIRO

CASA CLAUDINO

FUNDADA EM 1860

Ribeiro Alves & C.

IMPORTADORES E EXPORTADORES

— DE —

Vidros de tôdas as qualidades
para vidraças, claraboias e navios, vidros
de cristal e metais para vitrines;
vidros grossos para maquina e assoalho.

68, Rua da Assembléa, 68

End. Teleg. "CLAUDINO" — Telefone 2-0976

RIO DE JANEIRO

O mate é o verdadeiro substituto do chá da Índia, usado até aqui. Descoberto pelos jesuitas no Paraguai, no século XVI era tomado como alimento, e como medicina pelos índios americanos e entrou nos habitos dos argentinos, uruguayos, chilenos e brasileiros, que o tomaram como agua, passando a usa-lo mais tarde como chá.

A Europa já se está habituando ao mate e a propria Inglaterra tem sido a primeira a usá-lo em virtude das suas qualidades nutritivas e terapeuticas, além de estimulantes em



virtude da grande dose de cafeina que contém.

A sua fabricação é toda em elementos de madeira natural, não contendo nenhuma substância nociva à saúde.

De todos os mates fabricados no Brasil, o Real é o melhor. Usam-no casas reais da Europa. É o rei dos mates e o mate dos reis.

DAVID CARNEIRO & C.^{IA} — CURITIBA (BRASIL)

REPRESENTANTE PARA PORTUGAL E SUAS COLÓNIAS:

ALVARO PEREIRA — Rua Tomás Ribeiro 109, r/c. D. — LISBOA

A necessidade da Propaganda da Colonização Portuguesa

PELO MAJOR JOSÉ RIBEIRO DA COSTA JUNIOR

OFICIAL DO EXERCITO — PROFESSOR,

MEMBRO DA "SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA" E SÓCIO CORRESPONDENTE DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO"

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

O senhor António Torres, consul do Brasil em Hamburgo, foi injusto, demasiadamente injusto, num artigo que publicou numa revista do Rio de Janeiro, com respeito ás colónias portuguesas. Sua Ex.^a, decerto, não visitou êsses domínios de Portugal, para poder dizer da sua justiça, com conhecimento de causa.

Para se afirmar, com autoridade, sôbre se a colonização dum país está adiantada ou atrasada, não é bastante olhar para as fotgravuras ou fotografias que nos facultam, para as povoações onde tocam os navios de passageiros, para as estatísticas; é necessário observar mais fundo, prescrutar a vida e a alma dos povos que recebem os benefícios dessa colonização.

E' certo que ver na Africa uma cidade com edificios magnificentes, amplas ruas asfaltadas, jardins exuberantes, habitantes todos de ponto em branco, representa civilização avançada, como o representam o desenvolvimento dos caminhos de ferro e o incremento das industrias; mas, ás vezes essa avançada civilização traduz tormentos sofridos pelos indígenas para servirem essa ânsia material de civilização; tormentos ocasionados pelos castigos corporais que lhes aplicam, pelos encargos fiscaes com que os sobrecarregam, enfim pelo cerceamento das suas liberdades de viver.

Observei, quando da occupação do Sul de Angola, que os indígenas do interior, quando nós faziamos passar uma estrada perto da sua aldeia, logo deslocavam as suas palhotas para lugar que mais afastado ficasse deste valioso processo de civilização. Porque lhes faziam mal?

Não; e eles bem o sabiam. Deslocavam-se, porque, não obstante virem oferecer-se para trabalhar com os brancos (portugueses), amavam o isolamento dos seus lares.

No litoral de Angola, próximo de Mossamedes, existem as tribus indígenas dos curocas e dos cubais que, não obstante residiram no meio da civilização europeia, teimam em conservar os seus hábitos de viver a que os estrangeiros chamam selvageria.

Mas será selvageria consentir, aos povos, a liberdade de viverem como melhor lhes apetece, desde que não pratiquem atentados contra a vida, a moral, ou a propriedade? Selvageria é proceder de forma oposta — com o fim de fazer criar, à força, hábitos novos ao gentio para, de princípio, engrossar os capitais dos magnatas do comércio e da indústria e, mais tarde, ocasionar o desemprego, a miséria, a revolta sufocada a tiro de metralhadora ou de aviões, como, não há muito, aconteceu na progressiva Africa do Sul.

Os ingleses, os alemães, os holandeses caminham mais depressa do que os portugueses, mas do número de vi-



APÓS A CONQUISTA DO CUANHAMA EM 1915
O TENENTE COSTA JUNIOR (HOJE MAJOR) AO MEIO, SENTADO NO SOLO.



COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA INDÍGENA. — DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES

timas indígenas que a marcha mais rápida da civilização tem causado, não resa a História.

As revoltas constantes dos indígenas contra êses dominadores, demonstram bem que êstes, para conseguirem os seus fins, abstraem absolutamente dos meios.

Portugal, país relativamente pequeno e de escassíssima população e por isso de pequena fôrça em confronto com a extensão dos seus domínios ocupados, se usasse de iguais violências com os indígenas das suas colônias, para embasbacar o mundo com o seu progresso, já há muito que estaria reduzido á posse única de uma ou outra ilha do Atlântico.

Nas colônias portuguesas também se têm revoltado os indígenas contra o nosso domínio, é certo; mas poucas foram essas revoltas que não tiveram por incitadores missionários ou outros agentes estrangeiros.

Foram os ladrões da Rodésia que induziram o Gunguhana a provocar a formidável campanha que ainda se prolongou além de 1895. Foram os malvados da Damaralândia que, durante muitos anos, sustentaram os Cuanhamas em constantes latrocínios no Sul de Angola, impondo, ao Governo Português, o envio duma forte expedição para submeter êses povos.

Pois os Cuanhamas, imediatamente á nossa entrada na sua capital, vieram confraternizar com as nossas tropas e imediatamente se transformaram em úteis e pacíficos agricultores! (1)

(1) — Ver "Boletim" n.º 2 de Maio de 1932, pag. 15.

Em livro que tenho no prélo, revelarei muitos actos da civilização, principalmente alemães, entre os quais destaco dois.

Tendo notado o Comandante militar do Baixo Cubango, fronteiro da Damaralândia, que os alemães procuravam captar as simpatias do déspota soba Auanga, com o objectivo de o fazerem deslocar para o seu território com a sua gente e arranjar escravos para as suas minas, trouxe o referido soba para a séde do seu comando. Aqui passou o soba a ser tratado como hóspede de respeito e a aprender português e a história dos portugueses para se tornar útil á colonização indígena, em vez de a

prejudicar com o seu despotismo. Pois os alemães conseguiram incutir-lhe no espirito a conveniência da fuga e lá o acolheram, favorecendo-o nos seus assaltos ás populações indefesas do nosso território. E, em Outubro de 1914, era o Auanga o auxiliar duma força alemã que na mais infame das traições, assassinava a guarnição portuguesa do Cubango e saqueava os postos da nossa fronteira fracamente guarnecidos!

Em 1910, quando o célebre Cadbury fazia desencalear a campanha contra o que êle chamava cacau-escravo-campanha, que foi altivamente rebatida pelo nobilíssimo coronel inglês Wilhis ido propositadamente a S. Tomé para averiguar da verdade, o comandante português do Mucusso prendia um capitão britânico que conduzia, para o Baroteze, acorrentados ao seu carro, duas dezenas de indígenas para uma escravatura verdadeira.



CATEQUESE AGRÍCOLA DE INDÍGENAS, PELOS PORTUGUESES, EM ANGOLA

Quando o alfêres português soltou os pobres indígenas, êstes rojaram-se a seus pés em sinal de gratidão.

Ai dos portugueses se, por estrangeiros, lhes fossem observados tais processos de civilizar.

O que nós, portugueses, temos a apoucar-nos, é muita inveja e muita ignorância: inveja do que com tão pouco conseguimos fazer; ignorância do que ano a ano aparece feito e da fôrma como é feito.

Na sua conferência realizada na sala dos Capelos da Universidade de Coimbra em Janeiro de 1924, disse o notável colonialista e ex-Alto Comissário da Republica em Angola, Exm.º General Nórton de Matos — altamente respeitado no estrangeiro — que “a obra da colonização portuguesa iguala em grandeza e prestígio a epopeia das descobertas”, obra que se traduz em explorações do interior dos grandes territórios descobertos, tratados com os indígenas, conquista e ocupação, construção de povoações, vias de comunicação, obra missionária, medidas de administração e de desenvolvimento do comércio, da agricultura, das indústrias, assistência aos indígenas, instalação de colonos europeus, desenvolvimento da instrução geral. Que mais nos pode ser exigido?

Na sua conferência proferida na Exposição Colonial de Paris, o Exm.º Brigadeiro João de Almeida, antigo Governador da Huila e Ministro das Colónias, disse aos franceses: “Percorrei as colónias portuguesas: elas estão inteiramente ocupadas, não só nas posições estratégico-económicas, mas também em tôda a sua extensão!” “Preguntem aos pretos de Moçambique ou de Angola,

ao indiano, ao macaísta, ou ao timorense, homens de tôdas as raças, de tôdas as religiões, diferentes na antropologia, na psicologia e na organização social, qual é a sua Pátria.” “Nenhum vos dirá coisa diferente da que vos digo; senhoras e senhores, falando de mim mesmo: *Nós somos portugueses*. E’ certíssimo isto, porque nós, portugueses, civilizamos com a alma e não a chicote.

*

Como é facil observar, deprime-se ou condena-se a acção portuguesa nas colónias; por inveja ou por desejo de esbulho, por ignorância, ou por ambas estas causas. E’ na ignorância, que o desejo de esbulho encontra meio de viver e aumentar; e, se a ignorância é escuridão dos espiritos, o remedio existe na sua iluminação pela verdade.

Eis a obra formidável a que se abalançou, no Brasil, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Por êsse motivo, enquanto a nossa Pátria não honra esta Sociedade como ela merece, eu, pôneiro de Angola, que ali deixei muito sangue para pasto de mosquitos anofeles e a vida joguei chupando lodo para matar a sêde — eu, que tenho grande amor ao que tanto nos custou a conquistar, estou inteiramente ao lado dos seus corpos dirigentes e, com os meus mal alinhavados escritos, combato, a seu lado, pela iluminação da ignorância que nos é tão perniciososa.



FABRICO ESPECIAL

DA

COMPANHIA NACIONAL

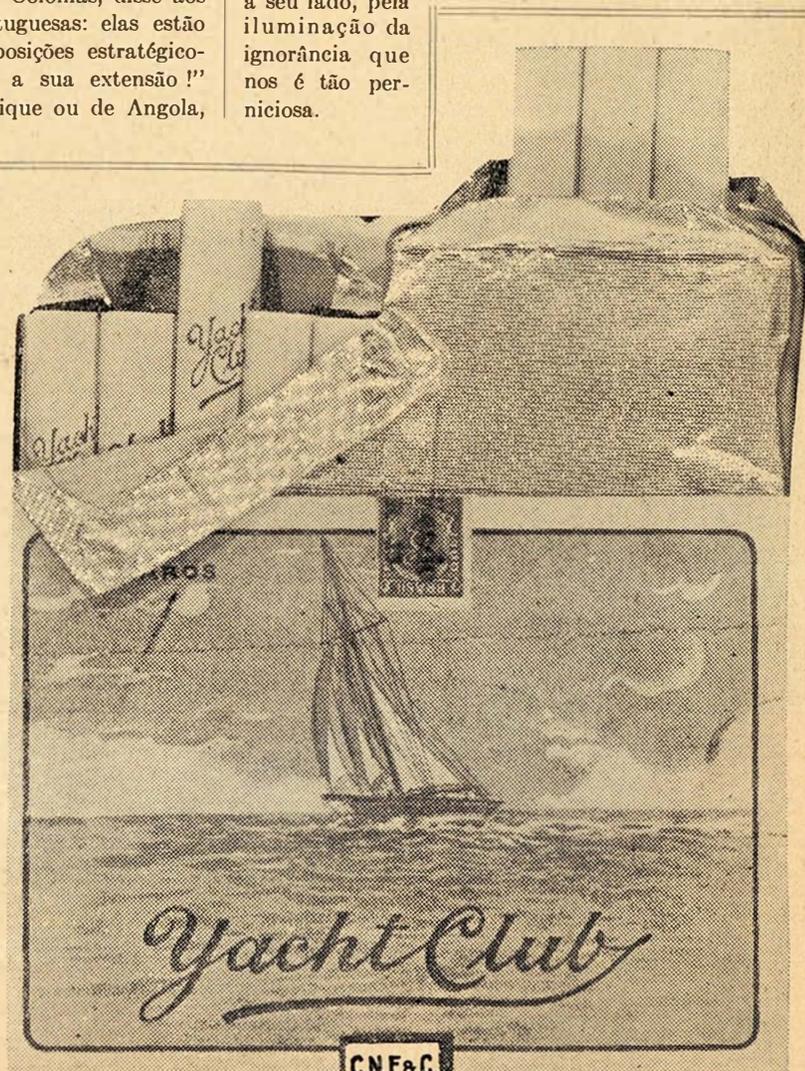
DE

FUMOS E CIGARROS



FABRICADOS COM FUMO BRASILEIRO,

ESCOLHIDO E AROMÁTICO



Enquanto os sábios não chegarem a conclusão definitiva e convincente, sobre a origem da vida, hei de crer na imortalidade da alma e no Dia de Juízo, no qual quero encontrar-me de consciência o mais limpa possível.

Há dias, nesta formosa cidade de Lisboa, alguém oficialmente colocado, quando eu lhe expunha a conveniência de enviar á SOCIEDADE LUSO-AFRICANA uma fita de assuntos coloniais portugueses, para auxiliar a sua obra patriótica, respondeu-me que a propaganda das colónias portuguesas no Brasil não podia interessar, por este grande país ser um concorrente comercial e imigratório.

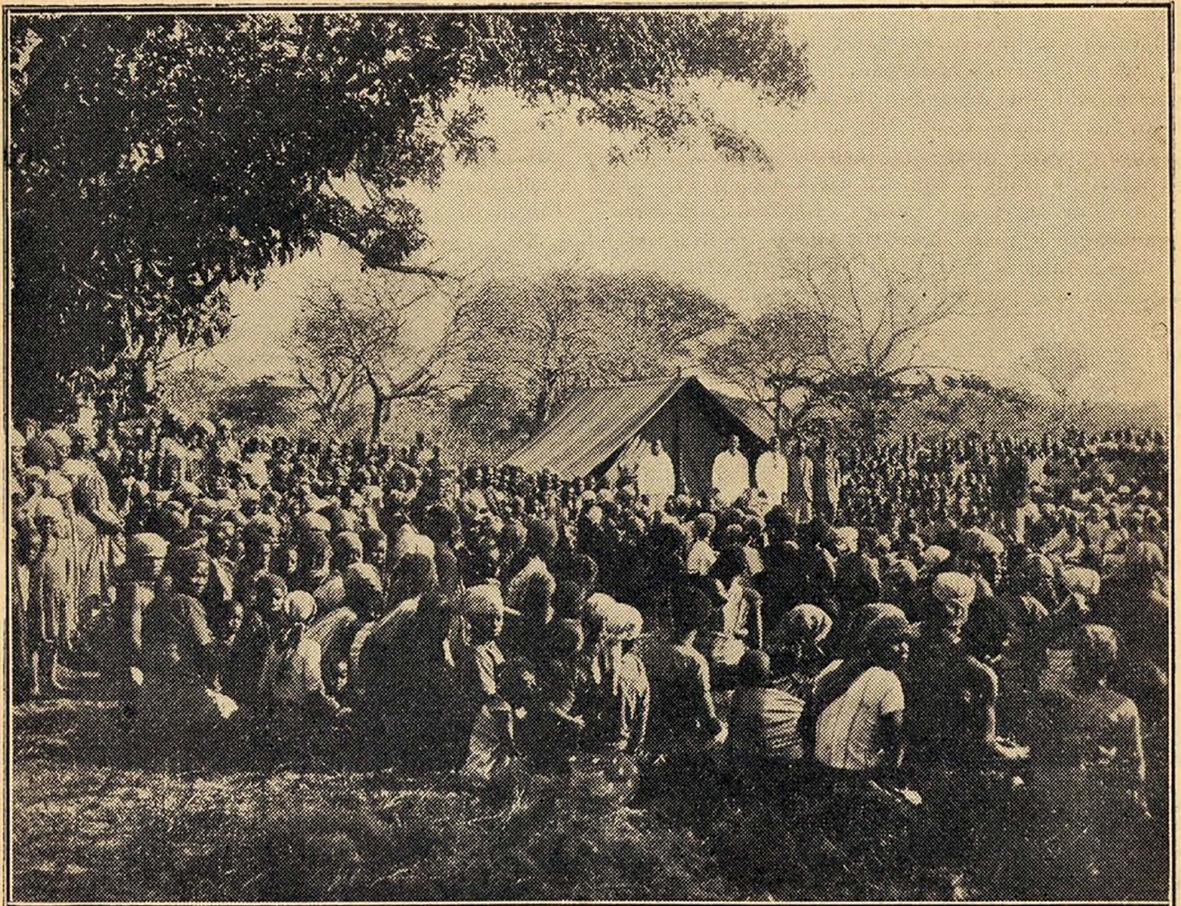
O meu pensamento, a respeito das coisas deste mundo, vai além do perímetro de alcance feminino de muitas pessoas que se gabam da sua masculinidade.

Dessa maneira não abstenho do facto do mundo ser constituído por indivíduos de qualidades e aptidões di-

versas, mas que se equilibram no concerto geral da vida, mercê de uma Direcção que só pode vir de Deus. E, se as coisas se desequilibram, é porque os seus dirigentes humanos se substituem á orientação divina ou natural.

Não há países concorrentes; há nações que se devem entender para a harmonia universal. Se há necessidade de intercambios comerciais, estes devem combinar-se de forma a favorecerem, e não a prejudicarem, os intercambios artístico, literário e político.

Quem está no Brasil, pode não necessitar de saber coisas das colónias portuguesas, por não ter que lhes vender; mas talvez lhes convenha conhecê-las com outros objectivos, entre os quais o político não é nada fóra de propósito. Só há uma nação no mundo com cuja aliança leal o Brasil póde contar, no caso duma nova conflagração mundial em que se veja envolvido: é Portugal. E Por-



MANHIÇA (MOÇAMBIQUE) — INSPECÇÃO SANITARIA E VACINAÇÃO ANTI-VARIÓLICA

FAÇAM SEUS SEGUROS CONTRA FOGO NA

“NOVO MUNDO”

Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos

CAPITAL 4.000:000\$000

Séde: Rua do Carmo, 65 (Edifício proprio)

End. Teleg. NOVOMUNDO

Tels.: 4-6665 e 4-2876

RIO DE JANEIRO

Agente Geral em S. Paulo

Domingos Fernandes Alonso

TRAVESSA DO COMERCIO, 2—TEL. 2-3099

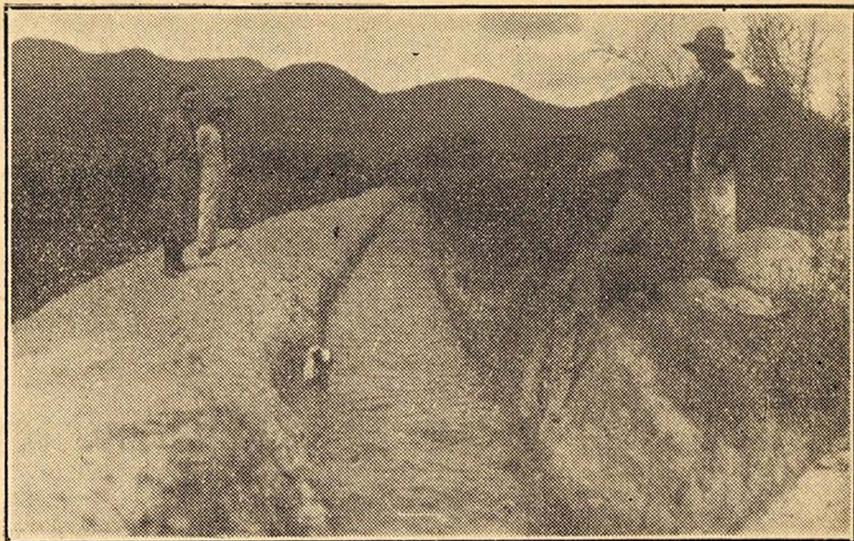
tugal será tanto mais forte para ajudar o Brasil, quanto mais recursos encontrar nas suas colónias. O triangulo pan-lusitano de Portugal-Africa e Brasil, com apoios nos arquipélagos dos Açores, Madeira, Cabo Verde e S. Tomé e na Guiné, na India, em Macau e Timor, não é sonho de visionários; é antes a visão sublime do mais forte esteio para o equilibrio mundial. Porque portugueses, brasileiros, africanos e ilheus do Atlântico, se são rijos para a luta, são incapazes de sonhos imperialistas, ou mesmo de infiltrações económicas.

E a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO no artigo 2.º dos seus estatutos sugere essa admirável visão.

Resumindo, há fortes motivos para, por todos os meios legais e honestos, se apregoar constantemente a nossa obra de colonização e de persistir em demonstrar que



ANGOLA — CACONDA — LARANJEIRAS



UMA VALA DE IRRIGAÇÃO PARA COLONIZAÇÃO AGRICOLA INDÍGENA EM ANGOLA

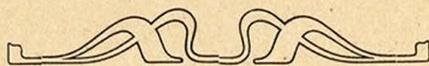
fomos e somos um povo dotado das melhores qualidades para levar, ás raças humanas mais atrasadas, a civilização consentânea com a sua psicologia; em sementes das nossas melhores plantas, em catequeses da nossa religião bem cristã, em exemplos da nossa actividade incontestavelmente honesta, em abraços de amizade fraternal e de amor sem preconceitos.

Mas, não fico sòmente no meu depoimento para documentar a razão que nos assiste para sermos, nós os portugueses, o povo colonizador por excelência. Traduzo de "Le Mois", síntese da actividade mundial de Julho e Agosto de 1932, opiniões de estrangeiros e que a Direcção deste mensário julgou merecedor de ser conhecido do mundo inteiro. O Snr. Álvaro Fontoura escreveu no *Portugal Colonial*: "O passado, o presente e o futuro das colónias portuguesas foram tratados, de maneira eloquente, por personalidades gozando de reputação europeia".

Ao passado é o marechal Lyautey que faz alusão quando diz, dirigindo-se aos portugueses: "*Sois os verdadeiros pioneiros, os pioneiros mais antigos da civilização europeia, além do Atlântico e do Pacífico*". Ao presente é o economista Charles Guide que alude, quando afirma que Portugal de hoje "*colhe os frutos da mais nobre forma de colonização que adoptou, a que transporta a nova planta demográfica para o terreno antigo, sem lhe destruir as raízes*". Ao futuro faz alusão o mesmo economista quando diz: "*Força nos é confessar por muito que custe a um francês, que a lingua portuguesa tem mais probabilidades que a lingua francesa, de ser falada um dia por 300 a 400 milhões de individuos*".

Lisboa 20 — 3 — 1933.

major
J. R. de Azevedo Gomes



**Prefiram sempre os tecidos
que levam como
garantia de qualidade
a marca registrada**



As Feiras de Amostras de Produtos Portugueses Metropolitanos e Ultramarinos

POR ANTÓNIO AMORIM

SECRETARIO DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO".

As Feiras de Amostras da produção industrial e agrícola de Portugal e suas Províncias Ultramarinas, realizadas há perto de um ano nas cidades de Luanda e Lourenço Marques por ocasião da visita de S. Ex.^a o Senhor

Ministro das Colónias, Doutor Armindo Rodrigues Monteiro, a Moçambique e Angola, constituíram um acto de inteligente, proveitosa, boa e necessária propaganda, durante tanto tempo descurada, tendente a aproximar com eficiência e utilidade mútuas, no campo espiritual e económico, os territórios portugueses d. Europa, Ásia, África e Oceânia, forte e admiravelmente vinculados à rija cêpa lusitana por tantos e notáveis laços de união e solidariedade, dos quais é expressão superna esta "LINGUA SONORA E BELA, EFICAZ PARA MOVER E DOCE PARA PRONUNCIAR", como dizia o clássico.

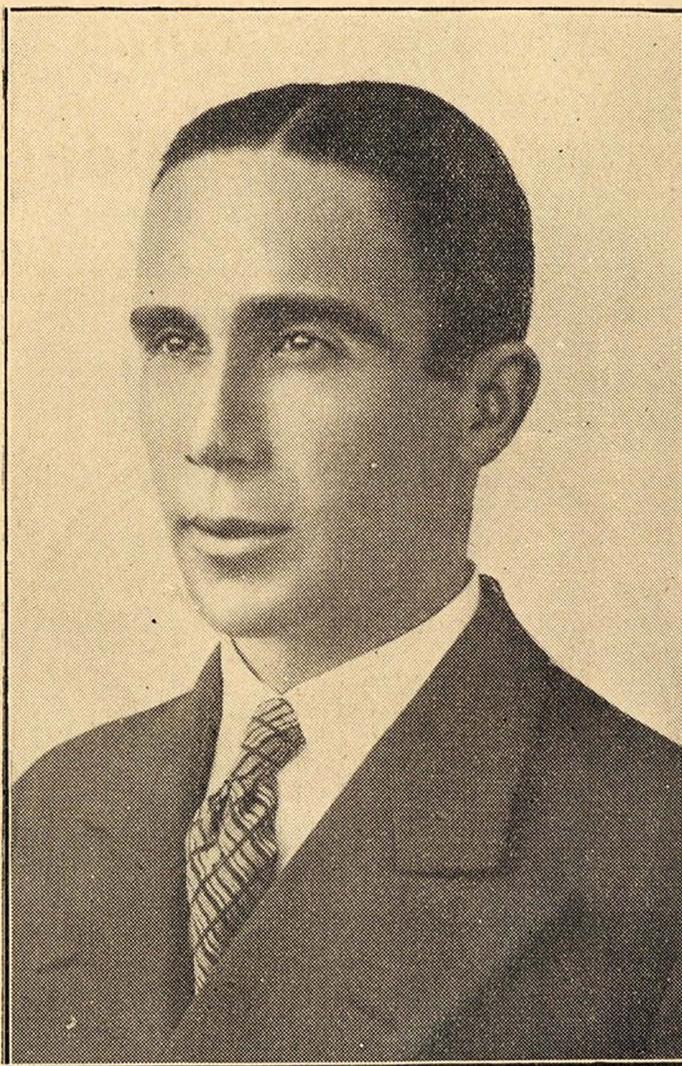
A propaganda foi sempre, e hoje é-o mais do que nunca, um factor essencialíssimo de prosperidade, quer na vida de uma nação, quer na de uma grande empresa industrial ou na de uma modesta casa de comércio. E se esta verdade, tão comezinha para o mais insignificante comerciante ou industrial estadunidense, tivesse sido compreendida e aceita não só pelos nossos homens de negócios, industriais e produtores, mas também pelos nossos estadistas dos últimos cinquenta anos, quantos desgostos, quantos dissabores e quantos errados ou falsos juízos a nosso respeito não teriam sido evitados

Malgradamente, até a nós mesmos nos desconhecíamos; e desde que nos ignorávamos, nada mais natural e até lógico, que não tivéssemos a consciência do que valíamos e valem e daquilo que, com os nossos próprios recursos, poderemos realizar. O pessimismo, o desalento e

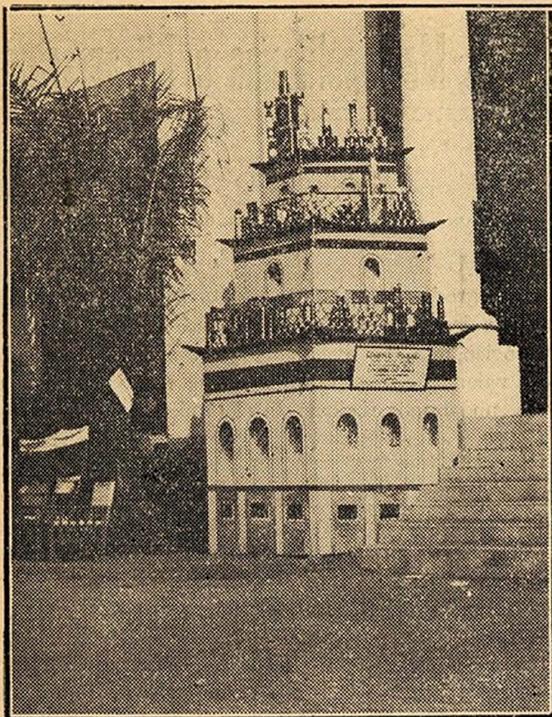
a neurastenia das derreadas gerações portuguesas, (tão diferentes daquelas varonís gerações quinhentistas, que tinham por lêma a fé, o optimismo, o forte querer e a confiança que a consciência do valor próprio dá), não eram mais do que a resultante do triste convencimento da desvalia em que, cabibaixas e conformadas, se deixavam mergulhar. Um povo que se desconhece, seja-nos lícito este conceito aciciano, é um povo fadado á desagregação e, consequentemente, condenado á ruina e á morte.

Tal estado de abatimento colectivo não se coadunava, porém, com a nossa índole de povo ativo, razão esta por que não deve surpreender a ninguem a reacção de Portugal nos últimos trinta anos. No momento oportuno, a alma portuguesa acordára, como havia acordado para dar ânimo ao Mestre de Aviz e a João Pinto Ribeiro, jurisconsulto que foi a chama sagrada do movimento restaurador da independência, em 1640. Em ver-

dade, a reacção de Portugal, — cuja decadência algumas potências apregoavam no desejo evidente de se banquearem com os nossos despojos riquíssimos — é um facto patente, insofismável, e os portugueses já se vão conhecendo uns aos outros e avaliando do que somos capazes.



TENENTE HENRIQUE GALVÃO
DIRECTOR DAS FEIRAS DE AMOSTRAS COLONIAIS
DIRECTOR DA REVISTA "PORTUGAL COLONIAL"
ANTIGO GOVERNADOR DA HUÍLA



FABRICA NACIONAL DE CONSERVAS "PAVILHÃO"
REPRESENTADA EM LUANDA PELA UNIÃO INDUSTRIAL, LIMITADA

A êste respeito, lêmos no magnífico "Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique", colectividade de escól, crêdora de todos os louvores: "Tendo, sobretudo, por objectivo pôr os nossos comerciantes e consumidores em contacto com os produtos da indústria metropolitana, a Feira de Amostras constituiu uma verdadeira revelação para a maioria dos visitantes. Por outro lado, a exposição de produtos do solo e da indústria de Moçambique, promovida por alguns organismos locais, trouxe novidades para muitos.

"Com efeito, exceptuando os vinhos e as conservas, a maior parte dos produtos metropolitanos, eram quasi desconhecidos do nosso mercado; quanto aos produtos locais, se todos já sabem que Moçambique fabrica açúcar e cimento, muitas pessoas desconheciam o chá do Lugela, as cerâmicas de Magude, as mobílias, os perfumes, os óleos comestíveis, os sabões e sabonetes, tabacos, xaropes, cerveja, etc., e todos estes produtos apareceram em profusão e de qualidades tais que nos fizeram acalantar esperanças sôbre o futuro da indústria da Colónia.

"As indústrias da Metrôpole ofereceram gratas surpresas para muitos, sob vários aspectos. Desde a metalurgia e a cerâmica, ao mobiliário e á joalharia artística, formosas coisas se apresentaram aos nossos olhos maravilhados e enternecidos."

Estas palavras, que gostosamente transcrevemos, applicámo-las, sem receio de errar, *mutatis mutandis*, ao que se passou em Luanda.

*

"Portugal começou a cumprir, — escreve o Sr. Tenente Henrique Galvão, operoso director das Feiras de Amostras Coloniais, antigo governador do distrito da Huíla e colonialista dos mais brilhantes da nova geração,

que daqui vivamente saúdamos —, o seu destino económico de grande potência colonial, caminhando para a realidade IMPÉRIO, isto é, coordenando a política económica de cada uma das parcelas imperiais para um Todo unido, solidário, comum nos objectivos, nos interesses e na orientação".

E, para epílogo dos sédiços conceitos que expendemos, seja-nos permitido respigar ainda alguns períodos do artigo escrito expressamente para o "Catálogo das Feiras de Amostras Coloniais", pelo notável publicista Dr. Agostinho de Campos, — períodos êstes que são, com os já transcritos, como que a moldura dourada em que se encaixilham as nossas palavras triviais a propósito de tão momentoso assunto, e bem assim os "clichés", que inserimos, (a documentação fotográfica é um elemento de propaganda insubstituível, aliante e sugestivo nos tempos correntes, em que o animatógrafo é rei e senhor absoluto) de vários dos "stands" que figuraram naqueles importantes e concorridos certâmes.

"Portugal ensaiou-se nas ilhas do Atlântico — Madeira, Açores, Cabo Verde — para a fundação de novos núcleos humanos onde a sua língua se fala e se continua o seu espirito, por tradições, costumes, crenças, leis. Assim se povoaram e civilizaram terras desertas e férteis que no mapa do Mundo são apenas pontos minúsculos; assim se foi formando também, na América do Sul, uma nação enorme, quasi tão grande como a Europa tôda — o imenso e próspero Brasil.

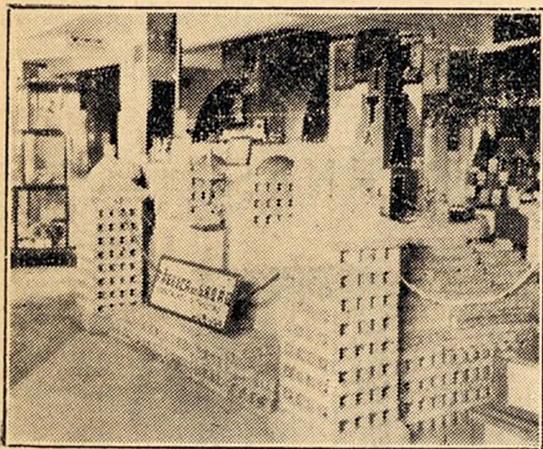


LUANDA — "STAND" DA "NAPOLITANIA"
FABRICA NACIONAL DE MASSAS E BOLACHAS

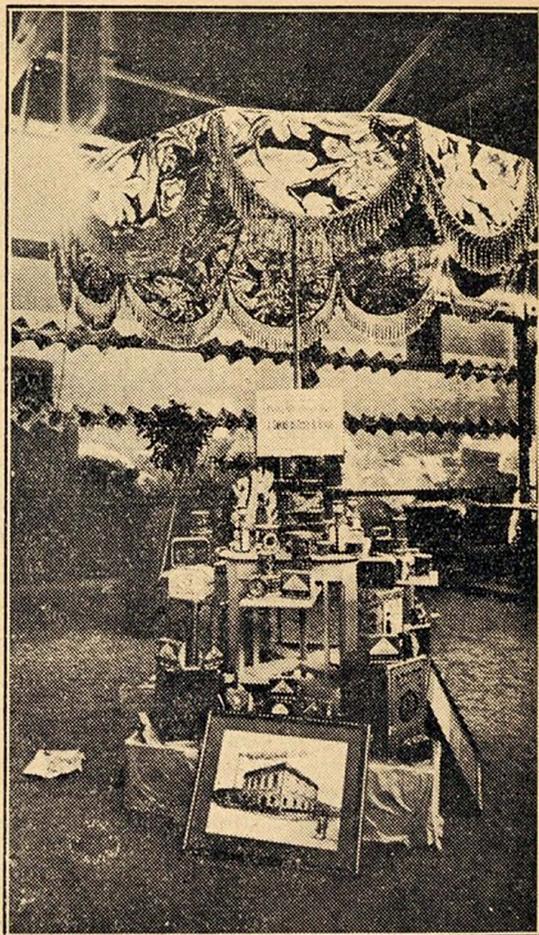
“Nêste trabalho de criar novas sociedades, novas pátrias, em territórios longínquos, teve sempre importante papel o comércio — e isto não devem esquecê-lo, e não o esquecem, os políticos de agora, aqueles a quem incumbe preparar e encaminhar, nas duas Áfricas nossas, evolução semelhante à que deu em resultado a formação gradual dos prolongamentos portugueses insulares e atlânticos e da Província de Santa Cruz, que hoje constitui um país independente, extenso e progressivo, o maior da América do Sul e um dos maiores do mundo.

“Tudo quanto se faça (e muito se tem feito) para proteger e engrandecer o comércio português em Angola e Moçambique auxiliará grandemente a extensão e fixação da influência portuguesa em África; e o que essa extensão e fixação significa sabem-no todos: quanto mais portugueses houver no mundo, mais forte será cada português em sua casa; quanto melhor conseguirmos, nós os pais portugueses de agora, *semear Portugal* no futuro, melhor e mais fácil futuro estaremos assim preparando aos nossos netos e bisnetos.

“Bem hajam porisso todos aqueles que, nesta época de crise geral das nações, dão tratos à imaginação e se desentranham em esforços para ampararem e avolumarem o comércio ultramarino português. Atrás dêle passarão os mares, as famílias, as escolas, as instituições,



UM DOS ASPECTOS DO “ST. AND” DA FÁBRICA DE SABÃO DOS IMPORTANTES INDUSTRIAIS GONÇALVES & TRISTÃO NA FEIRA DE AMOSTRAS DE LUANDA



O “STAND” DA FABRICA DE CONSERVAS BRANDÃO & C.^a NA FEIRA DE AMOSTRAS DE LOURENÇO MARQUES

os livros, os sentimentos, os costumes, as palavras portuguesas; e um belo dia será muito mais amplo o campo de actividade, mais fácil a existência e a resistência para todo aquele que nascer português.

“Viemos à Feira com o nosso alforge de conselhos e talvez de ilusões, por não vemos razão nenhuma para que os homens que a vocação e os destino trouxeram às actividades do espírito se afastem sempre daqueles que as mesmas fôrças misteriosas conduziram a outros tra-

ROUPAS “RENNER” (Trajes e ternos de lã)

Couros, Artigos de viagem, SPORT, Montaria e Praia

Fabricação de malas de libra SILVIUS

Exclusivo dos brins KAKI, BRANCO e VERDE-OLIVA “FLORIANO” e “TRIUNFADOR”

JOSÉ SILVA & CIA. LTDA.

IMPORTADORES

Caixa Postal 445

58 — Rua de S. Pedro — 60

End. Teleg. “SILVIUS”

Telefones: Armazem 4-0671 Escritório 4-5333

RIO DE JANEIRO

balhos, materiais ou práticos, muita vez considerados antípodas do labor chamado mental.

"Todo o labutar honesto é do agrado de Deus e a Êle conduz. Jesus Cristo disse que a melhor oração é o trabalho e não fêz distinções entre as várias espécies da honrada diligência humana.

"Semear, plantar e tecer, pensar e propagar ideias sinceras e desinteressadas, tudo é um, porque, se nem só de pão vive o homem, certo é que sem pão não pode viver.

"Convém, no entanto, fazer boa destriça entre matéria e espírito, não para os divorciar um do outro ou meter cizânia entre ambos, mas para bem os casar na consciência de cada um de nós.

"O poeta sabe que o hortelão e o tecelão são irmãos seus; o fabricante e o homem de negócios podem ser também poetas a seu modo, quando os não impele apenas o instinto do lucro, cego e egoísta; quando na sua actividade necessária e útil deixam entrar um fermento ou princípio de espírito; quando meditam que, pelo simples

modo como compram e vendem, podem estar favorecendo ou contrariando a criação futura de bens imponderáveis agora de-certo, mas quanto vez mais sólidos e duradouros do que as comodidades e riquezas actuais".

ANTÓNIO AMORIM



"STAND" DA COMPANHIA DAS FÁBRICAS DE CERÂMICA LUSITANIA, REPRESENTADA PELA UNIÃO INDUSTRIAL, LTDA, NA FEIRA DE AMOSTRAS DE LUANDA

DECORAÇÕES MODERNAS

Guarnições de Madras

Guarnições de Brim

Cortinas de Renda

Cortinas de filó

Stores

Bandeaux

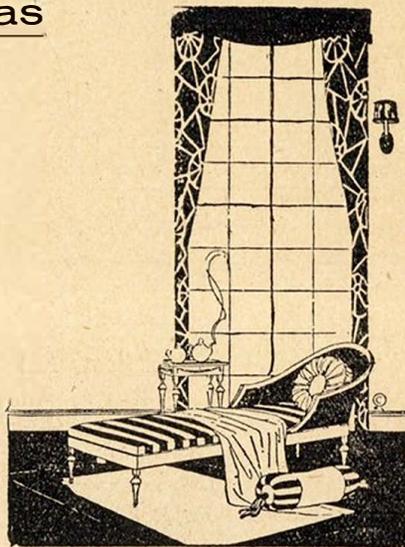
Sanefas

Reposteiros

Panneaux

Doceis, etc.

Pega o nosso orçamento, sem compromisso



ASA MARCA **UNES** REGISTRADA

65 - RUA DA CARIÓGA, 67 - RIO

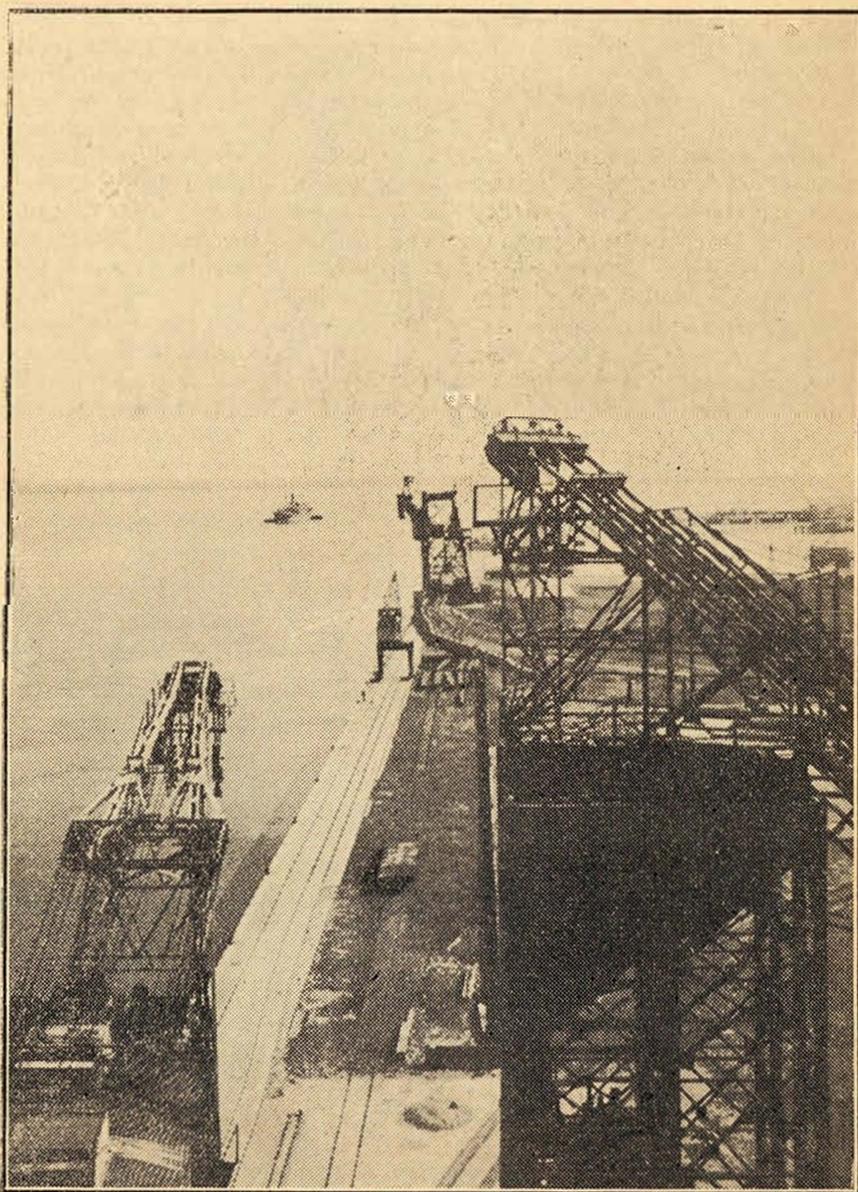
TENENTE-CORONEL FRANCISCO ROQUE DE AGUIAR

LONGE estávamos nós de imaginar, quando pensamos em tributar o preito da nossa pública homenagem — bem humilde e insignificante, aliás! — a este velho e glorioso soldado das campanhas de África, que as nossas modestas palavras de justiça e profundo respeito, não mais seriam lidas por aquêles olhos já cansados, — aquêles olhos amortecidos pela idade e ante os quais tantas vezes brilhou o clarão do fogo nutrido, vulcânico, ciclópico e medonho, dos canhões, das carabinas e das metralhadoras, no decorrer de memoráveis embates, nesse Continente adusto e misterioso, que tão arrebatados entusiasmos desperta em nosso peito ardoroso de meridionais, sempre que o evocamos, desde que o inclíto e taciturno Infante D. Henrique, do alto do promontório de Sagres, apontou a uma Nação inteira, numa atitude varonil, que tanto tinha de enérgica como de imperiosa, o caminho que era mistér e dever percorrer e devassar.

Para homenagear a memória do Tenente-Coronel Francisco Roque de Aguiar — digno e santo varão perante cujo túmulo nem um só português que se preze da sua estirpe pode esquivar-se a ajoelhar, comovido e respeitoso — não há como transcrever a magistral descrição do célebre “QUADRADO DE MARRACUENE”, página deslumbrante dos anais dos nossos feitos militares, que a pena opulenta e maravilhosa de António Enes, — o extraordinário Comissario Régio que preparou cientificamente a queda do império vátua e a respectiva submissão do Gunguhana, metendo-os, aos poucos, dentro do possante laço de ferro que os estrangulou, puxado valorosamente por Mousinho de Albuquerque —, fixou para sempre em

cores vivas e de uma beleza inegalável, no estupendo livro “A Guerra de Africa de 1895”.

Do valor e dos méritos do venerando ancião cuja existencia se extinguiu aos 11 dias do mês de Janeiro do corrente ano, num dos quartos particulares do “Hospital Miguel Bombarda”, de Lourenço Marques, falam bem alto as seguintes *notas biográficas*, que, data vénia, transcrevemos de “NOTÍCIAS”, brilhante matutino moçambicano:



PORTO DE LOURENÇO MARQUES — ESTAÇÕES CARVOEIRAS

NOTAS BIOGRÁFICAS

O tenente-coronel Francisco Roque de Aguiar, que tinha o curso da arma de infantaria, nasceu a 24 de Fevereiro de 1854, na freguesia de S. Tiago dos Velhos, concelho de Arruda dos Vinhos, distrito de Lisboa, sendo seus pais José Roque de Aguiar e D. Gertrudes do Espírito Santo.

Alistou-se no Regimento de Artilharia n.º 3, sendo incorporado em Outubro de 1873. Promovido a alferes graduado, em Janeiro de 1884; alferes, em Fevereiro de 1886; tenente, em Dezembro de 1889, e capitão em Junho de 1890, por ter sido nomeado para servir no Corpo de Polícia e Fiscalização de Lourenço Marques.

Desembarcou nesta cidade em 3 de Janeiro de 1891, tendo exercido no ano seguinte as funções de Presidente da Comissão Municipal, e em 1893, as de primeiro substituto do Juiz de Direito desta comarca, acumulando interinamente o cargo de Administrador do Concelho. Em 1895, por portaria do Comissário régio, foi nomeado administrador, interino, das terras do Maputo e, posteriormente, administrador da 5.ª circunscrição das Terras da Corôa dêste distrito, tendo deixado de pertencer ao Corpo de Polícia e Fiscalização em Janeiro de 1896.

Serviu no distrito de Lourenço Marques, achando-se êste em estado de sítio, desde Agosto de 1894 até 9 de Dezembro de 1895, tendo tomado parte nas operações militares realizadas em Marracuene. Seguiu para a Metrópole em Junho de 1897, regressando em Novembro do mesmo ano, tendo-lhe sido concedida a pensão vitalícia de trezentos mil réis pelos relevantes serviços prestados em campanha.

Em 1904 exerceu interinamente o cargo de governador do distrito de Moçambique e os de administrador da 11.ª circunscrição, em 1905; da 1.ª Circunscrição das terras da Corôa, em 1906, e de secretário interino do Governo Distrital de Lourenço Marques, em 1907. Neste mesmo ano foi nomeado governador interino deste distrito.

Seguiu para a Metrópole em Abril de 1908, regressando em Março do ano seguinte e assumindo as funções de administrador da 1.ª Circunscrição. Promovido a major em Novembro de 1909, e nomeado inspector das unidades em 1912, ano em que passou ao posto de tenente-coronel, foi reformado em 1914 por ter atingido o limite da idade.

Fez parte de várias comissões de estudo e, em 1914, do Conselho Inspector de Instrução Pública nesta Colónia.

Durante a Grande Guerra, tendo sido chamado ao serviço activo, foi nomeado comandante do 1.º Depósito de Prisioneiros de Guerra, nesta cidade, e, em 1922, já com a avançada idade de 68 anos, desempenhou interinamente o cargo de governador do distrito de Moçambique.

Ultimamente era vogal de nomeação do Conselho do Governo, tendo sido há dias nomeado para exercer aquelas funções durante o corrente ano.

Foi socio fundador da Sociedade 1.º de Janeiro, venerável há muitos anos desta loja maçônica e grande Inspector Geral do grau 33.

O tenente-coronel Roque de Aguiar, que numerosas vezes foi louvado em portarias do Governo da Colónia, possuía as seguintes condecorações: Medalhas militares de cobre (1889) e de prata de comportamento exemplar (1892); Cavaleiro da antiga e mui nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (1895); Medalha de prata Rainha Dona Amélia (1896); Oficial da antiga e mui nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (1901); Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis (1901); Medalha de prata da classe de assiduidade de serviço no Ultramar (1902), e Medalha de ouro de comportamento exemplar (1918).

A pensão de 300\$000 e o grau de cavaleiro da Torre e Espada foram registados na sua folha de serviços com esta nota: "Esta pensão e gráu são-lhe concedidos pela maneira como conduziu a força do seu comando durante a marcha, acampamento e combate nas operações de Marracuene".

FRASCO DE SEGURANÇA INQUEBRÁVEL



ATINTE SKRIP É RECOMENDÁVEL

SHEAFFER'S

PENS · PENCILS · DESK SETS · SKRIP



Representante no Rio de Janeiro — D. FERRARO — R. Candido Mendes 31, CX. 166 — Telef. 5-3723

NOVO DICCIONARIO POPULAR

DO PROF. JOSÉ OTTICICA

Cada Fascículo: 1\$000 Réis

EM TODO O BRASIL

PEDIDOS Á INDUSTRIA DO LIVRO EDITORA (ANTIGA CASA A ENCADERNADORA — FUNDADA EM 1890)

J. O. DE OLIVEIRA TELLES

RUA S. JOSÉ, 35 — Telef. 3-0804 — RIO DE JANEIRO

VENCIDO (*)

POR ANTÓNIO AUGUSTO DE MIRANDA

JUIZ DE DIREITO E SÓCIO-CORRESPONDENTE
DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO"

ESPECIAL PARA ÊSTE BOLETIM

O Gungunhana, o continuador da obra de extermínio das pobres tribus moçambicanas do sul, começada pelo seu antecessor e ascendente, Manicusse, o fundador do império vátua, guerreiro menos humano do que Átila, mas quasi tão sanguinário como Gengis Khan, também teve, como todos os homens fortes, o seu ponto fraco; e foi esse ponto de fraqueza que abreviou a obra de Mousinho.

Godide, seu filho, era o fruto da paixão mais intensa — da sua talvez única paixão — que incendiou o peito tenebroso deste rei selvagem, pela formosa Vuiazi, de entre todas as mulheres que conheceu, aquela que elle mais amou, não tanto por ser bela, como por ter sido a que lhe caldeou o amor com o amargo do ciúme.

Se, em vez de um rei selvagem, se tratasse de um vulto de que a história dos povos civilizados se occupasse, esta amante querida de um rei poderoso ganharia um lugar na galeria das célebres neuróticas sexuais. Vuiazi ficaria ao lado de Messalina.

O sangue Vátua, que lhe gorgulhava nas artérias, arremessou-a como um turbilhão nos espasmos genésicos, que procurava, sem respeito pela pureza da sua nobre estirpe, realizar com todos os que másculamente agradavam á sua insofrida ninfomania: moleques ou soldados, pretos ou amarelos.

Teve a intensidade de um vendaval e a carícia de um zéfiro a paixão do Gungunhana por esta mulher, que na sua formosura condensava as qualidades da sua estirpe superior: escultura de Vénus mergulhada em um banho de cobre claro, iluminada por um olhar em que havia a escuridão misteriosa da selva tropical, e vitalizada por sangue escaldante que o sol fecundo de África aquecia. E a paixão do potentado por esta mulher mais se exacerbava com o conhecimento das suas infidelidades, em que descia ao pântano imundo de uma rameira. Quando um ser humano assim ama, ou é vítima da sua paixão, ou a líquida por um golpe mortal. O temperamento do Gungunhana decidiu-se pela segunda: antes que a víbora o matasse, matou-a elle, num acesso de furor ciúmoso.

Mas do contacto com esta mulher lasciva, fruto da sua semente lançada nesta terra de podridão, restou um fruto, que lhe adoçou a vida de realeza e o arrastou à queda do seu poderio: a alma de Vuiazi actuou no filho para vingar a sua morte, não armando o filho de azagaia parricida, mas levando o pai, por amor do filho, ao sacrificio da sua realeza.

Voluntária e conscientemente não, porque o vátua não possuía uma consciência capaz de se iluminar por um raio de luz. Foi antes uma força imanente, íman poderoso, que o atraiu, na esperança de salvar o filho e também a realeza.

Depois de tentar, em vão, comprar com caras blandícias a amizade portuguesa, que perdera com uma série sucessiva de traições, fez o maior sacrificio que, tirante a própria vida, lhe era possível fazer: enviou a Mousinho, como mensageiro, o seu filho Godide, para convencer o chefe da sua sinceridade. Godide foi portador de rica dádiva de bois, ouro, marfim e algumas das mais esbeltas odaliscas da sua comitiva. A alma do vátua, escura como a sua pele, assim compreendia o preço do resgate da sua lealdade atraídoada. Perante a resposta decidida do Chefe, que reteve Godide em refens, com a ameaça de que o fuzilaria se o pai se não apresentasse em curto espaço de tempo, o vátua pôs-se a caminho do Transwaal. O que resultaria desta retirada do colosso para terra estranha onde a influência inglesa já dominava, alargando a sua ambição para o litoral português?

Urgia cortar-lhe a retirada, ou ir-lhe no encalço, até lhe dar batalha e o esmagar; ou havê-lo às mãos, vivo, como à fera que se surpreende no fojo.

O vátua já passára Chaimite, a caminho do Guijá.

Godide, que leu no semblante do Chefe a decisão que não recua, expediu o seu criado a encontrar-se com seu pai, a pedir-lhe que viesse salvar a sua vida, que talvez a d'elle fôsse perdoada se elle viesse em acto de contrito arrependimento prestar a sua vassalagem ao Chefe, porque este encerrava, dentro do seu duro envólucro de guerreiro, um grande coração de homem.

O mensageiro voou através das terras ardentes, percorrendo a pé o caminho que o rei andára de charréte, magnificante presente do nosso aliado que nos espreitava de além dos Libombos. Chegou esbaforido, na ânsia de salvar a vida de seu amo e senhor. Mas, respeitoso, não se aproximou do rei. Procurou Sónie, a mulher grande do tirano, que elle sabia dedicar a Godide um affecto maternal, e expôs-lhe a situação angustiada de seu amo.

Sónie correu a lançar-se aos pés do vátua, implorando o seu regresso em attitude pacífica, para que fôsem restabelecidas as boas relações com os portugueses e para desta forma salvar a vida do filho.

O rei olhou para aquella mulher prostrada a seus pés e não fez um gesto de a afastar. Toda a comitiva, que se detivera, se acercára, num mutismo de expectativa, misturado de surpresa. Ninguém da comitiva, decerto, acreditava no bom êxito da proposta que, em tom de prece, aquella mulher fazia ao rei. Os agravos feitos aos portugueses eram demasiados para serem perdoados.

(*) Êste artigo foi inspirado no que, sob o título "A Jornada de Chaimite", o Snr. Francisco Toscano fez publicar em o número do Natal de 1929, do diário de Lourenço Marques, "Notícias".

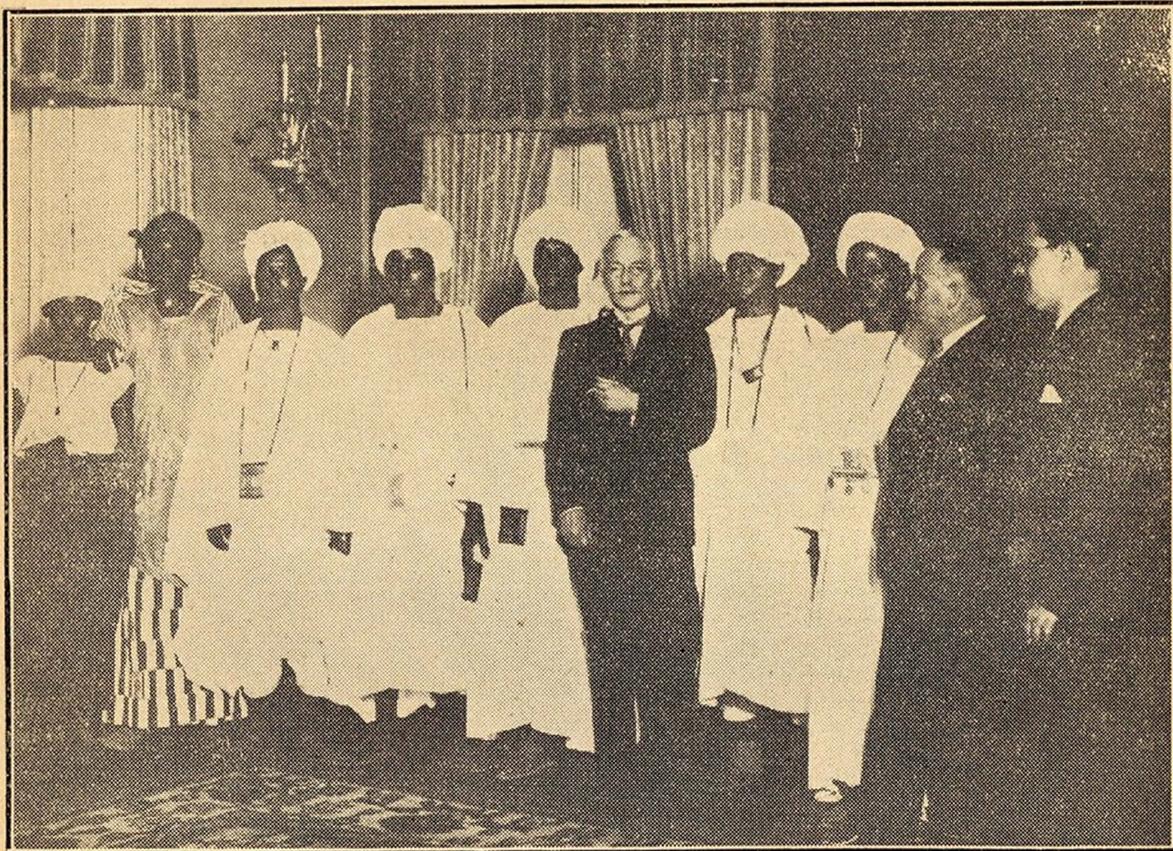
Mas o rei continuava indeciso. Talvez se sentisse deslumbrado com a luz que irradiava da sinceridade daquela prece, que não conseguia penetrar a obscuridade da sua consciência, e cujos efeitos sentia pela primeira vez na sua vida de déspota sanguinário. Talvez perpassasse pela sua memória a lembrança da mulher que mais amára na vida, e que tivera de matar, num irresistível furor acicatado pelo ciúme.

No silêncio desta cêna, só falavam, num mutismo eloquente, as lágrimas de Sónie, que já molhavam as sandálias do vátua, o olhar dêste, abismado na atitude daquela mulher rojando-se como uma escrava, e os olhos perplexos dos circunstantes. Era sobretudo eloquente a atitude desta mulher, prostrada aos pés de seu rei e marido, intercedendo pela vida de uma criança que ela não gerára, que encontrára órfan de mãe, e a quem dedicára todo o afecto acumulado no seu coração de mulher estéril.

Diante daquela dôr — que é, indiscutivelmente, igual em tôdas as mulheres, de qualquer côr e de qualquer condição — o rei teve um arrepió, como a super-

ffície de um pântano ao contacto da viração: a superfície enrugada da água lodosa, ao sopro brando da aragem, reflête a cambiante da luz do sol, como as águas claras de um lago transparente. A luz que irradiou da prece daquela mulher fez aflorar um leve sorriso de piedade ao rosto hediondo daquele rei sanguinário. Em seguida, êle delineou um gesto de anuência, mandando que a comitiva retrocedesse. O rei teve, no dizer de Francisco Toscano, o primeiro acto de piedade da sua vida. Talvez o único.

O rei voltou para Chaimite, tomado da esperança de reconquistar a amizade perdida dos portugueses e salvar a vida do filho querido. Dirigiu-se ao túmulo do Manicusse, seu avô, talvez a pedir perdão à memória do seu feroz ascendente pelo seu primeiro acto de fraqueza. Em seguida entrou no seu paço, onde o Herói da campanha contra o império do poderoso vátua o foi surpreender no dia 28 de dezembro de 1895, entrando quási sòsinho como um furacão, vendo cair das mãos dos guerreiros do rei, tranzidos de tanta audácia, as armas com que guardavam a residência do seu senhor.



OS RÉGULOS DA GUINÉ, QUE ESTIVERAM EM LISBÔA POR OCASIÃO DA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA REALIZADA EM 1932, DEPOIS DE SEREM APRESENTADOS, NO PALÁCIO DE BELÉM, A SUA EXCIA. O SENHOR PRESIDENTE DA RÊPÚBLICA PELOS SRS. TENENTE-CORONEL JÚLIO GARCEZ DE LENCAS-TRE, ILUSTRE AGENTE GERAL DAS COLONIAS E ANTÓNIO PEREIRA CARDOSO, DISTINTO E DEDICADO SOCIO-CORRESPONDENTE, EM BOLAMA, DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO".

A Caminho de África

Com expressa autorização do ilustre escritor e antigo Alto Comissário da República em Moçambique, Sr. Dr. Brito Camacho, transcrevemos do seu livro "A Caminho de África", a brilhante página que segue, digna, por tantos títulos, de uma antologia.

TRAGO na minha mala um Cristo, um pobre Nazareno, que não é, certamente, obra de Donatello ou de Miguel Angelo, sequer ao menos obra de qualquer dos seus mais ignorados discípulos. É um Cristo em ferro, pregado numa cruz partida.

Porque o trago?

Este Cristo já minha mãe o tinha em solteira, e como lhe quisesse muito, quando casou meteu-o no enxoval, como uma especie de *porte-bonheur*. Habituei-me a vê-lo desde muito criança, pregado na sua cruzinha de castanho, suspenso dum prego de arame por uma fita preta, ao lado da cama em que meus pais dormiam. De quando em quando a fita era mudada, que mais não fôsse por desbotar, e sempre a substitufava uma outra fita benta, da mesma côr e largura.

Este Cristo viu nascer todos os filhos que minha mãe teve, nada menos de doze; foi testemunha das suas alegrias mais íntimas, casada aos dezanove anos, e das suas dores mais cruciantes — sete filhos mortos antes de lhe aparecer o primeiro cabelo branco. Estou convencido de que nem uma só vez minha mãe apagou a luz, ao meter-se na cama, sem o envolver num olhar caricioso, ao mesmo tempo grato e implorativo. As primeiras orações — lembro-me como se fôsse ontem — aprendi-as sentado no colo de minha mãe, as mãos postas, fechada a porta do quarto para não sermos interrompidos, o Cristo em frente de nós, sobre uma arca de pinho coberta com uma toalha branca, encostado á parede. O meu exame de consciência, na véspera da confissão, era perante este Cristo que eu o fazia, e parecia-me, ás vezes, que êle me ajudava a memória, quando eu recordava faltas e pecados — aqueles formidáveis pecados de que haja de arrepende-se um garoto, ainda cheirando a coeiros.

Cortei as relações com este Cristo por ocasião da morte de minha mãe, porque êle assistira, impassível, á sua agonia de muitas horas; vira-a beijar os filhos, numa despedida para sempre, a voz sumida, os olhos sem brilho, um suor gelado a banhar-lhe a fronte, e não teve a generosidade dum milagre, a piedade dum gesto que lhe conservasse a vida, para mais tratando-se duma vida que era um poema de amor, de caridade e sofrimento.

Figure-se esta monstruosidade — um médico que pode salvar um doente e deixa que êle morra, não lhe

ministrando, porque não quer, o remédio salvador! Justificada seria qualquer violencia de que usassem para com êle os parentes, os amigos da sua vítima, pois que deixar morrer, em tal caso, o mesmo seria que matar.

Já não tinha crenças religiosas quando a Morte começou a apunhalar-me o coração; mas sinto que as teria perdido, se porventura ainda as tivesse, quando morreu minha mãe.

Quis o acaso que outro dia, nas vésperas de partir,

a revolvêr papeis velhos, encontrasse este Nazareno tosco, de ferro, pregado no fuste duma cruz mutilada, sem braços, e tive a impressão de que êle me sorria, contente de tornar a ver-me. Logo decidi trazê-lo, confidente das alegrias e tristezas de minha mãe, esquecido já de que êle assistira, impassível, á sua demorada agonia, a beijar os filhos numa ternura desfalecida, e para êle virando, numa súplica inútil, os seus lindos olhos já sem brilho, talvez balbuciando *in mente* a sua derradeira oração...

— Aquela oliveirinha do quinchoso, logo á entrada ainda existe?...

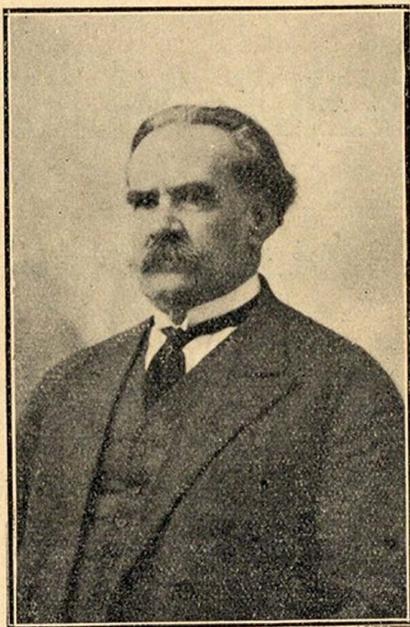
Fui ao Monte, e dessa pequena oliveira que minha mãe plantára, e para a qual tinha cuidados e sollicitudes como se ela fôsse um dos seus filhos, dessa arvorezinha, pouco mais nova do que eu, arranquei uma vara, com muito geito, não fôsse causar-lhe grandes dôres, destinada a ser os braços que faltam na cruz do meu velho

Cristo em ferro, mais belo, mais perfeito aos olhos da minha alma, que o famoso Cristo de Donatello, o grande mestre escultor.

Se eu morrer em viagem se morrer em África, peço aos que tratarem do meu enterro que sobre o peito me coloquem este Cristo e o bocado de madeira que eu fui buscar ao Monte, nas vésperas de partir, destinado a completar a sua cruz.

... Não riam os espiritos fortes que lêem isto. A minha religiosidade é o culto das minhas grandes afeições, espalhadas por sepulturas, sendo ao mesmo tempo a poesia da minha alma, batida de vendavais, sempre a confranger-se com as realidades brutas sempre a ensaiar o vôo para as altas regiões da idealidade mais pura.

Não riam, pelo amor de Deus, nem me façam a injúria de supor que estive a literatar, torturando o cérebro para escrever isto o coração quedo e mudo...



DR. BRITO CAMACHO

CALÇADO

FOX

O MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia
exija na sola,
estampado a fogo,
êste carimbo



PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

APLICAÇÃO DE CAPITAIS... Probabilidades agrícolas de primeira ordem

POR ANTÔNIO NOBRE DE MELO

ADVOGADO — VOGAL REELEITO DO “CONSELHO DE GOVÉRNO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE” — SOCIO-CORRESPONDENTE DA “SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO”

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

SABIDO que o Brasil, senhor de uma energia que lhe adveio, quasi que instantaneamente, da obra grandiosa de valiosos homens de Estado, reformadores audazes e patriotas, — sabido que o Brasil entrou já na fase definitiva de seu desenvolvimento industrial, estando muito próxima a época em que deixará de ser país exageradamente importador, para ser, em especial, — condão do seu sólo feracíssimo, exageradamente, victoriosamente exportador — não é audaz pressuposto estabelecer que o Brasil, mui em breve, terá forçosa necessidade de aplicar seus capitais sobrepujantes, fóra do país, auxiliando outras terras a desenvolvêrem-se, e tirando, êle, de tal, honra imarcessível e proveito capaz.

A África é imenso campo para muitas possibilidades remuneradoras, não sendo ouso meu afirmar que, nela, a Província Portuguesa de Moçambique prima de oportunidades várias.

Território imenso, não lhe fálha mão de obra indígena, capaz e económica, nada exigente, tanto que ela tornea, pelas minas sul-africanas, á busca de applicação, que não tem, por enquanto, bastante, na Província, por míngua de capitais de exploração.

A terra é, em geral, boa e reprodutiva, não sendo raro, nos anos de chuvas boas, haver duas colheitas de milho... E excusado é notar que êsse cereal tem sempre mercado externo, bem acondicionado que seja, a fazer frente a transportes para longe.

O regimen das chuvas, se não regular de todo, não se caracteriza, todavia, de irregularidade absoluta. Mui ao contrário. Demais tal se corrige, facilmente, escolhendo terrenos baixos, húmidos (machôngos), ou aproveitando os muitos vales, que, irrigados convenientemente, aproveitando vizinhos cursos de água, em reprêzas capazes, como a de Nhangela, perto de Nhamussua (Inhambane) dão garantia segura de colheitas boas

Isto é: os três requisitos — terra, água e mão dobra — não fálham em Moçambique.

De maneira que esta Província é, iniludivelmente, bom campo para a agricultura regrada e provida de capital.

Salubre bastante o meio, a êle se adapta, fácil e rapidamente, o colono. É já colônia de fixação a Província de Moçambique.

Não abusando, aclimata-se, convenientemente, o colono de seguida, especialmente no distrito de Inhambane, cuja capital, a vila dêsse nome, pôrto de mar com uma baía vastíssima entrando quilómetros e quilómetros pela terra, mereceu, a um geógrafo illustre (se não er-

ramos: Elizeu Reclús) a designação aliciante de “Cintra d’África”, que se espalhou e fixou, mercedamente.

Moçambique tem possibilidades agrícolas interessantes, pois produz como intermédio de clima quente e fresco. Dá o café, a cana sacarina, a mafurra, o côco, a mandioca varia, etc. etc. e frutos muitos dos climas cáldidos. E dá o milho, feijões, laranjas, limões, etc. e frutos vários dos climas frios.

Com um sólo com elevações regulares, de um acesso facil, porque de pendores suaves, as suas estradas abrem-se rapidamente, com dispendio mínimo, sem necessidade de pedra que escasseia, tendo os camiões-automóveis toda a facilidade de movimento, abrindo eles próprios, sem impedimentos, os traçados mais convenientes. Além de instalações ferro-viárias por enquanto suficientes.

De maneira que... Moçambique é em verdade, sem ser eu bairrista, região boa para se considerar a conveniencia de, para suas terras, drenar o dinheiro dos portugueses.

A propriedade rural na Província e, especialmente, no distrito de Inhambane, está muito desvalorizada, por motivo da irregularidade de culturas e de escassez de capitais. Alem de legislação ainda hesitante; tal aliás fácil de remediar, sanear, perante a honestidade e força de applicação de capitais novos e bastantes.

Os capitais teriam largo campo de applicação. Não lhes faltariam bons e amplos trátos de terra.

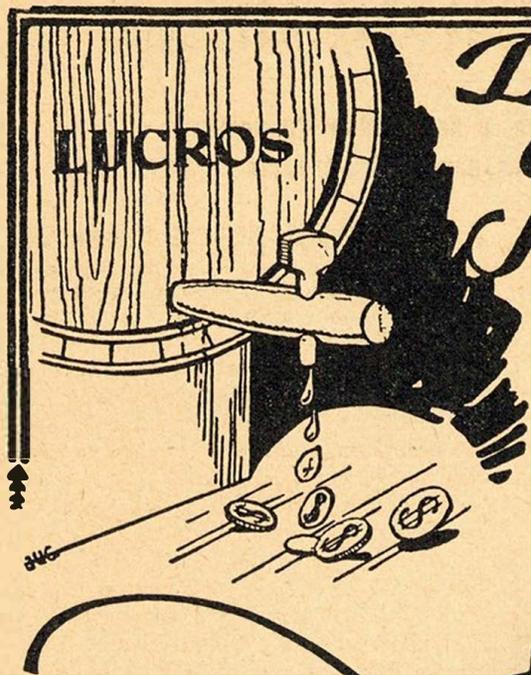
E com o regimen de concessão de terrenos que a Província tem, facilimo é obter terras capazes. Mesmo perante nova e volumosa, e garantida de applicação, procura de terras, o Govérno teria de fazer revêr as concessões feitas e não devidamente aproveitadas, para anulá-las e dà-las aos novos pretendentes delas. Que isso mais tarde, porque ha terras de sóbra vagas.

Não se tráta, fixe-se, de minas, luzindo, aos olhos de todos, resultados esplendorosos. Não... E sabe-se quão enganosos são, ás vezes. Trata-se, sim, de fomentar fortemente, intensivamente, a agricultura em Moçambique, Província de Portugal, com muito proveito, portanto, para o pan-lusitanismo.

Inhambane (Moçambique). Janeiro 1933

Antônio Nobre de Melo

Leiam “DIARIO ROMANTICO” por Osorio de Oliveira



*De pingo
em pingo...
Seus lucros
se vão !...*

**mais
de 3
milhões**

DE NEGOCIANTES

USAM O

SISTEMA DE

CONTRÔLE

National

INFORMAÇÕES, SEM COMPROMISSO, NA

Casa  Pratt

RUA DA QUITANDA, 46 -- CAIXA 1.025

RIO DE JANEIRO

FILIAES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL

A GUINÉ PORTUGUESA

A sua situação económica, o seu estado financeiro e as suas possibilidades, presentes e futuras

POR ANTÓNIO PEREIRA CARDOSO

ESCRITOR E FUNCIONÁRIO COLONIAL — SOCIO CORRESPONDENTE DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO"

EXPRESSAMENTE PARA ESTE BOLETIM

A Guiné, cujo nome, certamente pela sua semelhança homográfica com a Guiana, causa ainda hoje nos espíritos timoratos, calafrios e tétricas visões: é, de todos os nossos territórios ultramarinos, aquêlle que menos acarinhado tem sido pelo Podêr Central.

Dentro dos 36.125 quilómetros da sua área, no entanto, acolhe-se uma população de cerca de meio milhão de habitantes, constituída por dezassete raças e sub-raças — que a diversidade de idiomas e a variedade de usos e costumes diferenciam —, que fizeram da Guiné, em temposidos, o inexgotável celeiro de todos os negreiros europeus e de quem hoje descendem, tanto o preto do Brasil como o nêgro americano.

Pela sua constituição geológica, pelas facilidades de transporte e deslocação inter-territorial, e pela sua relativa vizinhança com a Metrópole — seis dias em barcos regulares —, a Guiné Portuguesa anima e fortalece tôdas as iniciativas de caracter agrícola e pecuário, e sua respectiva industrialização.

Encravada entre a África Ocidental Francesa e a Guiné Francesa, ocupa esta nossa Colónia, da parte do continente africano, compreendida desde o Cabo Rôxo à Ponta de Cajet, as ilhas que constituem o Arquipélago de Bijagós.

A-fóra as ilhas que formam o Arquipélago citado, pertence também ao domínio português a ilha de Cate-raque, ou de Cat'cheque, situada ao sul, próximo à Ponta de Cajet, que os franceses nossos vizinhos, certamente por engano, há anos veem ocupando, até ao dia em que uma, inexplicavelmente arrastada, rectificação de fronteiras, consiga reivindicar para nós, a sua posse definitiva. Isto, porém, se até lá a mútua revisão e consulta dos valiosos e importantes documentos existentes, não conseguirem a nosso favor, insofismável prova.

Ocupa a nossa Guiné, em extensão, o terceiro lugar, no nosso Império Colonial, cabendo nela, muito afoitamente, além da nossa província do Minho, os arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde e as colónias de S. Tomé e Príncipe, Índia, Macau e Timôr.

Semelhante a um corpo humano sulcado de veias, os seus rios entretecem na extensa planura do seu solo ubérrimo e forte, uma complicada teia, de fácil acesso aos barcos de grande cabotagem, e o Atlântico, nas suas costas, constantemente borda, com os bilros das suas marés, a infindável renda dos múltiplos esteiros e braços de mar, que a penetram até muito distante do litoral, e que o autor do "*Esmeraldo de situ Orbis*", Duarte Pachêco Pereira, há cinco séculos, já estudou e percorreu.

Com uma riqueza pecuária avaliada em cerca de 300 mil cabeças (das quais só as de gado vacum se podem computar em 80 mil), é incentivo bastante para um ensaio de concorrência, atinente à conquista do mercado metropolitano, por qualquer empresa que se queira habilitar à exploração dessa indústria, que, até agora — salvo duas tentativas que, por deficiência técnica e falta de apoio e auxílio por parte do Estado, falharam — tem sido abandonada ao esforço isolado do indígena.

O êxito duma empresa dêsse género, noutros tempos de duvidoso sucesso, encontra-se agora devidamente assegurado, com a criação em 1926 dos Serviços de Pecuária e Veterinária, que disposições legais posteriores, remodelaram e aperfeiçoaram e que o actual governador, senhor major Valdez, se vem empenhando a conduzir a uma mais cabal eficiência.

Colónia essencialmente agrícola, os seus 2.800 quilómetros de ótimas estradas, são, juntamente com o grande número de vias fluviais, meios que bastam à drenagem dos: 25 milhões de quilos de amendoim; 12 milhões de quilos de amendoa de palma (coconote); 550 mil quilos de óleo de palma; 670 mil quilos de arroz; 16 mil quilos de borracha; 90 mil quilos de cêra; 170 mil quilos de couros de bovídeos e 500 mil quilos de outros productos, que, no valor de 30 milhões de Escudos, são exportados anualmente para Portugal, Alemanha, América do Norte, França e colónias, Inglaterra e colónias, Holanda e Colónias Portuguesas.

Todos êstes números, porém, podem no entanto, ser rapidamente excedidos e até duplicados, desde que às sociedades existentes, ou a estabelecer, o Estado conceda não só as facilidades necessárias, mas também o auxílio pecuniário indispensável, de fôrma a assegurar os capitais arriscados e evitar que, administradores e gerentes, como ordinariamente acontece, por falta de recursos, se vejam na contingência de imitar o gentio nos seus processos de rotina, e de servirem de intermediários entre êste e o exportador, transaccionando com os seus productos, num trabalho improffuco e parasitário.

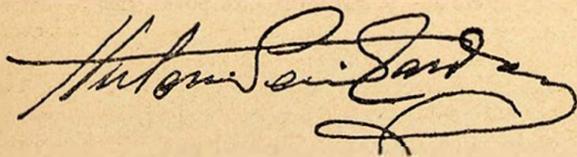
Com um orçamento rigidamente equilibrado, as receitas da Guiné atingem a apreciável verba de 22 mil contos, acusando a sua balança comercial uma importação e exportação, representadas, respectivamente, por 18:360.651\$00 e 29:467.670\$00.

Campo aberto a todo o género de culturas, nela se desenvolvem, presentemente, entre outras, a cana sacarina, o algodão, o café, o cacau, o milho, a mandioca, o feijão, etc, etc., que num futuro próximo, hão-de constituir (como o arroz, cuja produção actual é de 5

mil toneladas) uma larga e abundante fonte de proventos.

Eis aqui em largos traços, o que é e o que vale, a nossa Colónia da Guiné, de extensas planícies e ricas florestas, da qual, desde 1755 a 1777, foi concessionária a "Companhia do Pará e Maranhão" e que a figura prestigiosa e heroica do grande português, major Teixeira Pinto, em 1915, radicou de vez à nossa soberania, castigando em combates sucessivos, que são outras tantas páginas de oiro da nossa História, a intolerável rebeldia dos indígenas mancanhas, manjacos, óncas, balantas e papeis, facilitando assim a obra económica e de fomento que, governadores como: Manuel Maria Coelho, Sousa Guerra, Velez Carozo, Leite de Magalhães e o actual, senhor major Valdez, ali tem conseguido realizar.

Porto, 24 de Janeiro de 1933.



"INDEPENDENTEMENTE DOS ASPECTOS ESPECIFICOS A CADA UMA DAS COLÓNIAS, PODEMOS AFIRMAR EM RESUMO QUE O PROBLÊMA COLONIAL É ESSENCIALMENTE UM PROBLÊMA DE COMPETÊNCIA".

ALVARO DE CASTRO

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

A Província de Moçambique, cujos serviços públicos, pela sua excelente organização, podem competir com os dos países de mais próspera civilização, acha-se dotada de um organismo de que mui justamente se pode envaidecer, porque é, na realidade, modelar: a Repartição de Estatística, cujos boletins, anuários e outras publicações, já por se encontrarem rigorosamente em dia, up-to-date, já pelo escrúpulo com que são feitos, não só constituem valiosos elementos de consulta e informação sobre o estado das múltiplas actividades provinciais, como também apreciáveis índices do nível cultural e da capacidade de trabalho do seu funcionalismo, o que devéras nos apraz consignar nestas colunas.

Ao sr. Director da Repartição de Estatística, o ilustrado official do Exército, sr. Capitão António dos Santos Figueiredo, queremos deixar aqui patenteados os agradecimentos da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, pelos muitos favores que esta colectividade lhe tem merecido.

ASSICURAZIONI GENERALI DI TRIESTE E VENEZIA

COMPANHIA ITALIANA DE SEGUROS, FUNDADA EM 1831

A sua organização internacional concretiza-se nas suas 15.000 direcções, sucursais e agencias directas, além de mais de 28 COMPANHIAS DE SEGUROS QUE LHE SÃO FILIADAS.

De accôrdo com as disposições das leis brasileiras, TEM REALIZADO NO BRASIL UM CAPITAL E RESERVAS DE RÉIS 8.467:000\$000 (balanço de 1931) ficando ainda todos os seus compromissos garantidos pela totalidade de seu vultoso patrimonio, que ascende á cifra de 1.220.000:000\$000; invertida com as maiores garantias e em grande parte em bens de raiz de sua propriedade.

A "Assicurazioni Generali" opéra em seguro de vida com as taxas as mais módicas e ainda em condições as mais liberais; as suas apolices são incontestáveis desde o início do seguro; cobrem sem aumento de prémios os riscos derivantes da participação do segurado em serviço militar, em tempo de paz ou guerra. Estão isentas de tóda a restrição relativa a viagens, residência, occupações, etc., etc.

Dentro do prazo de 4 mezes, depois do vencimento do prémio não pago, o segurado tem o direito de revalidar a apolice sem exame medico.

As suas liquidações são as mais rapidas possiveis, já tendo liquidado casos, aqui no Brasil, em 48 horas.

Quem pretender efectuar um seguro de vida, deve ocupar-se em examinar as garantias oferecidas pela seguradora e as vantagens das suas apolices.

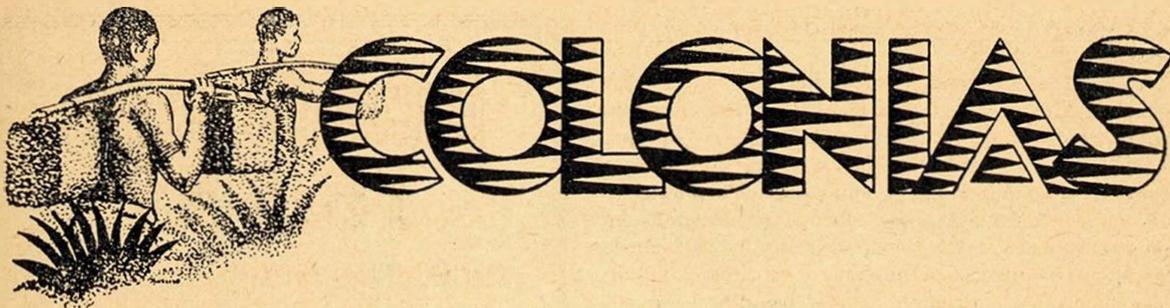
OPÉRA TAMBEM EM SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS, MARITIMOS, TERRESTRES, RESPONSABILIDADE CIVIL, ROUBO.

Representação Geral para o Brasil:

RUA DO OUVIDOR 158, 2.º - RIO DE JANEIRO

Sucursal para o Estado de S. Paulo:

RUA 15 DE NOVEMBRO, 23 - S. PAULO



Palestras Coloniais

ORGANIZADA pelo Sr. Dr. Armando Cortesão, antigo Agente Geral das Colónias e uma das mais destacadas e brilhantes figuras da nossa *élite* de colonialistas, foi iniciada em Lisboa uma série de palestras feitas pelos Srs. Almirante Gago Coutinho, General Nórton de Matos, Coroneis João Tamagnini Barbosa, Vicente Ferreira, Santos Correia, Padre Alves Correia, drs. Júlio Dantas, Ernáni Cidade, Albano Moncada, Santa Rita, Gonçalves Cardoso, Câmara Reys, Ferraz de Carvalho, Conde de Penha Garcia, Paiva Couceiro, Cunha Leal, etc., e transmittidas para as nossas Províncias Ultramarinas pela estação de radiofonia C T 1 A A.

Consignando esta notícia, não podemos deixar de lastimar que a voz desses ilustres colonialistas não tivesse sido ouvida dêste lado do mar, e daqui concitamos a quem tenha poder para tanto para que se monte em Portugal uma estação de rádio que traga até aos nossos lares, até os lares de todos os portugueses que vivem no Brasil, e são muitas centenas de milhar, a palavra dos nossos homens públicos, dos nossos intelectuais, dos nossos professores, dos nossos cientistas, dos nossos colonialistas, a par das demais manifestações dos nossos artistas, incluindo o nosso mui rico e variado folk-lore.

Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique

GOSTOSAMENTE registamos a devéras eficiente e porfiada missão exercida pela SOCIEDADE DE ESTUDOS DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE — colectividade de que fazem parte as mais destacadas figuras — médicos, engenheiros, advogados, juizes, militares, agrónomos, altos funcionários, etc. —, residentes na Africa Oriental Portuguesa, ou que por ela têm passado.

Esta brilhante corporação, ao contrário da maioria dos grêmios congéneres, que têm por norma encerrar-se na "torre de marfim" de um platonismo improdutivo, encara de frente os problemas, ventila-os com o devido conhecimento e propõe as soluções que julga aconselháveis com tamanha elevação e clareza, através do seu "Boletim", que é magnífico e substancioso, e que por isso mesmo se vai impondo e afirmando galhardamente entre as publicações portuguesas como um inventário atento e profundo de todos os problemas relacionados não apenas com o progresso da Província de Moçambique, mas ainda de todo o Império Português, que é preciso mais do que nunca animar e fortalecer.

Semana Portuguesa de Vigo

A FIM de podermos registrar com o merecido desenvolvimento no próximo número deste "BOLETIM", o que foi a "Semana Portuguesa de Vigo" como acontecimento destinado a aproximar dois povos irmãos, — portugueses e galegos —, que muito se querem e estimam e que fatalidades históricas imponderáveis durante séculos inexplicavelmente apartaram, incumbimos de nos escrever o respectivo relato e de nos obter a colaboração de intelectuais da Galiza, o distinto e dedicado socio correspondente da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, Sr. Júlio de Lemos, ilustre secretário-perpétuo do Instituto Histórico do Minho, membro da Academia Galega, da Corunha, da Academia de Estudos Histórico-Sociales de Valladolid, da Sociedade Geográfica de Madrid, do Seminário de Estudos Galegos, de Compostela, da Asociación de Editores y Artistas Españoles, de Madrid, e devotadíssimo paladino da aproximação luso-galaica.

Sociedade Portuguesa de Colonização

PARA nós, paladinos do pan-lusitanismo, é sumamente grato o registo da fundação, em Lisboa, da SOCIEDADE PORTUGUESA DE COLONIZAÇÃO, — organismo que terá por objectivo contribuir para o povoamento das nossas províncias ultramarinas, por famílias de agricultores idas de Portugal, e às quais será dada a precisa assistência moral, técnica e financeira.

A esta iniciativa futura, que bem demonstra e patenteia o patriotismo esclarecido e o conhecimento dos seus idealizadores à-cêrca dos "corvos agoirentos" que crucitam em redor do nosso opulento património ultramarino; já dêram a sua valiosa adesão, entre muitas outras pessoas, o escritor Rocha Martins e os colonialistas engenheiro B. de Spinola, Abilio do Rêgo, capitão António Dias, tenente-coronel Pereira de Lemos, dr. Carlos Carneiro, Emiliano Camoesas, dr. Ferreira Denis, coronel Martins dos Santos, coronel Romeiras de Macedo, engenheiro Sá Carneiro, dr. Silva Teles, engenheiro Teodoro de Aguiar e o antigo deputado Delfim Costa.

Que empreendimentos como êste se multipliquem por todo o país, que se irradiem por montes e vales, por cidades e vilas da florida Terra Portuguesa, eis os votos sinceros e ardentes dos soldados rasos de pan-lusitanismo que, sob o pendão da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, desta banda do Atlântico, em terra estranha mas amiga, com ardor cívico inusitado, cumprem nobremente o seu dever, — "não movidos de prêmio vil, mas alto e quase eterno."

Vinho Collares **V. S.**
Azeite

(Visconde de Salreu)

GENUINO RAMISCO

*Grand Prix e medalha de ouro na
Exposição do Centenario*

54, Rua São Pedro, 54

Telefone 4-0479

RIO DE JANEIRO

Exijam VV. SS. os productos **V. S.** a todos os bons HOTEIS,
RESTAURANTES e ARMAZENS de primeira ordem

D. J. SILVA, Ltda.

LISBOA

O NOVO PADRÃO DE SÃO VICENTE

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, núcleo defensor do pan-lusitanismo, não podia ficar insensível perante a nobre e patriótica iniciativa dos portugueses residentes em Santos e São Vicente, colocando um novo padrão comemorativo do desembarque de Martim Afonso de Sousa e do início da colonização portuguesa no Brasil, e por isso intercedeu junto do Exm.^o Sr. Dr. Ricardo Sevéro para que lhe cedesse o discurso por S. Excia. proferido por ocasião da inauguração do respectivo monumento. S. Excia. dignou-se aceder e de aí a nossa ufania em podermos arquivar nas colunas deste *Boletim*, para sumo deleite dos nossos associados e leitores, êsse notabilíssimo trabalho, que sobremodo honra a elevada cultura, a robusta inteligência e o lusitanismo indefectível dêste insigne e preclaro patriarca dos portugueses domiciliados no Brasil.

E para ponto final desta breve notícia, seja-nos permitida a transcrição dos seguintes períodos, extraídos de um carinhoso artigo sobre Portugal, escrito e publicado in-*A Cigarra*, de São Paulo, pelo festejado escritor e brilhante poeta brasileiro, Sr. Dr. Menotti del Picchia:

“Amamos Portugal porque nem o tempo, nem a distância não degenéram as qualidades substanciais da raça. Amamos Portugal porque a grandeza de alma do seu povo nos enternéce e porque sua glória nitidamente latina redoura o nosso passado e engrandéce a nossa história.

Portugal é uma nação de epopéa. Sua história é um poema e, como poema, trasladou-se, inteira

e eterna, nesse missal de heroísmo que são as estrofes imortais dos Lusíadas.

Olhai o passado: a arrancada de Sagres teve o vasto cenário do mar e o destino audacioso do ignoto. Onde houvesse um enigma geográfico, um risco, a tentação de um horizonte desconhecido, estava o sulco de uma prôa lusitana.

Fala-se na epopéa marinheira dos “wikings”, mas as carenas nórdicas mal bordejaram limitadas costas numa curta aventura flibusteira. Os portugueses traçaram em ondas virgens as estradas líquidas do mundo. Se na esteira dos seus galeões e caravelas velejaram rapaces gaviões do mar, era a cruz de Avís que rasgava os rumos das descobertas. No friso espumoso das prôas lusas, que a bravura portuguesa rasgava em mares de mistério, singrava ávido e covarde o flibusteiro, ansioso por prêar os mundos que o valor português dava ao universo.

Mas o marinheiro era soldado. Defendia a nesga de terra que seu tino descobridor incorporava á civilização. O marujo de Sagres largava o timão e empunhava o montante de Nun'Alvares. O homem do mar completava-se no guerreiro. Portugal defendia com sua bravura o que conquistára com sua audácia.

Talvez não haja ciclo histórico mais belo que o desses vôos fulminantes de um punhado ardente de heróis varando, em frágeis barcos, os mistérios dos mares nunca dantes navegados. E o féro conquistador trazia, sob a cota de malha, um coração de poeta. Ao lado do arcabuz vinha a guitarra...

A Portugal devemos, incontestavelmente, a soberania do povo brasileiro. Fôsse o desvirginador da nossa terra de outra raça e talvez, num litoral mais rico, colônias de homens louros, com capacetes de cortiça, agitariam, contra uma turba de mamelucos passivos e não assimilados, o rebenque imperialista dos senhores dos poderosos países de violenta expansão colonial.

Foi Portugal que abraçou o Brasil. Liberou o latino dos preconceitos da côr, do credo e da origem, operando o milagre de processar uma democracia sob o aspecto único no mundo da verdadeira fraternidade. Bastára-lhe essa glória, que o sociólogo de amanhã porá em relevo, para que viva e perene seja nossa gratidão a Portugal”.



S. TOMÉ — TRECHO DA ESTRADA DE SANTA CATARINA



A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, PELA IMPORTANTE OBRA PATRIÓTICA E INTENSA PROPAGANDA DE PORTUGAL E SEU IMPÉRIO COLONIAL, É MERECEDORA DO MELHOR ACOLHIMENTO E INTERESSE DA PARTE DO GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA.

OS PORTUGUESES, QUE NAS COLONIAS CIMENTAM, COM O SEU ÁRDUO E INTENSO TRABALHO, O NOME DE PORTUGAL, COMO POTÊNCIA COLONIAL, SENTEM ESTREMECIMENTOS DE COMOÇÃO, AO SENTIREM, QUE OS SEUS IRMÃOS DE ALÉM-ATLÂNTICO, PUGNAM EGÜALMENTE, PELO PRESTÍGIO DE PORTUGAL EM TERRAS DO BRASIL.

DE ANGOLA O GOVERNADOR GERAL SAÚDA TODOS OS SEUS COMPATRIOTAS DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO E CHEIO DE FÉ, FAZ OS MELHORES VOTOS PELAS PROSPERIDADES DE TÃO PRESTÍGIOSA COLECTIVIDADE.

LOANDA, 7 DE DEZEMBRO DE 1932

Eduardo Ferreira Viana
GOVERNADOR GERAL

A sociedade Lus. Africana do Rio de Janeiro, pela importante obra Patriótica e intensa propaganda de Portugal e seu Império Colonial, é merecedora do melhor acolhimento e interesse da parte do Governador Geral de Angola -

Os Portuguezes, que nas Colónias cimentam, com o seu árduo e intenso trabalho, o nome de Portugal, como Potência Colonial, sentem estreamecimentos de comoção, ao sentirem, que os seus irmãos de Além-Atlântico, pugnam egualmente, pelo prestígio de Portugal em terras do Brasil -

de Angola, o Governador Geral saudou todos os seus Compatriotas do Rio de Janeiro e cheio de fé, faz os melhores votos pelas prosperidades de tão prestigiada Colectividade -

Loanda 7 de Dezembro de 1932

Eduardo Ferreira Viana
Gov. Ger. -



S. EX.^a O SENHOR GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA
CORONEL DO ESTADO MAIOR EDUARDO FERREIRA VIANA



LOURENÇO MARQUES — CLUBE NÁUTICO



Album
da Colonia
Portuguesa
no Brasil

Os
portugueses
no Comercio, na
industria, nas sciencias,
nas letras e nas artes,
tem nesta obra o
melhor documento
do seu real
valor.

Adquira um "ALBUM DA COLONIA PORTUGUESA NO BRASIL"
O testemunho incontestavel do nosso valor no commercio e na industria
brasileira.

Edições de luxo e populares — Preços: 200\$000, 160\$000, 110\$000 e 60\$000

EM PRESTAÇÕES MENSAES

Peça informações a THEOPHILO CARINHAS

Rua Visconde da Gavea, 26, loja — Tel. 4-5429

RIO DE JANEIRO

Uma nova ideia de Propaganda Pan-Lusitana

POR ALBANO ALBERTO DE MIRA SARAIVA

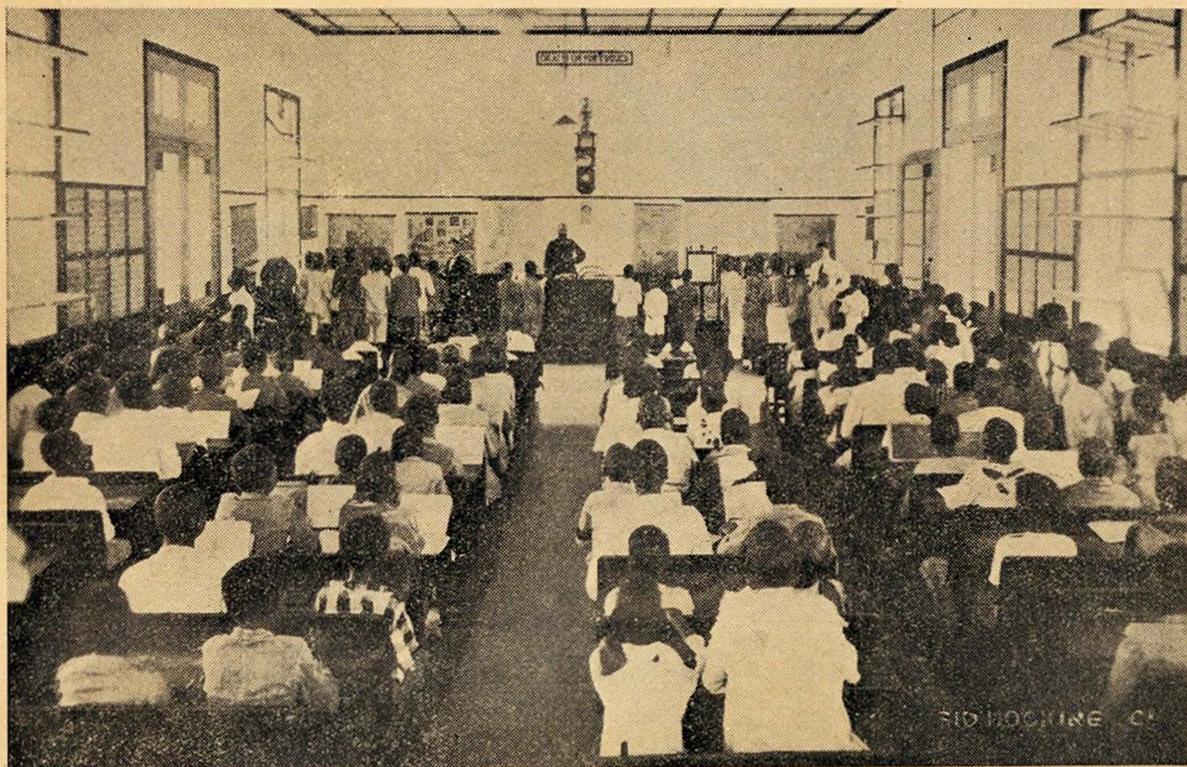
INSPECTOR ESCOLAR

Há tempos estando no Gabinete do Snr. Secretário Geral da SOCIEDADE DE GEOGRAFIA — o Snr. Coronel Roma Machado — atentei numa das muitas publicações que a Sociedade recebe diariamente e que pela sua primorosa apresentação bem se destacava: era o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Passei-o pela vista e muito admirado fiquei ao conhecer o seu programa.

¿ Mas, então, nestes tempos de feroz egoísmo e de insana luta pela vida, ainda há Portugueses que, longe da Pátria, pugnam pelo nosso património colonial? Há, e bem posso dizer que não conheço quem como a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA: tenho presente o n.º 3 do seu BOLETIM que bem encheu de orgulho a minha alma de português e muito desejava êle fôsse visto não só pela maior parte dos nossos compatriotas mas também e principalmente por alguns estrangeiros que, por vezes, têm a veleidade de amesquinhar o que nos pertence e deturpam os meios da nossa colonização.

Bem hajam os Homens que estão á sua frente pelos altos serviços que á Pátria estão prestando fazendo vêr a tôda a gente quanto aos portugueses interessa tudo o que importa ás colónias e enaltecendo as suas belezas e meios de vida. E, como sei que á SOCIEDADE LUSO-AFRICANA talvez mereça atenção uma iniciativa da SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA que muito bem fica adentro do seu programa, lembrei-me de lhe expôr um plano atinente a criar um núcleo de relações amistosas e troca de conhecimento de vida entre os Homens do Amanhã que agora freqüentam as escolas do Continente e das Colónias.

Trata-se de entabolar uma correspondência entre os alunos das Escolas Dáquem e Dálem-Mar por meio de cartas: começam a conhecer-se, a inquirir de tudo o que os cerca, a alargar a esfêra dos seus conhecimentos e a criar amizades que devem perdurar pela vida fóra e muito contribuir para, dentro de um breve prazo, se fazer uma boa colonização, visto que os de cá muito desejarão ir para as terras que conhecem e onde sábem que braços amigos os esperam.



LOURENÇO MARQUES — ESCOLA DE SÃO JOSÉ (SEXO MASCULÍNO)

Levei este plano á Sociedade que bem o acolheu e, por proposta do seu Presidente — o Snr. Conde de Penha Garcia — resolveu pôr em prática: obtiveram-se no Continente as primeiras cartas em Abril último e seguiram para os Snrs. Governadores das Províncias Ultramarinas para as fazerem distribuir nas escolas, deixando aos Snrs. Professores a escolha dos seus destinatários para assim ser feita a apresentação dos novos amigos: passados poucos dias mais cartas seguiram, começaram a aparecer as respostas e hoje a Sociedade tem posto em contacto já perto de mil portugueses de diferentes raças, mas bem iguais no gozo dos direitos e cumprimento de deveres.

O nosso Património Colonial é infelizmente ainda pouco conhecido de grande parte dos portugueses e, o que é ainda pior, alguma gente tem as mais falsas e infelizes ideias a seu respeito: ora fazer ver a todos o quanto somos ricos e pelo valor das nossas colónias, capacitá-los bem de que elas têm riquezas de sobra para todos, é tarefa altamente patriótica que a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA se impôs, que a SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA trata dia a dia e por todos os meios ao seu alcance e que assim a levou a patrocinar o intercambio escolar que, como resultados imediatos, já deu a aproximação de umas centenas de portugueses que estão trocando impressões sobre as suas condições de vida e interessando as próprias famílias nestes importantes conhecimentos e, de efeitos certos num futuro muito próximo, dará grandes facilidades para uma colonização que se impõe.

Nesta minha vontade de procurar avistar-me com algum da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, consegui ser ouvido pelo Ex.º Snr. major Costa Junior, seu representante em Portugal que, depois de ver o que a Imprensa tem dito a respeito desta iniciativa da SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, o que os Ex.ºs Snrs. Governadores das Províncias de Timor, Cabo Verde, da Índia, de S. Tomé, Angola, Moçambique, Directores das Escolas de Dili, 1.º de Janeiro, de Moçambique, das Missões Religiosas do Bailundo e da Huíla, o Primeiro Tenente Aviador Carlos Loureiro, do Lobito, os Professores de Santo Antão de Cabo Verde, Rectoria do Liceu Normal Pedro Nunes, Director da Escola do E. N. do Porto, da Escola de Alcobaça, de Sesimbra, de Loriga, de Ucanha, de Caldas do Moledo, da Sertã, etc, etc, etc., têm comunicado em documentos oficiais e de ter examinado algumas das cartas ilustradas com desenhos de frutos e acompanhadas de postais ilustrados e fotografias dos autores houve por bem, emitir o seu parecer que a sua incontestável autoridade de Colonial, Professor e Homem de Letras manda seja um dos apoios mais valiosos a esta iniciativa: Diz o Snr. Major Costa Junior: "A ideia de semelhante intercambio, como o que já, com os mais prometedores resultados, existe entre as escolas da nossa Metrópole e das suas Colónias, aplicado ao estabelecimento de relações entre os estudantes — os filhos dos portugueses do Brasil e os daquelas escolas — parece-me de alcance máximo e revela, da parte de quem a concebeu, uma noção admirável de sociabilidade que é digna de louvor.

A mim, que vivi também no Brasil e na nossa Província de Angola, a ideia sugere-me uma visão — a do Pan-Lusitanismo — a que aspira a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, fortalecida pela Mocidade que não é mais que a aliança espiritual de todos os Portugueses e seus descendentes.

Para isso, para que, no futuro, essa aliança tão precisa ao equilíbrio do mundo encontre maiores facilidades de realização, não poderia deixar de contribuir o intercambio epistolar que pelo Snr. Mira Saraiva foi idealizado e pela SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA foi posto em prática

Não somente deviam corresponder-se com os estudantes da Metrópole Portuguesa e suas Colónias, os filhos de portugueses no Brasil mas ainda os filhos de Brasileiros para se ir cimentando entre todos os descendentes da Lusitânia, a estima rática que os tornará fortes perante os estrangeiros eivados de sonhos imperialistas".

E se assim fôsse... Se o criar destas relações entre as crianças dos dois Países fizesse com que os seus Homens de Amanhã começassem a estimar-se como devem... Que outras duas nações falando a mesma língua, com o mesmo sangue a correr-lhes nas veias poderiam ter as afinidades que Brasileiros e Portugueses!... Como seria bom que esta iniciativa de SOCIEDADE DE GEOGRAFIA algo produzisse em pról da amizade dos Homens do Amanhã do Brasil e de Portugal...

A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA recebe e faz seguir aos seus destinos tôdas as cartas que os Snrs. Professores lhe enviem e muita satisfação terá quando servir de intermediária entre os alunos de tôdas as escolas não só da Metrópole e das Colónias, como está fazendo, mas também das do Brasil e de Portugal.

A prática desta correspondência, além de não sobrecarregar os prográmas do ensino, dá novos horisontes a um dos seus pontos de maior importância — o de redacção — visto que os alunos têm temas muito variados e instrutivos que eles próprios arranjam no inquirir — as crianças perguntam sempre e tudo querem saber — de tudo o que á sua vida importa.

Se a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA entender prestar o seu auxílio a êste intercambio escolar, muito contribuirá para uma grande melhoria no seu êxito, pois, bem pode, pela grande expansão do seu BOLETIM, não só levar esta ideia às Colónias, mas também despertar em seu favor a atenção dos nossos compatriotas residentes no Brasil e assim a dos seus Filhos.

Lisboa-Fevereiro de 1933.

Albano Alberto de Mira Saraiva

INSPECTOR ESCOLAR

CALÇADOS FINOS E CHAPEUS NA
CASA CAVALIERE

encontra V. Excia. as melhores qualidades
pelos menores preços

A. Bordallo & C.ª

Rua 7 de Setembro, 48 — Telefone 4-1574 — RIO

Rua Marechal Deodoro, 73 — NITERÓY

RECOMENDAMOS A MARCA A. B. C.

“Os vinhos do Porto e a defesa internacional da sua marca”

PELO SR. DR. NUNO SIMÕES

RAROS, raríssimos homens públicos portugueses podem gabar-se da surpreendente operosidade de que tão sobejas e concretas provas tem dado o Sr. Dr. Nuno Simões — estadista fecundo, economista consumado, jornalista brilhante e prosador dos mais elegantes e distin-



tos a quem a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO tem a honra de dever serviços, favores e provas de carinho e simpatia irrefragáveis.

Comentador atento de todos problemas que se re-

lacionam directa ou mesmo indirectamente com as actividades económicas do País, e que, quer de longe, quer de perto, afectem o regular, normal e metódico funcionamento dos órgãos vitais da Nação, tem tido o Sr. Dr. Nuno Simões, que a muitos outros méritos, alia o mérito que muito o prestigia, de ser um economista sabedor e acatado, ocasião de trazer a lume trabalhos altamente reveladores da capacidade de estudo e da percuciente visão do seu autor, — trabalhos que se impõem à opinião pública da Nação pelo poder germanicamente exaustivo da sua análise e pela segurança e penetração das suas conclusões, facto êste ainda agora plenamente demonstrado e comprovado com a publicação do livro “*Os vinhos do Porto e a defesa internacional da sua marca*”, estudo que mereceu da crítica e das associações comerciais portuguesas aplausos e louvores que se podem arrogar foros de uma verdadeira consagração.

Mais, porém, do que as nossas palavras, fala dos méritos desta obra a simples enunciação dos seus capítulos:

I. Evolução do conceito da marca de origem, sua expressão nas convenções internacionais, nos Tratados de paz de 1919 e nas Conferências vinícolas internacionais — II. Da definição natural e tradicional da marca “Porto” à sua definição legal. Imitações e falsificações dos vinhos do Porto até à grande guerra — III. Legislação interna de protecção à marca “Porto”, desde 1907 até hoje — IV. Os vinhos do Porto nos acórdos comerciais de antes da guerra — V. Imitações e falsificações dos vinhos do Porto depois da guerra — VI. Os vinhos do Porto e a nossa política económica internacional, depois de 1918 — VII. Directivas para uma acção oficial de propaganda, protecção e defesa internacional da marca “Porto” — VIII. Sobre alguns mercados perdidos para os vinhos do Porto.

GRÉMIO PORTUGÁLIA DE LEOPOLDVILLE

Anunciaram os jornais que o Governo Português resolveu criar uma escola primária em Leopoldville, (Congo Belga), onde há numerosos compatriotas nossos que desejam educar e instruir os seus filhos num estabelecimento de ensino no qual se fale com carinho e com entranhado affecto de Portugal e de seus feitos históricos.

Esta resolução do nosso Governo, que muito o nobilita, foi sugerida e deve-se em grande parte aos esforços do *Grémio Portugália*, organização que bem merece da Pátria, porque tem sido incansável em defesa do prestígio do nome português, e cuja fundação, há 15 anos, se deve ao Sr. David Denis, nosso sócio-correspondente em Nova-Lisboa, a quem, por tal motivo, felicitamos e louvamos efusivamente.

“Da infelicidade da composição, erros da escritura, e outras imperfeições da estampa, não há que dizer-vos: vós os vêdes, vós os castigai.”

D. Francisco Manuel de Melo

BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL

FUNDADO EM 1918

Capital Rs. 50.000:000\$000

Matriz: Rio de Janeiro — Filiais em S. Paulo e Santos

Faz todas as operações bancarias

**Depositos à ordem e a prazo nas melhores
condições do mercado**

**SERVIÇO PERFEITO DE ADMINISTRAÇÃO
DE TITULOS E PROPRIEDADES**

RUA DA CANDELARIA, 24

(Esquina da Rua da Alfandega)

— RIO DE JANEIRO —

O QUADRADO DE MARRACUENE

EXCERTO DO LIVRO "A GUERRA DE AFRICA DE 1895"
PELO COMISSÁRIO RÉGIO CONSELHEIRO ANTÓNIO ÉNES

... **A**s 4 horas tocou-se a alvorada. Era ainda noite fechada; apenas da parte do oriente principiavam a esbranquiçar-se as nuvens. Ergueram-se os soldados, que dormiam sob as armas, alinharam-se, e o quadrado ficou formado. Pouco depois, e sem que no bivaque se desse por tal, e sem que agora mesmo se possa reconstruir exactamente a cêna, negros ágeis e subtís como cobras, que se tinham entranhado nas moitas avizinhas das sentinelas, de rojo, coleantes, sem fazer estalar um ramo ou rumorejar um folheto, devem ter fulminado algumas delas com azagaiadas certeiras; outros, mascarados com os capotes e os bonés do piquete que saíra a talar o campo e não voltára, terão passado surrateiros pelos postos, falando-lhes em português como se fôsem praças tresmalhadas desse mesmo piquete que reuniam ao corpo; ainda outros, talvez os mais numerosos, conseguiriam insinuar-se pelas aberturas da linha de vigilância, cosidos com a terra, cobertos com a vegetação e a noite; agrupados depois êstes traçoeiros assaltantes junto á margem do Incomati, avançaram para a face direita do quadrado, na sua parte formada pelos pelotões de Caçadores 3, para abrir uma primeira brecha na desprotegida muralha dos peitos humanos, que eles já sentiam palpitar ao alcance das zagaias. Tudo isto foi instantâneo, mais pronto do que um grito de alarme. As tropas só se sobressaltaram ao distinguirem, já ali ao pé, um tropel de gente que vinha correndo e gritando: *Camaradas, não façam fogo! camaradas angolas!* e quando ouviram, mais longe, um tiro solto e depois outros tiros, disparado o primeiro pelo cabo Domingos, dum dos postos, que teve tempo de saber que ia ser exterminado e quis morrer matando; mas ainda não se tinha percebido que gente era aquela e o que sucedêra, quando um preto, que se deitára de bruços a sondar as trevas, reconheceu os revoltosos por terem os corpos nus, e clamou pressuroso: *São landins! são landins!* Responderam a êste grito vozes vibrantes de comando; troou uma peça espalhando metralha, e em

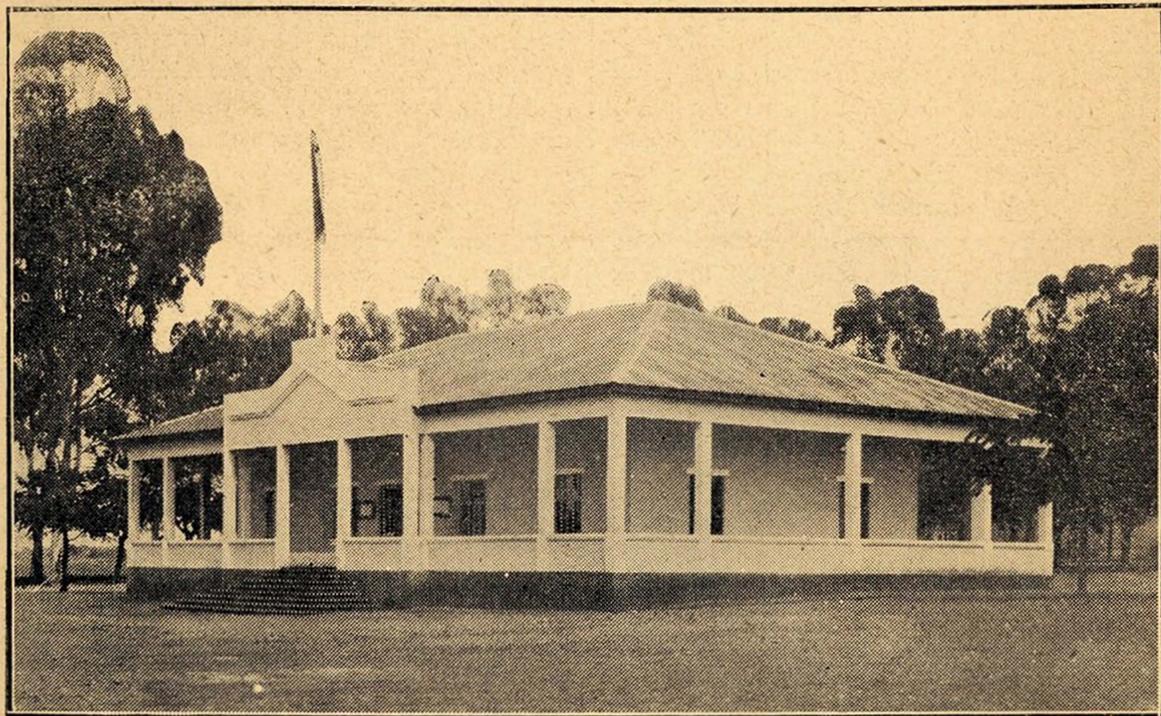
tôdas as faces relampaguearam descargas. Era tempo. Um bulcão negro, que seguira os primeiros assaltantes, embatêra rijamente na linha dos *angolas* e desabára sôbre a segunda companhia de caçadores 2, que igualmente frontejava o norte; quási simultâneamente pronunciava-se o ataque pelo lado do sul, onde tambem o inimigo se desemboscára do arvoredado espesso que orlava a borda do rio. O fragor do combate punha medo, — contava-me o tenente Rocha, que tudo ouvira, sem nada ver, de bordo do *Bacamarte*; — e apesar dos estampidos dos canhões e das descargas cerradas e continuas de fusilaria atordoarem como trovões ribombando dentro do ouvido, ainda lhes sobrelevava a gritaria infernal dos landins, tão medonha que fazia crer estar ali tôda a selvageria de África a estracinhar ululante a minguada hóste portuguesa.

A infantaria européa aparou a investida do gentio sem se abalar, com serenidade de veteranos. Cada soldado compreendeu que só poderia salvar-se dispondo-se a morrer no seu posto. Mas os *angolas*, que receberam o primeiro, mais inopinado e vigoroso choque; os míseros *angolas*, recrutados na vadiagem das cidades da costa ocidental, sem coesão, sem disciplina, sem clara consciência do perigo que os assoberbava, apenas sentiram sobre si um bando tripudiante e uivante de demónios emplumados, apavoraram-se, romperam as filas e recuaram em magotes para o interior do quadrado, já enovelados com os mais audaciosos assaltantes, que logo se espalharam no bivaque, pulando como onças, vibrando zagaiadas com a instantaneidade de centelhas, soltando berros ensurdecedores de *Avança landim! avança landim!* Foi um momento terrível! Mais um golpe de gente que se engolfasse pela face rota, e nem um milágre poderia reformá-la; se mais algumas zagaias fossem revolver-se no ventre do quadrado violado, as filas combatentes seriam retalhadas pelas costas! Sem se lembrarem — felizmente, — de que não havia exemplo de se salvarem quadrados arrombados, alguns oficiais, Caldas Xavier, Couceiro, Eduardo Costa, Raul Costa, Ornelas, Pinto, atiraram-se para a frente do rasgão escancarado, exortaram

os *angolas* desvairados, empurraram-nos, levaram-nos adiante de si a murro e a cutilada; ao mesmo tempo, os landins que se haviam precipitado para dentro do vulcão de fusilaria foram num relance prostrados e mortos em heroicos combates corpo a corpo. Um deles, quando ia a trespassar pelas costas o capitão Machado, de artilharia, foi agarrado pelo impedido dêsse oficial, que lhe arrancou das mãos a zagaia e o arrojou ao chão, onde o selvagem acabou ás coronhadas; outro, que feriu no ombro o alfêres de cavalaria de policia António Manuel, se escapou ao tiro do revólver que lhe apontou o ferido, porque o tiro falhou, não escapou das baionetas que logo ali o esfrangalharam; e como êstes, outros valentes — honra lhes seja! — que haviam golpeado a barraca e a cama do major Ribeiro, não o golpeando tambem a êle porque nêsse mesmo instante saíra da barraca; que tinham varado corpos de lado a lado, e espicagado uma praça caída de caçadores 3 com mais de vinte pontuadas, e ferido artilheiros junto dos reparos das peças, e posto a coluna tôda a piquê de se perder, caíram uns após outros atrás dos soldados europeus, que, sem voltar o rosto, continuaram impávidos a varrer com descargas as *mangas* compactas, que aquêles temerários chamavam em seu auxílio. Enquanto o quadrado

assim devorava o ferro todo que lhe entrára nas entranhas, tambem se lhe cosia a face dilacerada. Junto do seu ângulo de sueste, abalou-se uma esquadra de infantaria de policia, á voz do seu bravo capitão Roque d'Aguiar, para socorrer os *angolas*, ainda desordenados, contendo as hordas que cresciam sôbre êles, e num soberbo arranco, que foi um dos mais gloriosos episódios do combate, levou adeante das baionetas os landins espavoridos. Das praças dêsse corpo disse depois um oficial de estado-maior, bom crit'co, que *eram os melhores soldados portugueses*; e êle observou-os no fogo e no quartel, nas marchas e nos bivaques! Favorecidos por êste auxílio, impulsionados pelos oficiais, dominados por Caldas Xavier, que tinha brasas nos olhos, persuadidos pelo alfêres Pinto, da guarnição da África Ocidental, que bracejava diante deles como um possesso falando-lhes ao brio na sua própria linguagem, os caçadores africanos recobriram ânimo, uniram-se, reformaram as fileiras, e então o quadrado recomposto, salvo, pôde opôr aos assaltantes linhas ininterruptas de fogo, tão vivo, tão nutrido, que os seus clarões abriam um rasgão enorme de dia avermelhado na penumbra da madrugada, e as suas detonações estremeciam a terra como refervências reconditas dum vulcão.

Êra terrivelmente belo.



SÉDE DA ADMINISTRAÇÃO CIVIL DA CIRCUNSCRIÇÃO DE MARRACUENE

A propósito da homenagem prestada pela “Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro” a Francisco das Dôres Gonçalves

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO tem mantido uma linha de tão imperturbável apurmo; tem caminhado com tamanha firmeza ao longo da sua *via lactea* — radiosa “estrada de Santiago” que ela percorre, defendendo, animando e propagando, na medida de suas forças, energias e possibilidades, os ideais pan-lusitanos, sem se voltar para as valêtas da direita ou da esquerda, já para agradecer aplausos e louvores os mais animadores e lisongeiros, capazes de a envaidecerem, se de vaidade fôsse susceptível, já para repelir insídias e pedradas que não atingiram o alvo — que para se defender de certas aleivosias (se de defesa ela carecesse), não teria mais que desdobrar ante os olhos dos espiritos nobres e imparciais que são o justo orgulho da Colônia Portuguesa no Brasil, a lista ou o ról das suas realizações em pról do bom nome de Portugal e do seu património ultramarino, — tão vasto e rico como cubiçado.

À SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, — colectividade onde jamais assentaram bivaque os

“cristãos-novos” do elogio-mútuo e do “engrossamento” despudorado; mas grémio onde portugueses de todos os crédos religiosos e de todos os matizes políticos se dão as mãos e se abraçam espiritualmente, numa confraternização que não têm confrontos e cujos actos podem tornar-se públicos sem receio de críticas —, sérvem de escudo e couraça invulneráveis, contra os quais se embotam os caninos hervados da calúnia e da inveja as mais grosseiras e despidas de senso comum, a confiança inabalável de haver cumprido com raro escrúpulo o seu progrâma e a certeza indestrutível de que agiu sempre sob a inspiração dos mais nobres e respeitáveis sentimentos patrióticos, quer tributando homenagem, quer solicitando colaboração aos maiores valores e ás figuras mais representativas da honrosa e brilhante pléiade dos colonialistas da Terra Portuguesa, sem cogitar, em absoluto, de saber, se, uns, e outros, estavam no galarim da fama e do triunfo se haviam sido ou se prestes seriam atirados ao ostracismo, — pior e mais infamante, nestes tempos que correm de soez



MEMBROS DA “SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO” QUE TOMARAM PARTE NO BANQUETE OFERECIDO A FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES

materialismo e no rombudo discernimento de certos antropóides que se babam de gôzo canibalesco ante os regimes de violência, do que as nefandas gemónias do monte Capitolino...

Para a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO só há PORTUGUESES, sem lhe interessarem de modo nenhum os sectores em que êles militam ou venham a militar, por isso que uma só bandeira a todos invariavelmente cobre e guia, e uma só palavra a todos nós faz estremecer de entusiasmo e comoção: — PORTUGAL!

Como cabe bem aqui aquêlê ardente e sonoro verso de Corrêa de Oliveira, o meigo e portuguesíssimo asceta de Belinho:

— “Portugal! Portugal!...” — *brâdem na Altura.*

* * *

Pôsto isto, — preâmbulo que reputamos indispensável para que se dissipem certas insinuações malévolas que nos não molestam mas que nos aborrecem —, registemos com o mais vivo entusiasmo e com a alegria mais sincera, nas colunas dêste “BOLETIM”, do qual o homenageado tem sido um verdadeiro animador, o tributo de gratidão prestado pela SOCIEDADE LUSO-AFRICANA ao seu primeiro presidente, o nosso companheiro de todos os momentos, o trabalhador infatigável que a orientou com clara visão durante dois anos e a quem esta colectividade deve quási que exclusivamente o seu prestígio e o seu largo circulo de relações, que são o seu grande orgulho, o patriota indefectível, — FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES, cujas qualidades exemplares de carácter e cujos predicados de inteligência, de dedicação e de labor desinteressado, o Exm.º Senhor Dr. Sousa Baptista, sem dúvida, pela competência, pelo saber, pela ilustração e pelos dotes morais que o exornam, um dos incontestáveis e autênticos “leaders” da Colónia Portuguesa no Brasil, pôs, com a sua palavra brilhante e autorizada, em merecido relêvo no discurso com que S. Exia. se dignou agradecer á SOCIEDADE LUSO-AFRICANA o convite para presidir o banquête realizado no “Silvestre Palace Hotel”, no dia 18 de Janeiro do corrente ano, — banquête êste com o qual a Directoria desta colectividade quis e houve por bem reafirmar a sua irrestrita solidariedade e o preito da sua gratidão impercível ao seu antigo presidente.

* * *

Não poderíamos repetir aqui, ainda que êsse fôsse o nosso desejo as palavras com que saüdamos a Francisco das Dôres Gonçalves por ocasião do referido banquête, por isso que, devido á estima lialíssima e fraternal que nos liga, nos dispensamos de fixar no papel o que pretendíamos dizer, e que foi mister que disséssemos do companheiro que abandonára, com uma elegância que só os espiritos fidalgos podem compreender, o pôsto de trabalho e de sacrificio a que tão patriôticamente, desinteressadamente, se devotára.

Há alguns anos, e a propósito da vida pública de um estadista patricio, o Dr. João de Barros recordava as seguintes palavras de Jules Hevc, tambem concernentes á actuação de um homem público francês: — “*na vida, o essencial é fazer-se alguma coisa; os erros corrigem-se, a inacção não tem correção possível!*”

Estas palavras lapidares, applicámo-las nós ao esforço construtivo do antigo presidente da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. E’ provavel que êle tenha errado, mas se errou fê-lo com a melhor das intenções e com o apoio dos seus companheiros, a quem êle jamais deixou de consultar. E se dêrmos um balanço ao que êle fez de bom e ao que por acaso, e só por acaso fez de mal, tem a seu favor uma tal soma de realizações, um saldo tão considerável de serviços em favor do património moral e material da colectividade, que esta não poderia calar a sua gratidão sincera e o seu reconhecimento para com êle, que com grande e desusada dedicação a servira durante dois anos de labor consecutivo.

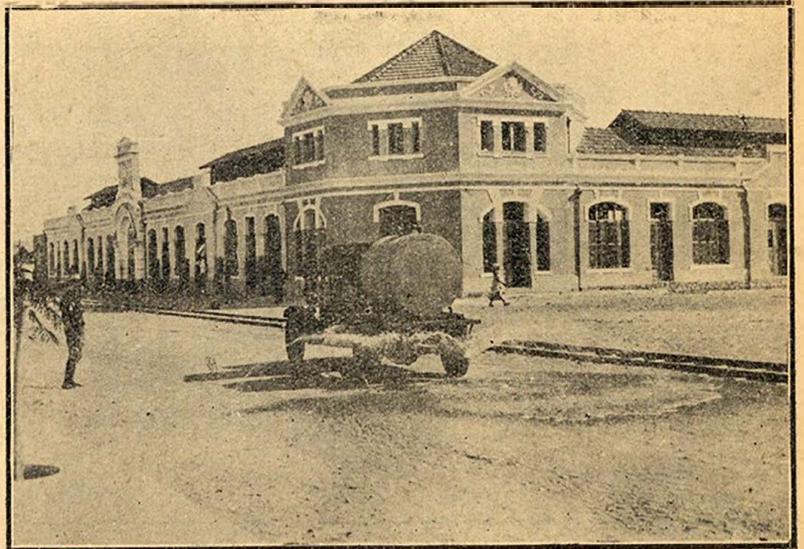
Ao banquête estiveram presentes numerosos associados da LUSO-AFRICANA e amigos do homenageado, tendo exalçado as suas excelêntes faculdades de realizador e os seus predicados de português de uma só fé, em brindes de fino recorte literário, a Exm.ª Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro, os Exmos. Srs. Drs. Sousa Baptista e Ernesto de Sousa, o poeta Hermenegildo António, o Sr. Antero de Faria, actual presidente desta colectividade, e os jornalistas Srs. Eugénio Martins e José Pereira de Lima.

Finalmente, uma linda festa de cordealidade panlusitana, que deixou fundas saúdes e gratas recordações e que Francisco das Dôres Gonçalves, comovidíssimo, agradeceu com palavras que são o reflexo da sua alma de português à antiga.

A. A.

LEIAM:

“O CAMINHO DO ORIENTE” por Jaime do Inso



LOBITO (ANGOLA)—MERCADO MUNICIPAL.

**POPULAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, NÃO INDIGENA, POR SEXOS,
RAÇAS E NACIONALIDADES**

NACIONALIDADES	TOTAL GERAL	TOTAL DOS SEXOS	
		VARÕES	FÊMEAS
TOTAL GERAL.....	35.570	23.625	11.945
EUROPEUS.....	17.842	11.618	6.224
Albaneses.....	1	1	—
Alemães.....	337	214	123
Americanos.....	43	18	25
Austriacos.....	16	5	11
Belgas.....	25	15	10
Brasileiros.....	19	14	5
Britânicos.....	2.007	1.238	769
Checo-Eslovacos.....	8	4	4
Dinamarqueses.....	5	5	—
Egípcios.....	2	1	1
Espanhóis.....	34	22	12
Franceses.....	109	57	52
Gregos.....	536	388	148
Holandeses.....	55	34	21
Húngaros.....	7	3	4
Italianos.....	218	144	74
Yugoslavos.....	16	8	8
Lituânios.....	3	3	—
Luxemburgueses.....	3	—	3
Noruegueses.....	7	6	1
Polacos.....	7	3	4
PORTUGUESES	14.162	9.288	4.874
Rumenos.....	3	2	1
Russos.....	23	14	9
Sírios.....	11	6	5
Suecos.....	16	10	6
Suiços.....	167	114	53
Turcos.....	2	1	1
AMARELOS.....	896	750	146
Chineses.....	887	744	143
Japoneses.....	1	—	1
PORTUGUESES	8	6	2
INDIANOS.....	8.475	6.960	1.515
Britânicos.....	4.997	4.317	680
PORTUGUESES	3.478	2.643	835
MIXTOS.....	8.357	4.297	4.060
Afgões.....	2	2	—
Alemães.....	2	—	2
Americanos.....	6	3	3
Britânicos.....	637	420	217
Chineses.....	15	8	7
Franceses.....	20	10	10
Gregos.....	12	4	8
Holandeses.....	6	4	2
Italianos.....	13	—	13
PORTUGUESES	7.644	3.846	3.798

**BREVE RESENHA DA APARELHAGEM ECONÓMICA
DA GUINÉ PORTUGUESA**

Não há, nesta nossa pequena mas riquíssima província africana, caminhos de ferro, o que facilmente se explica pelo facto das comunicações e dos transportes se realizarem através das suas magníficas e efficientíssimas rédes de cursos de água (rios e canais) e de estradas de rodagem, as quais ligam entre si os centros de produção e de comércio.

A extensão das estradas na Guiné portuguesa é de 2.809 quilómetros, e para darmos uma idéa sintética e clara do que isto representa como expressão de progresso, diremos apenas que a média, em metros de estrada por quilómetro, é de 78, enquanto na África Ocidental Francesa é, tão sómente, de 7,15!

Possui, também, a Guiné portuguesa, uma réde de 685 quilómetros de linhas telegráficas, em contacto com 13 estações, além de três de T. S. F. e de duas de cabos submarinos, sem contarmos uma linha telegráfia que serve directamente para as comunicações com a África Ocidental Francesa.

O seu porto mais importante é o de Bissau, seguindo-se-lhe, em ordem decrescente, o de Bolama e Cacheu. Ao primeiro, cujo cais é de concreto, podem acostar vapores de 8.000 toneladas.

Os navios nacionais das Companhias Colonial e Nacional de Navegação visitam mensalmente os portos de Bissau e Bolama, onde também vão com regularidade os barcos da Holland West-Afrika Linie, da Woerman Linie, da Deutsche Ost-Afrika Linie, da Hamburg-Amerika Linie e da Harmburg-Bremen Afrika Linie, assim como os "cargueiros" da Sociedade Geral de Industrias e Transportes.

DROGARIA SUL AMERICANA

FUNDADA EM 1835

SILVA GOMES & C.ª

REMEDIOS QUASI DE GRAÇA

LARGO S. FRANCISCO, 42 — TELS. 2-6021 E 2-9112

RIO DE JANEIRO

NOS PRÓXIMOS NÚMEROS:

Colaboração dos Exmos. Senhores General Norton de Matos, Almirante Pereira Nunes, General Sá Cardoso, Brigadeiro João de Almeida, Henrique de Paiva Couceiro, Conde de Penha Garcia, Coronel Henrique Pires Monteiro, Coronel Cárlos de Roma Machado de Faria e Maia, Major Costa Junior, Capitães Gastão Sousa Dias e Augusto Casimiro, Tenente Mário Costa, Tenente-Coronel Salustiano Correia, Drs. Caetano Gonçalves, Nuno Simões, Xavier da Silva, José Crespo, Filipe Mendes, Tomé Agostinho das Neves, e António Sérgio, Júlio de Lemos, Carlos Coimbra, Mario Leite, David Denis, Virgilio Saraiva, Luís Figueira, Gavicho de Lacerda, etc.

LEIAM:

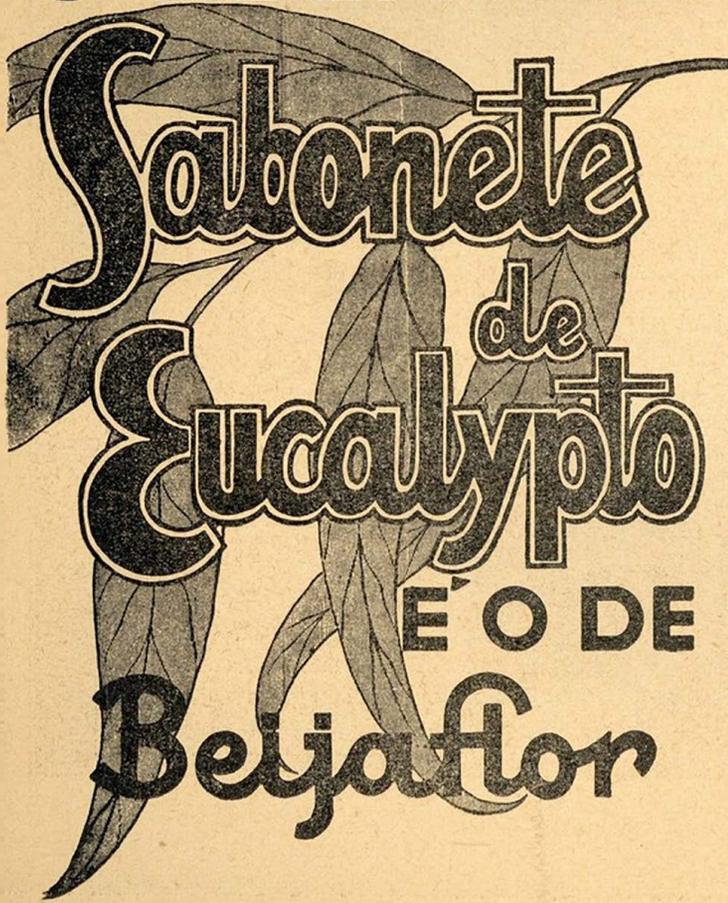
“GEOGRAFIA LITERÁRIA” por Osório de Oliveira

O BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, — arauto e pregoeiro, no Brasil, do progresso e da evolução moral e material das nossas províncias ultramarinas, sem outros propósitos que não sejam de ordem espiritual e patriótica — tem a satisfação de reproduzir, na pagina á direita, dois aspectos da Sociedade Industrial de Tabacos de Angola, Limitada, incontestavelmente uma das melhores e pujantes organizações industriais da África Ocidental Portuguesa. *Ao centro:* o Sr. Tenente Tancredo da Neves, ilustre director-técnico da SITAL.

“As colónias serão para o futuro o melhor testemunho, acaso o único vivo testemunho, da existência dos portugueses no mundo, da sua intervenção activa na civilização europeia”.

OLIVEIRA MARTINS

O LEGITIMO



Sabonete
de
Eucalypto
É O DE
Beija-flor

A ESMERALDA

VENDE AO PÚBLICO POR PREÇOS DE ATACADO:

JOIAS, RELOGIOS E ARTIGOS PARA PRESENTES

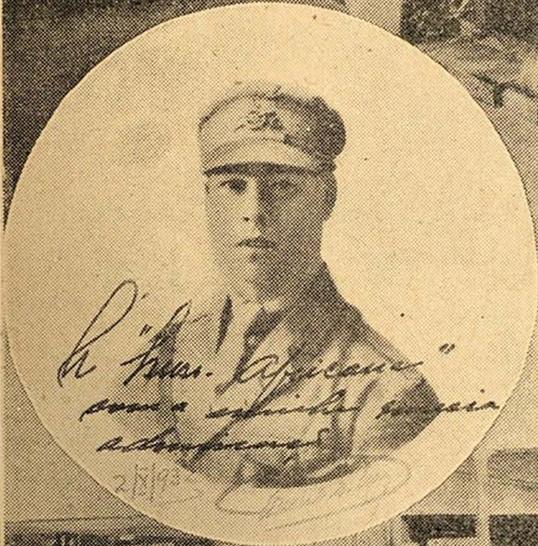
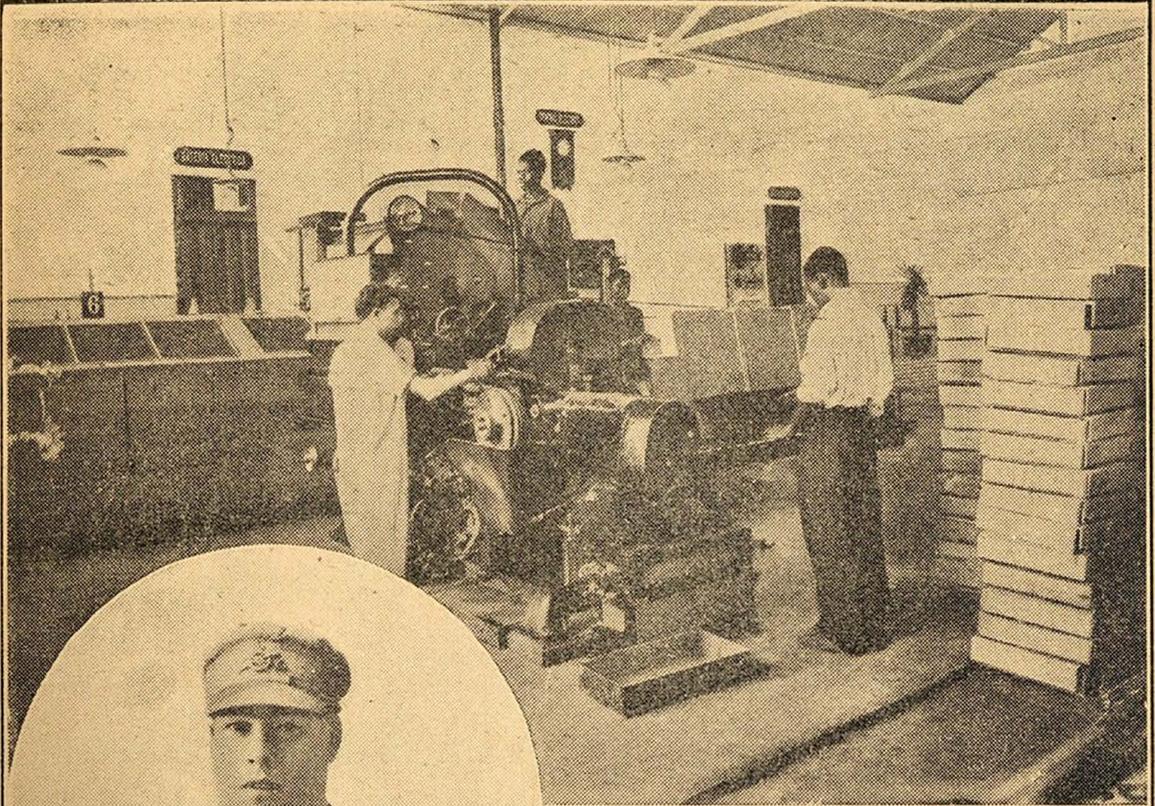
Não confundam com as casas vizinhas

Rua Ramalho Ortigão, esquina da Rua Sete de Setembro, 155

É SÓ O EDIFÍCIO DA ESQUINA

Telefone 2-0839

RIO DE JANEIRO



SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TABACOS DE ANGOLA LIMITADA (SITAL)

**MOVIMENTO COMERCIAL DA GUINÉ PORTUGUESA
DURANTE OS ANOS DE 1920 A 1929**

VALORES EM MILHARES DE ESCUDOS

(£ 1 — Escudos 100\$00)

	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1920.....	78.076	47.865
1921.....	50.755	23.789
1922.....	31.759	19.585
1923.....	31.534	26.715
1924.....	46.039	36.752
1925.....	51.798	46.895
1926.....	40.352	35.642
1927.....	36.224	26.210
1928.....	31.176	50.795
1929.....	40.827	45.337

QUADRO DA EXPORTAÇÃO DE TIMOR

EM TONELADAS

	1928	1929
Café.....	1.587	1.492
Cera.....	45	43
Copra.....	791	956
Cacau.....	7	8
Sândalo.....	9	—

“São os portugueses, emigrantes daquela parcela de território donde se comanda a actividade da Nação, quem mais intensamente sente a força imponderável da expansibilidade lusitana. Por isso, foi até, que de lá se afastaram, no desejo forte de buscar terras mais vastas e mais livres e conquistar um pouco mais de céu para cada qual.

E, ao mesmo tempo que, longe, em terras portuguesas ou de estranhos, cada um trabalha por ser mais forte e mais senhor de si, existe entre todos mais intensa e viva a coesão de intenções e actos em prol dum Portugal maior em cada hora.

A **SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO** é a exemplificação perfeita desta idéa, que aqui ponho. Daí, por tal organismo, a minha melhor simpatia.

ARTUR DE ALMEIDA DE EÇA

DIRECTOR DOS SERVIÇOS PECUÁRIOS
DA PROVÍNCIA DE AGOLA

LEIAM:

“GEOGRAFIA LITERÁRIA” por Osório de Oliveira

BANCO BOAVISTA

Capital realizado 15.000:000\$000

**TODAS AS TRANSACÇÕES
BANCÁRIAS NOS MOLDES**

†††† **MAIS LIBERAIS** ††††

**Saca sôbre tôdas as
cidades e vilas**

DE

PORTUGAL

DIRECTORES:

Dr. Guilherme Guinle

Barão de Saavedra

César Rabelo

RUA PRIMEIRO DE MARÇO, 47

RIO DE JANEIRO

NOTICIÁRIO

NOVOS SOCIOS

Durante os meses de Janeiro a Março, fôram admitidos os seguintes novos sócios:

EMILIO SILVA
 FRANCISCO DA SILVA REIS
 Luís FRANCO
 MANUEL MORGADO
 JOÃO SOARES DA COSTA
 ALBINO DE MOURA MESQUITA
 DR. VIRGILIO COELHO DUARTE
 AMERICO MOURÃO
 MANUEL MENDES D'ABREU CAMPOS AMARAL
 HORACIO MARQUES
 JOÃO PINTO DE ALMEIDA
 ANTONIO FERREIRA D'ALMEIDA
 ALVARO CAETANO MARTINS
 MARIO REIS E ALBUQUERQUE
 BELARMINO JOAQUIM MACHADO
 CASIMIRO FRANCISCO DE BARROS
 JOSÉ DIAS DA SILVA

propostos
por An-
têro de
Faria

ANTÓNIO DE CASTRO MOURA
 ANTÓNIO GOMES VIEIRA
 JOSÉ FALCÃO DE MAGALHÃES
 JOSÉ BAHIA CAMPOS
 JORGE DE MACEDO VILAR
 GABRIEL PAULO DE GOUVEIA
 ARMANDO SOARES FRANCO
 ALBERTO DE CARVALHO E SILVA
 ANTÓNIO DE CASTRO SOARES E FONTES
 CARLOS DE SEQUEIRA CASTELO BRANCO

propostos por
Carlos de Castro
Moura Fontes

ALBERTO DE SENNA CAMPOS, proposto por Antonio Seixais de Souza.

NARCISO DE ALMEIDA SANTOS, proposto por Serafim Rodrigues Pinheiro.

JOSÉ LUÍS GUERRA
 JOAQUIM AUGUSTO PACHECO
 ABEL FRANÇA GOMES

propostos por Raul Cor-
reia Veloso.

ISAÍAS CARVALHO, proposto por Alamiro Andrade.

ANTONIO PINTO SALDANHA
 DIONISIO AUGUSTO TEIXEIRA
 EVARISTO AUGUSTO GOMES
 JOAQUIM PINTO DE MAGALHÃES..
 MANUEL FERREIRA DE OLIVEIRA
 MANUEL PEREIRA
 NESTOR AUGUSTO IGREJAS
 ARMANDO AUGUSTO BASTOS
 ARTUR LOPES CARDOSO
 AUGUSTO PEREIRA DA CRUZ
 ANTÓNIO MELO CORREIA JR.
 MAXIMINO CRUZEIRO
 ANTÓNIO DO AMARAL AGUIAR

propostos pela Dra.
Fernanda de Bastos
Casimiro

CORREIA VARELA
 VIRIATO NUNES
 BERNARDINO CASIMIRO

propostos por António de
Sousa Amorim.

JOSÉ MARIA FERREIRA DA SILVA }
 ANGELO REIS E ALBUQUERQUE.. }
 RAUL CORREIA VELOSO, proposto por Artur Ferreira da
 Costa.

propostos por
Abel Correia de Matos

ADELINO MARIO, proposto por Marcel Augusto.

JOAQUIM DINIZ
 BERNARDINO MARTINS
 ANTONIO ABREU
 FERNANDO FELIPE CARVALHO..
 JOSÉ DA CRUZ ESTEVES
 EDUARDO FERREIRA DA COSTA..
 CARLOS ALBERTO DE LEMOS...
 JOÃO CUNHA
 ELEUTÉRIO PERESTRELO OSÓRIO

propostos por Domin-
gos José Veloso.

JOÃO ANTONIO CARNEIRO. }
 JOÃO DA COSTA MACEDO.. }
 SERAFIM RODRIGUES PINHEIRO, proposto por Francisco
 das Dôres Gonçalves.

propostos por José Tomás
Nunes.

BENJAMIN REZENDE REIS, proposto por Abel Moreira
 Neves.

ABÍLIO ABRANCHES, proposto por Mário de Sousa Soares.

ANIBAL DO AMARAL, proposto por Adelino Domingues
 Maia.

O LOUCEIRO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

LOUÇAS, PORCELANAS, VIDROS E METAIS

Especialidade em artigos para Botequins e Hotéis

COSTA PINTO & C.^{IA}

RUA DOS ANDRADAS, 99 (Largo do Capim)

TELEFONE 4-1246

RIO DE JANEIRO

Eleição e posse dos actuais corpos directivos

De acôrdo com os Estatutos Sociais, realizou-se no dia 10 de Janeiro do corrente ano a eleição dos actuais corpos directivos desta colectividade, cuja posse se efectuou no dia 15 do referido mês.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: — DOUTORA FERNANDA DE BASTOS CASIMIRO
Secretários: { FRANCISCO DAS DÓRES GONÇALVES
 { ANTÓNIO DIAS

DIRECTORIA

Presidente — ANTÉRO DE FARIA
Vice-Presidente. — CARLOS DE CASTRO MOURA FONTES
1.º Secretário . . . — ANTÓNIO DE SOUSA AMORIM
2.º Secretário . . . — ABEL CORREIA DE MATOS
1.º Tesoureiro . . . — ALAMIRO DE ANDRADE
2.º Tesoureiro . . . — ARTUR FERREIRA DA COSTA
1.º Bibliotecário — MARCEL AUGUSTO DE ALMEIDA
 KASPRZYKOWSKI
2.º Bibliotecário — JOSÉ TOMÁS NUNES
Vogais { ABEL MOREIRA NEVES
 { ADELINO DOMINGUES MAIA
 { DOMINGOS JOSÉ VELOSO
Conselho Fiscal { HENRIQUE E. N. SANTOS
 { ALBERTO LOPES DOS SANTOS
 { J. NASCIMENTO RIBEIRO

Antes de assinado o competente termo de posse, a Exm.ª Senhora e mui distinta intelectual, Doutora Fernanda de Bastos Casimiro, que presidiu à cerimonia, pronunciou o seguinte discurso, formoso pelo estilo e admirável pelos altos conceitos que sinteticamente encerra:

Meus Senhores

O agradecimento que quero dirigir-vos, dá-lo perfeitamente a expressão singela do nosso povo — Bem hajam ! E' a gratidão profunda que não busca lavrados dizeres para manifestar-se. A honra que me concedem é muito elevada, mórmente quando nada vos fiz para prova tão distinta de tão subída consideração.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA venceu.

Confirmar e propagar sua vitória eis o dever de todos que a par e passo acompanham a obra grandiosa da mocidade que não se gasta nos salões, mas se dedica ardentemente á propaganda do que de helo e rico tem o nosso país. Seus ilustres dirigentes têm a plena consciência de que seus esforços e trabalhos merecem a aprovação elogiada daqueles que vivem acima de mesquinhas paixões e de interesses individuais.

A política da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA é — Portugal e Colónias.

Sua religião — a elevação sagrada da nossa Pátria. Seus fins, seus desejos — a contribuição máxima para consolidar e expandir cada vez mais a obra que Portugal vem realizando em todos os continentes.

Prossegui sem desânimo !

Colhei novas vitórias.

Saldai dívidas com a nobreza com que pagástes há pouco a de Salvador Corrêa de Sá Benevides.

E um dia a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA há-de ter seu nome escrito na História pelo que de útil e bom vem fazendo por Portugal.

Sincêramente o desejo.

Por fim o presidente cessante, Sr. Dôres Gonçalves, saudou o seu sucessor e o Sr. Antéro de Faria, agradecendo as palavras do primeiro, fez sinceras e categóricas afirmações acêrca do seu programa de acção em prol do pan-lusitanismo e da propaganda das nossas províncias ultramarinas.



O melhor calçado

Fabricado em formas anatómicas por processos científicos, representa a verdadeira segurança não só do seu fabrico, como também da existência.

PREFIRAM POIS

SOUTO



A máxima perfeição, entrega rápida, garantia absoluta.

LAVANDARIA PARISIENSE

PARIS MODELO

CALVÃO REIS & C.ª

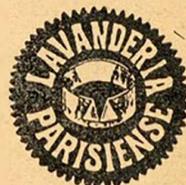
AV. PASTEUR, 310 (Praia Vermelha)

Chamados : Fones 6-0570 e 6-2484 — Especialidade em roupas finas

25 Agencias na Cidade. — Peçam tabelas

Preços especiais para hotéis, pensões e restaurantes.

Lavagem e preparo de toda a qualidade de roupa.



Carlos de Castro Moura Fontes

A bordo do transatlântico francês *Massilia*, partiu no dia 25 de Fevereiro para Lisboa o nosso dilecto companheiro, Sr. Carlos de Castro Moura Fontes, actual vice-presidente desta colectividade.

A lacuna aberta no seio da directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO pela ausência do Sr. Carlos de Moura Fontes, pan-lusitanista esforçado e dedicadíssimo, será compensada, como convictamente o esperamos, pela acção que este nosso devotado companheiro desenvolverá em Portugal, onde, graças aos seus dotes de *gentleman*, mantém vasto circulo de relações e amizades.

No seu bota-fóra fez-se representar a Directoria desta colectividade, pela maioria dos seus membros.

BIBLIOTÉCA

Registaram-se durante o trimestre expirante as seguintes ofertas:

COMO FIZERAM OS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE — Tte. Mário Costa.

E' O INIMIGO QUE FALA — Idem.

ANUARIO DE MOÇAMBIQUE (4 volumes) — Tte. Mário Costa (organizador)

MEMÓRIA HISTÓRICA DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DO MONTE — por Zarco de Almeirim.

A FUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA — Zarco de Almeirim.

A CATEDRAL BRACARENSE — idem.

DA TERRA DOS PRETOS — idem.

A DERROCADA DO IMPÉRIO VÁTUA E MOUSINHO D'ALBUQUERQUE — Francisco Toscano e Julião Quintinha.

HISTÓRIA DE ANGOLA (1482-1910) — Francisco Castelbranco.

MORNAS — Cantigas crioulas — Eugénio Távares.

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO — Virgílio Pereira da Costa.

A CULTURA DO ALGODÃO EM ANGOLA — Idem.

CLIMA DA COSTA DO SOL — Drs. Armando Narciso e Marques da Mata.

CARTA QUE MOUSINHO DE ALBUQUERQUE DIRIGIU AO PRINCIPE D. LUÍS FILIPE.

A' MEMÓRIA DO DR. ALVARO DE CASTRO.

INDUSTRIAS PORTUGUESAS.

CATÁLOGO DA FEIRA DE AMOSTRAS DE LUANDA E DE LOURENÇO MARQUES.

EXPOSIÇÃO COLONIAL DE PARIS (2 vols).

IDEM DOS TERRITÓRIOS DE MANICA E SOPALA (1 volume).

DIOGO CÃO (7 fascículos) — Padre Ruela

PORTUGAL NÃO É IBÉRICO — Fran Paxeco.

MOÇAMBIQUE NA EXPOSIÇÃO DE PARIS.

OS VINHOS DO PORTO — Dr. Nuno Simões.

DESCOBRIMENTO — Revista de Cultura — João de Castro Osório (Director).

Doutor António Augusto de Miranda

Encontra-se de luto, pelo falecimento de sua querida esposa, o merecidíssimo Juiz de Direito, brilhante publicista e nosso devotado correspondente em Lourenço Marques, Ex.^{mo} Sr. Dr. António Augusto de Miranda, a quem, por tão doloroso como rude golpe, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, reitera os seus comovidos votos de profundo pesar.



**JUVENTUDE
ALEXANDRE**

CONTRA A
CASPA
QUÉDA DOS
CABELLOS

PREMATURA
CALVICIE

EVITA OS
CABELLOS
BRANCOS

VIDA
E
VIGOR
DOS
CABELLOS

**JUVENTUDE
ALEXANDRE**

VIDRO — PELO CORREIO 9\$000

Alexandre Marques Fernandes

RUA DO OUVIDOR, 148
RIO DE JANEIRO — BRASIL

CARTONAGENS FINAS

PARA

QUALQUER INDÚSTRIA

ALVES FREIXO & C.^A

RUA DO LAVRADIO, 101

TELEFONE: 2-0893

RIO DE JANEIRO



RECEBEMOS:

NOVO SORTIMENTO
DE CASEMIRAS INGLEZAS

PADRÕES:

DE NOSSA EXCLUSIVA
IMPORTAÇÃO

VISTA-SE NA ALFAIATARIA
A CIDADE DO RIO

QUE NÃO ENCONTRA NINGUEM
COM UM PADRÃO DE ROUPA
IGUAL À SUA.

Rua Quintino Bocaiuva, 30
S. PAULO

OLIVEIRA LEITE & C.^A

IMPORTADORES

Louças, Cristais e utensílios
de cozinha

Largo do Rosario, 32

E

Rua Buenos Aires, 151

End. Telegr. "Viraleite"

RIO DE JANEIRO

**Clichés em Fotogravura e Zincografia,
Doublés, Tricromias, etc.**



CASA PASTOR

GRAVADOR DA "REVISTA SOUSA CRUZ"



RUA PEDRO 1.º N.º 47

(Antiga Espírito Santo)

— ° FONE 2-7095 ° —



Parte dos clichés que comporta este Boletim são feitos na

CASA PASTOR

CASA GUMARAES LTDA



**A maior e mais antiga agencia de loterias
da Capital Federal**

Of. Graf. Villas Boas & C. — Rio de Janeiro

Desta edição fez-se uma tiragem especial de 50 exemplares em papel couché "Perfect art"